

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Direção-Geral das Atividades Económicas

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017



REPÚBLICA
PORTUGUESA

Direção-Geral das Atividades
Económicas

Ficha técnica**Autoria:**

Direção-Geral das Atividades Económicas

Coordenação: Divisão de Planeamento e Apoio

Data de edição:

13-04-2018

GLOSSÁRIO DE ABREVIATURAS

Unidades Orgânicas da DGAE

DAP	Divisão de Avaliação de Políticas
DC	Divisão das Contrapartidas
DCAE	Divisão de Coordenação dos Assuntos Europeus
DCSR	Divisão do Comércio Serviços e Restauração
DDS	Divisão do Desenvolvimento Sustentável
DEC	Divisão da Economia Circular
DMIS	Divisão de Mercado Interno de Serviços
DPA	Divisão de Planeamento e Apoio
DPCE	Divisão da Política Comercial Externa
DPE	Divisão da Política Empresarial
DPS	Divisão da Política Setorial
DRIn	Divisão das Relações Internacionais
DSAE	Direção Serviços dos Assuntos Europeus
DSOI	Direção Serviços do Comércio Internacional
DSCSR	Direção de Serviços do Comércio, Serviços e Restauração
DSPE	Direção de Serviços para a Política Empresarial
DSSE	Direção de Serviços de Sustentabilidade Empresarial

Outras siglas e acrónimos

ACL	Acordo Comércio Livre
ACT	Autoridade para as Condições de Trabalho
ADENE	Agência para a Energia
AE	Auxílios de Estado
AECOPS	Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas e Serviços
AICCOPN	Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas
AICEP	Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
AIJN	European Fruit Juice Association
AMA	Área Metropolitana de Lisboa
AMA, I.P.	Agência para a Modernização Administrativa
AMB3E	Associação Portuguesa de Gestão de Resíduos de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos
ANF	Associação Nacional de Farmácias
ANQEP	Agência Nacional Qualificação
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
APD	Agenda Portugal Digital
APIFARMA	Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica

ASAE	Autoridade de Segurança Alimentar e Económica
ASEAN	Associação de Nações do Sudeste Asiático
ASEM	Asia-Europe Meeting
ASF	Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões
BD	Base de Dados
BdE	Balcão do Empreendedor
BIT	Tratado de Investimento Bilateral
CAE	Classificação Portuguesa das Atividades Económicas
CAF	Common Assessment Framework
CAGER	Comissão de Acompanhamento da Gestão de Resíduos
CBMA	Centro de Biologia Molecular e Ambiental
CCCPAT	Comissão Consultiva para a Certificação de Produtos Tradicionais
CCP	Confederação do Comércio e Serviços de Portugal
CE	Comissão Europeia
CEAGP	Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública
CEES	Cartão Eletrónico Europeu de Serviços
CEJUR	Centro Jurídico da Presidência do Conselho de Ministros
CELE	Comércio Europeu de Licenças de Emissão de Gases com Efeito de Estufa
CETA	Comprehensive Economic and Trade Agreement
CI	Comissão de Investimentos
CIAE	Comissão Interministerial dos Assuntos Europeus
CIC	Comissão Interministerial para a Cooperação
CICL	Camões, Instituto da Cooperação e da Língua
CIIE	Comité da Indústria, Inovação e Empreendedorismo
CIM	Comunidade Intermunicipal
CIP	Confederação Empresarial de Portugal
CIPE	Comissão Interministerial de Política Externa
CML	Câmara Municipal de Lisboa
CNCDA	Comissão Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar
CNDH	Comissão Nacional dos Direitos Humanos
COM	Comissão
COMPETE	Programa Operacional Fatores de Competitividade
COSME	Programa para a Competitividade das Empresas e das PME
CPAI	Comissão Permanente de Apoio ao Investidor
CPC	Comité de Política Comercial
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CSE	Classificações Económicas e Sociais
DCIAP	Departamento Central de Investigação e Ação Penal
DGAE	Direção-Geral das Atividades Económicas
DGAE	Direção-Geral dos Assuntos Europeus
DGAEP	Direção-Geral da Administração e do Emprego Público
DGEG	Direção-Geral de Energia e Geologia
DGERT	Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho

DIAP	Departamento de Investigação e Ação Penal
DL	Decreto-Lei
DR	Diário da República
EG	Entidades Gestoras
EGA	Acordo de Bens Ambientais
EM	Estados Membros
ENAAAC	Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas
EPG	Grupo Política Empresarial
ERAC	Comité Espaço Europeu
ERSAR	Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
ESPG	Política de Empresa Ambiente e Energia
EURATOM	Comunidade Europeia da Energia Atómica
EUROMED	Associação Euro Mediterrânica
FAQ	Frequently Asked Questions
FDUL	Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
FMC	Fundo de Modernização do Comércio
GAN	Grupo de Alto Nível
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos
GEPAC	Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais
GPEARI-MF	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais
GT	Grupo de Trabalho
GTT	Grupo de Trabalho Temático
Horizonte 2020	Programa-Quadro Comunitário de Investigação & Inovação
IAPMEI	Agência para a Competitividade e Inovação
IB-s	Instituto da Ciência e Inovação para a Biosustentabilidade
IDC	Instrumentos de Defesa Comercial
IES	Informação Empresarial Simplificada
IIE	Indústrias Intensivas em Energia
IMI	Sistema de Informação do Mercado Interno
IMPIC	Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção
IMS	Information Management School
IMT	Instituto da Mobilidade e dos Transportes
INFARMED	Autoridade Nacional dos Medicamentos e Produtos de Saúde
IPAC	Instituto Português de Acreditação
ISCAL	Instituto Superior de Contabilidade e Administração
ISCSP	Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
ISCTE-IUL	Instituto Universitário de Lisboa
ISEG	Instituto Superior de Economia e Gestão
LIFE	Programa para o Ambiente e a Ação Climática
LUA	Licenciamento Único Ambiental
LULUCF	Land Use, Land-Use Change and Forestry
MAAC	Comité Consultivo de Acesso ao Mercado da Comissão Europeia
ME	Ministério da Economia

Mercosul	Mercado Comum do Sul
MF	Ministério das Finanças
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
MODCOM	Sistema de Incentivos à Modernização do Comércio
MOFCOM	Ministério do Comércio da República Popular da China
MPI	Ministério do Planeamento e Infraestruturas
MTSSS	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
NEC	National Emission Ceilings
Nova IMS	Nova Information Management School
Nova SBE	Nova School of Business and Economics
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAEC	Plano de Ação para a Economia Circular
PARCA	Plataforma de Acompanhamento das Relações na Cadeia Agroalimentar
PARF	Plataforma de Acompanhamento das Relações nas Fileiras Florestais
PCM	Presidência do Conselho de Ministros
PCN	Ponto de Contacto Nacional
PIRC	Práticas Individuais Restritivas do Comércio
PME	Pequenas e Médias Empresas
PNAEE	Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética
PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
PNRRC	Plataforma Nacional para a Redução do Risco de Catástrofes
PT	Portugal
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
REEE	Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos
REUE	Rótulo Ecológico da União Europeia
RJACSR	Regime Jurídico de Acesso e Exercício a Atividades de Comércio, Serviços e Restauração
RSE	Responsabilidade Social das Empresas
RSO	Rede Responsabilidade Social das Organizações
RSOPT	Rede Nacional de Responsabilidade Social
SAMA	Sistema de Apoio à Modernização Administrativa
SBA	Small Business Act
SEAC	Secretário de Estado Adjunto e do Comércio
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SGME	Secretaria-Geral do Ministério da Economia
SHERPAS	Ponto focal
SIADAP	Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da Administração Pública
SIGERU	Sistema Integrado de Gestão de Embalagens e Resíduos em Agricultura

SIGRE	Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens
SIGREM	Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens e Medicamentos
SIMAB	Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores
SIR	Sistema da Indústria Responsável
SIRJUE	Sistema Informático do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação
SME Envoy	Representante das PME
SMIT	Single Market Information Tool
	Sistema Nacional de Inventário de Emissões por Fontes e Remoções por Sumidouros de
SNIERPA	Poluentes Atmosféricos
SPG	Sistema de Preferências Generalizadas
SPV	Sociedade Ponto Verde
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
TISA	Acordo Comércio de Serviços
TJUE	Tribunal de Justiça da União Europeia
TTIP	Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento
UE	União Europeia
UNILEX	Exercício de consolidação legislativa na área da gestão de resíduos
UNTACD	Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento
WPSME	Working Party on SME's and Entrepreneurship

ÍNDICE DE FIGURAS, QUADROS E GRÁFICOS

FIGURAS

QUADROS

Quadro I	Objetivos do QUAR-2017
Quadro II	Resultados dos indicadores do objetivo 1
Quadro III	Taxa de recomendação de políticas públicas por Unidade Orgânica
Quadro IV	Resultados dos indicadores do objetivo 2
Quadro V	Resultados dos indicadores do objetivo 3
Quadro VI	Resultados dos indicadores do objetivo 4
Quadro VII	Resultados dos indicadores do objetivo 5
Quadro VIII	Resultados dos indicadores do objetivo 6
Quadro IX	Resultados do inquérito de satisfação por parte dos destinatários dos serviços
Quadro X	Avaliação global do serviço
Quadro XI	Recursos Humanos
Quadro XII	Estrutura da despesa em 2017
Quadro XIII	Comparação do orçamento disponível e da despesa efetuada entre 2016 e 2017
Quadro XIV	Atividades previstas, realizadas pela Direção de Serviços do Comércio, Serviços e Restauração (DSCSR)
Quadro XV	Autoavaliação pela Direção de Serviços do Comércio, Serviços e Restauração (DSCSR)
Quadro XVI	Atividades previstas, realizadas pela Direção de Serviços de Sustentabilidade Empresarial (DSSE)
Quadro XVII	Autoavaliação pela Direção de Serviços de Sustentabilidade Empresarial (DSSE)
Quadro XVIII	Atividades previstas, realizadas pela Direção de Serviços para a Política Empresarial (DSPE)
Quadro XIX	Autoavaliação pela Direção de Serviços para a Política Empresarial (DSPE)
Quadro XX	Atividades previstas, realizadas pela Direção de Serviços dos Assuntos Europeus (DSAE)
Quadro XXI	Autoavaliação pela Direção de Serviços dos Assuntos Europeus (DSAE)
Quadro XXII	Atividades previstas, realizadas pela Direção de Serviços do Comércio Internacional (DSCI)

Quadro XXIII	Autoavaliação pela Direção de Serviços do Comércio Internacional (DSCI)
Quadro XXIV	Atividades previstas, realizadas pela Divisão das Contrapartidas (DC)
Quadro XXV	Atividades não previstas, realizadas pela Divisão das Contrapartidas (DC)
Quadro XXVI	Autoavaliação pela Divisão das Contrapartidas (DC)
Quadro XXVII	Atividades previstas, realizadas no âmbito da Divisão de Planeamento e Apoio (DPA)
Quadro XXVIII	Autoavaliação pela Divisão de Planeamento e Apoio (DPA)
Quadro XXIX	Nível de realização das atividades previstas por Unidade Orgânica
Quadro XXX	Resultados do Questionário de Satisfação interno
Quadro XXXI	Avaliação do sistema de controlo interno
Quadro XXXII	Principais indicadores do Balanço Social

GRÁFICOS

Gráfico 1	Satisfação Global por áreas por parte dos destinatários dos Serviços
Gráfico 2	Taxa de concretização dos objetivos
Gráfico 3	Taxa de concretização dos parâmetros
Gráfico 4	Evolução dos recursos humanos
Gráfico 5	Evolução do orçamento disponível e da despesa efetuada
Gráfico 6	Satisfação Global por Áreas
Gráfico 7	Percentagem de trabalhadores por escalão etário entre 2012 e 2017

ÍNDICE

GLOSSÁRIO DE ABREVIATURAS	3
ÍNDICE DE FIGURAS, QUADROS E GRÁFICOS	8
I. INTRODUÇÃO	11
1.1 Análise conjuntural	14
1.2 Orientações gerais e específicas prosseguidas pelo organismo	16
II. AUTOAVALIAÇÃO	20
2.1 Análise dos resultados alcançados	20
2.1.1. Resultados dos Indicadores	21
2.1.2. Resultados dos objetivos e dos parâmetros	33
2.2 Análise dos desvios relativamente aos recursos	35
2.2.1. Recursos Humanos	35
2.2.2. Recursos Financeiros	36
2.3 Atividades desenvolvidas, previstas e não previstas no Plano de Atividades	39
2.3.1. Projetos e atividades no âmbito do Programa SIMPLEX+	40
2.3.2. Atividades desenvolvidas pelas Unidades Orgânicas	43
2.4 Análise das causas de incumprimento de atividades ou projetos não executados	141
2.5 Avaliação dos trabalhadores e dos dirigentes intermédios	143
2.6 Relatório de Formação	146
2.7 Avaliação do sistema de controlo interno	148
III. BALANÇO SOCIAL	152
IV. AVALIAÇÃO FINAL	155
4.1 Apreciação qualitativa dos resultados alcançados	155
4.2 Conclusões prospetivas	156

Anexos

ANEXO I	Organograma da DGAE
ANEXO II	QUAR da DGAE – Resultados
ANEXO III	Questionário de satisfação - Trabalhadores
ANEXO IV	Questionário de satisfação - Destinatários dos serviços
ANEXO V	Balanço Social

I. INTRODUÇÃO

O Relatório de Atividades de 2017 da Direção-Geral das Atividades Económicas apresenta as atividades desenvolvidas na prossecução da sua missão, em linha com os objetivos traçados no Plano de Atividades para 2017, com os recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis e utilizados, e com os indicadores de eficácia, eficiência e qualidade definidos. Apresenta, também, uma análise sumária sobre a execução global do Orçamento de 2017 e uma apreciação sobre os documentos de prestação de contas.

O presente Relatório de Atividades foi redigido com base no disposto na Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro. Integra, assim, a demonstração qualitativa e quantitativa dos resultados alcançados, incluindo o balanço social e o relatório de autoavaliação previsto nesta Lei.

Apresenta-se também a descrição das atividades realizadas em consonância com o Quadro de Avaliação e Responsabilização da Administração Pública (QUAR), abrangendo igualmente outras matérias que, conjuntamente, transmitem um retrato mais completo da diversidade e da complexidade do trabalho desenvolvido e da forma abrangente como a Direção-Geral das Atividades Económicas encarou e cumpriu a sua missão.

O ano de 2017 consagrou a credibilidade do ponto de vista interno e externo de Portugal, mantendo os desafios que se apresentam à produtividade da economia portuguesa em relação à média da União Europeia. As políticas públicas em torno de questões como o empreendedorismo, atração do investimento, comércio, inovação e nível de qualificações dos recursos humanos mantiveram-se como prioridades nacionais com impacto para a ação desenvolvida pela Direção-Geral das Atividades Económicas. Neste contexto, ao nível da União Europeia, destacou-se a ação da Direção-Geral das Atividades Económicas relativamente à digitalização da economia no âmbito das Estratégias do Mercado Interno de bens e serviços e do Mercado Único Digital, “novo pacote de bens” e política comercial.

Na vertente das relações económicas bilaterais, a Direção-Geral das Atividades Económicas preparou, durante o ano de 2017, um vasto número de pastas de apoio, no âmbito de deslocações oficiais e encontros bilaterais (em Portugal e no exterior) de membros da Tutela.

No tema da Economia Circular, foi assegurada a participação da Direção-Geral das Atividades Económicas durante o ano de 2017 nos trabalhos do Grupo Interministerial responsável pelo desenvolvimento do Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC) em Portugal. Destacou-se ainda a intensa colaboração com a Autoridade da Concorrência no âmbito do projeto desenvolvido em parceria com a OCDE sobre a identificação de obstáculos regulamentares no contexto dos setores dos transportes e profissões regulamentadas.

Por outro lado, a Modernização Administrativa mantém-se como um dos principais fatores críticos de sucesso da agenda de Portugal para a próxima década, assumindo-se, desta forma, como um dos pilares do Plano Nacional de Reformas (PNR). Em linha com a estratégia do Governo, em 2017 Portugal adotou um conjunto de reformas para a modernização da economia, nomeadamente com o aceleração de reformas relevantes de Modernização do Estado, de forma a ultrapassar fragilidades da envolvente empresarial, entraves regulamentares, custos de contexto e complexidades nos procedimentos legislativo e administrativo, preconizadas no reforço do Programa SIMPLEX+. Neste sentido, a Direção-Geral das Atividades Económicas contribuiu para a operacionalização das “Obrigações de Informação ao Consumidor + Simples” e submeteu candidaturas SAMA no âmbito dos projetos “Lojas com História”, “Mapa do Comércio, Serviços, Restauração e Artes e Ofícios Tradicionais” e “Avaliação das políticas públicas de regulamentação das atividades de Comércio, Serviços e Restauração”.

Relativamente à atividade desenvolvida pela Divisão das Contrapartidas, no ano de 2017 foi possível concluir mais dois contratos de contrapartidas, dando por integralmente cumpridas as obrigações contratuais a que os fornecedores de material e equipamento de defesa estavam vinculados perante o Estado Português.

Novamente em 2017, a reafetação de recursos humanos em número insuficiente foi considerada um constrangimento transversal a toda a Direção-Geral das Atividades Económicas, que se depara com dificuldades de recrutamento de trabalhadores no quadro da administração pública com o perfil técnico necessário para o exercício de funções nas suas áreas de responsabilidade. De salientar também que o processo de reestruturação da Direção-Geral das Atividades Económicas, com a transferência das competências e consequentemente de parte significativa dos trabalhadores, dirigente e material informático para o Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P. (IMT, I. P.), decorrente da transferência de competências e atribuições definida no Decreto-Lei n.º 79/2016, de 23 de novembro, só se concretizou em 2017.

A aceleração de alguns dos temas atuais perspetiva o maior envolvimento da Direção-Geral em temas importantes para a atividade económica e em linha com os resultados positivos do questionário de satisfação por parte dos destinatários dos serviços.

Conclui-se que continuou, assim, um forte envolvimento da equipa da Direção-Geral das Atividades Económicas no cumprimento dos objetivos fixados, muito ajudado pelo reconhecimento externo positivo da atividade desenvolvida pela Direção-Geral, os quais só foram possíveis pela competência, compromisso com o serviço e profissionalismo dos trabalhadores da Direção-Geral das Atividades Económicas, que uma vez mais se empenharam de forma conjunta para alcançar os melhores resultados possíveis.

A Diretora-Geral,



Fernanda Ferreira Dias

1.1 *Análise conjuntural*

O ano de 2017 foi internamente marcado pela concretização do processo de reestruturação ocorrido na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 79/2016, de 23 de novembro, que determinou a transição para o Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P., das atribuições de coordenação das relações bilaterais, europeias e internacionais nas áreas das infraestruturas, transportes e comunicações, que eram assumidas pela DGAE.

Essa reestruturação implicou a passagem dos trabalhadores e dos meios indispensáveis ao exercício das suas funções para o referido Instituto (nomeadamente equipamento informático). A DGAE ficou, assim, na área dos assuntos europeus, com menos uma unidade orgânica que, além de tratar das matérias específicas no domínio das infraestruturas, transportes e comunicações, prestava também apoio e colaboração em áreas transversais para o serviço. Também a saída da dirigente intermédia, que chefiava a outra Divisão da área dos assuntos europeus, para exercer funções em regime de comissão de serviço num gabinete governamental, teve impacto para o serviço.

A nível da execução de políticas públicas com influência para as áreas de atuação da DGAE, são de sublinhar as medidas previstas no Programa para o Comércio, que competia a esta Direção-Geral implementar, conforme previsto no respetivo Plano de Atividades para 2017, de entre as quais se destacam as seguintes, igualmente inscritas no Programa SIMPLEX + de 2017:

- Medida Lojas com História, tendo por objetivo desenvolver uma plataforma de informação sobre entidades e estabelecimentos comerciais de interesse histórico e cultural ou social. Para a sua concretização, foi elaborada e apresentada pela DGAE uma candidatura ao Sistema de Apoio à Modernização Administrativa (SAMA).
- Medida Mapa do Comércio, Serviços e Restauração – visando a criação de uma base de dados georreferenciada, disponível *online*, com informação sobre os estabelecimentos comerciais e de serviços existentes no território nacional, com ligação com o Balcão do Empreendedor, objeto também de uma candidatura submetida ao SAMA.

Ainda no âmbito do programa SIMPLEX +, estava prevista a implementação por parte da DGAE de outras duas medidas relevantes, designadamente para os agentes económicos:

- Medida Informação ao Consumidor + Simples, incluída no programa SIMPLEX + de 2016, destinada a simplificar e harmonizar as obrigações de informação ao consumidor que devem ser afixadas nos estabelecimentos comerciais de venda de bens e/ou prestação de serviços, a qual foi concretizada em 2017.
- Medida Balcão do Empreendedor +, constante do SIMPLEX + de 2017, em que se pretendia disponibilizar progressivamente processos de licenciamento de acesso e de exercício de atividades económicas no Balcão do Empreendedor, tendo a DGAE procedido, como previsto, à desmaterialização completa de todos os serviços associados ao Regime Jurídico das Atividades de Comércio, Serviços e Restauração (RJACSR).

1.2 Orientações gerais e específicas prosseguidas pelo organismo

A DGAE é um serviço central da administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa, integrado no Ministério da Economia (ME).

De acordo com o Decreto Regulamentar n.º 5/2015, de 20 de julho, a DGAE tem por missão a promoção e o desenvolvimento de um ambiente institucional mais favorável à competitividade e à inovação empresarial, através do apoio à conceção, execução, divulgação e avaliação de políticas do comércio e dos serviços, competindo-lhe também assegurar a coordenação das relações bilaterais, europeias e internacionais, no âmbito de atuação do ME.

No âmbito da respetiva lei orgânica, a DGAE prossegue as seguintes atribuições:

- Contribuir para a definição, articulação e dinamização das políticas setoriais relativas ao comércio e aos serviços, acompanhando e avaliando a execução das medidas delas decorrentes;
- Monitorizar e avaliar a execução das medidas decorrentes das políticas públicas definidas e dirigidas às atividades económicas, promovendo e participando na elaboração do respetivo enquadramento legislativo e regulamentar, sem prejuízo das competências próprias de outros serviços e organismos;
- Contribuir para a definição de políticas económicas no quadro da economia circular, nomeadamente, das aplicáveis à gestão de resíduos, propondo medidas conducentes à criação de valor económico, designadamente de valorização dos resíduos, enquanto matéria-prima secundária, colaborando na conceção e elaboração dos respetivos instrumentos legais e regulamentares, sem prejuízo das competências próprias de outros serviços e organismos;

- Promover a adoção de políticas e de regulamentação que visem a simplificação administrativa e a redução ou eliminação dos custos de contexto para os agentes económicos, sem prejuízo das competências próprias de outros serviços e organismos;
- Preparar, apoiar e assegurar a intervenção nacional na adoção de medidas internacionais e da União Europeia, no domínio das políticas públicas económicas, incluindo a transposição de diretivas e a aplicação de regulamentos, sem prejuízo das competências do IAPMEI — Agência para a Competitividade e Inovação, I. P. (IAPMEI, I. P.), relativas à indústria e inovação;
- Assegurar a coordenação nacional para o acompanhamento da aplicação, enquanto instrumento de política económica, da Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno, nomeadamente, como ponto de contacto nacional para a assistência mútua e cooperação entre autoridades administrativas competentes, no quadro do Sistema de Informação do Mercado Interno;
- Acompanhar a conceção e a execução das políticas setoriais para a indústria e participar na preparação da posição nacional sobre os dossiês com relevância para a indústria a assumir nas instâncias europeias e internacionais, sem prejuízo das competências atribuídas ao IAPMEI, I. P.;
- Potenciar a criação de condições favoráveis ao desenvolvimento do empreendedorismo, da competitividade, da inovação, da sustentabilidade e da internacionalização das empresas, sem prejuízo das competências próprias de outros serviços e organismos;
- Promover a articulação da política de empresa com outras políticas públicas, visando o crescimento sustentável;

- Definir, coordenar e dinamizar, no âmbito do ME, o desenvolvimento e a adoção de instrumentos e de iniciativas estratégicas, relativas à responsabilidade social e ao desenvolvimento sustentável;
- Coordenar e dinamizar a atuação do ME em matéria de auxílios de Estado;
- Contribuir para a definição e execução das políticas que enquadram o relacionamento económico externo, em articulação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), apoiando o ME em matéria de relações internacionais e de relações com a União Europeia (UE);
- Coordenar a participação do ME no quadro dos assuntos europeus, designadamente através do acompanhamento dos processos de transposição das diretivas e de execução dos regulamentos, bem como dos processos de pré-contencioso e de contencioso da UE;
- Coordenar, propor e desenvolver atividades no âmbito da cooperação internacional, europeia e bilateral, designadamente com os países de língua oficial portuguesa, sem prejuízo das competências próprias dos órgãos e serviços do MNE;
- Assegurar o planeamento do aprovisionamento e gestão das matérias-primas e dos recursos industriais em situação de crise e de guerra e apoiar o Governo em matéria de planeamento civil de emergência, no quadro definido pelo Decreto-Lei n.º 73/2012, de 26 de março;
- Assegurar, a nível externo, a representação nacional nos grupos de trabalho correspondentes do Comité de Planeamento Civil de Emergência da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em articulação com os serviços competentes do Ministério da Defesa Nacional.

Compete, ainda, à DGAE, durante a vigência dos contratos de contrapartidas ou de cooperação industrial celebrados entre o Estado Português e os fornecedores de material de defesa, no âmbito de programas de aquisição de equipamentos e sistemas de defesa, acompanhar a respetiva execução, em articulação com o membro do Governo responsável pela área da defesa nacional¹.

¹ Anexo I – Organograma da DGAE.

II. AUTOAVALIAÇÃO

2.1 *Análise dos resultados alcançados*

De acordo com a Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, a avaliação de desempenho de cada serviço público assenta num Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) que é estruturado em objetivos estratégicos plurianuais e em objetivos operacionais, definidos anualmente e que concorrem para os objetivos estratégicos.

Os objetivos operacionais são considerados segundo três níveis de parâmetros: eficácia, eficiência e qualidade. Para o QUAR da DGAE de 2017² foram considerados dois objetivos de eficácia, três de eficiência e um de qualidade, conforme se pode verificar no quadro I.

QUADRO I - Objetivos do QUAR 2017

OBJETIVOS OPERACIONAIS	OE
Eficácia	
O1. Reforçar a coordenação dos assuntos europeus e internacionais do ME e garantir a representação da DGAE nas estruturas nacionais e internacionais	OE1, OE2, OE3, OE4 e OE5
O2. Contribuir para a implementação de medidas do Programa para o Comércio e para a melhoria do desenvolvimento das atividades económicas	OE1, OE2, OE3, OE4 e OE5
Eficiência	
O3. Garantir os prazos de resposta às solicitações dirigidas à DGAE	OE1, OE2, OE3, OE4 e OE5
O4. Racionalizar os custos operacionais da DGAE	OE1, OE3 e OE5
O5. Melhorar o acesso ao exercício das atividades económicas	OE1, OE2, e OE5
Qualidade	
O6. Melhorar as competências da DGAE e a qualidade dos serviços prestados	OE1, OE2, OE3, OE4 e OE5

OE - Objetivos estratégicos

² Anexo II – QUAR da DGAE - Resultados.

2.1.1. Resultados dos Indicadores

Para cada objetivo foram definidos indicadores de desempenho e estabelecidas metas, para aferir em que medida os objetivos foram alcançados. Seguidamente, serão analisados, em detalhe, os resultados de cada indicador e dos respetivos objetivos³.

OBJETIVOS DE EFICÁCIA

Quadro II – Resultados dos indicadores do objetivo 1

O1. Reforçar a coordenação dos assuntos europeus e internacionais do ME e garantir a representação da DGAE nas estruturas nacionais e internacionais				Peso: 50%
<i>Indicadores</i>	Meta	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização
Ind. 1. Taxa de participação em reuniões planeadas	[85%;95%]	100%	87%	100%
Ind. 2. Taxa de recomendações de políticas públicas relevantes apresentadas	[10%;20%]	25%	12%	100%

No âmbito do Ministério da Economia, a DGAE é a entidade coordenadora dos assuntos europeus, das relações internacionais e das relações económicas bilaterais e multilaterais com os países parceiros de Portugal. Para além dessas atribuições de coordenação, acresce também a participação ativa em diversos espaços de intervenção e negociação em áreas da sua competência, quer no âmbito da União Europeia, quer noutras instâncias ou organizações internacionais.

O **indicador 1** representa a percentagem de participação de representantes da DGAE nas reuniões anualmente planeadas, mais especificamente nas instâncias europeias e

³ Convém precisar uma questão metodológica: a taxa de realização de cada indicador foi calculada de acordo com o critério definido pelo GEE, nomeadamente no documento “SIADAP 1 - Orientações para a preparação do QUAR 2014”.

internacionais, onde, na generalidade das situações, são discutidas, preparadas e negociadas as posições a assumir por Portugal no quadro do ME.

Não obstante terem-se verificado alguns constrangimentos resultantes da interrupção da execução do contrato de prestação de serviços de viagens e alojamento com a empresa que ganhou o respetivo concurso, devido aos diversos recursos apresentados por um dos concorrentes, foi possível encontrar soluções alternativas para garantir a participação nas reuniões, sem comprometer os resultados deste indicador.

Assim, das 229 reuniões planeadas, a DGAE esteve representada em 199, o que resulta numa taxa participação de 86,9%, que se enquadra no intervalo previsto para este indicador, cuja meta foi assim atingida.

Para além da defesa dos interesses nacionais nessas reuniões de âmbito europeu e internacional, foi considerado fundamental que, previamente ou após a sua realização, fossem apresentadas propostas que permitissem definir ou reforçar a atuação e a posição portuguesa nos temas em discussão e em aprovação ou que pudessem contribuir para melhorar o conhecimento ou a ação governativa nas áreas em apreço.

Quadro III – Taxa de recomendação de políticas públicas por Unidade Orgânica

U.O.	Recomendações	Reuniões	Taxa
DSAE	3	26	11,54%
DSCI	11	88	12,50%
DSPE	3	28	10,71%
DSSE	5	36	13,89%
DSCSR	2	17	11,76%
DC	0	4	0,00%
Total	24	199	12,06%

U.O. - Unidade Orgânica

O **indicador 2** traduz precisamente a relação entre o número de propostas apresentadas face ao número de reuniões onde a DGAE esteve representada. O resultado para este indicador foi de 12,1%, situando-se no intervalo previsto para a meta. Os dados mais detalhados para este indicador, com informação sobre o número de propostas por direções de serviço, constam do quadro III.

Quadro IV – Resultados dos indicadores do objetivo 2

O2. Contribuir para a implementação de medidas do Programa para o Comércio e para a melhoria do desenvolvimento das atividades económicas				Peso: 50%
<i>Indicadores</i>	Meta	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização
Ind. 3. Taxa de execução das medidas previstas para 2017 no Programa para o Comércio	[90%;100%]	125%	92%	100%
Ind. 4. N.º de propostas de formulação e avaliação da execução de políticas públicas apresentadas	[5;7]	9	9	125%
Ind. 5. N.º de ações de capacitação no domínio do RJACSR	[2;4]	7	5	113%

No âmbito do Programa para o Comércio, estava prevista a realização, em 2017, de 13 atividades, tendo sido realizadas 12 delas⁴, o que representa uma taxa de realização de 92,3%, atingindo-se assim a meta referente ao **indicador 3**.

Relativamente ao **indicador 4**, foram apresentadas à Tutela as seguintes 9 propostas de formulação e avaliação da execução de políticas públicas:

- Proposta de reforço de regras de cumprimento das obrigações de transparência em matéria de auxílios de Estado;
- Proposta de Portaria tendo em vista a regulamentação da introdução de novos produtos do tabaco no mercado e fixação das respetivas taxas;

⁴ Essas atividades estão discriminadas na matriz de atividades da DSCSR, com a seguinte numeração: 10, 11, 24, 35, 37, 40, 53 e 55 a 60.

- Proposta, no âmbito do Programa para o Comércio, de criação de um "Ciclo de Sessões públicas de esclarecimento e informação: Sessões Prevenir, Sessões Candidatar e Sessões Licenciatar";
- Proposta, no âmbito do Programa para o Comércio, de criação de um *helpdesk* de apoio ao Comércio, Serviços e Restauração;
- Proposta, no âmbito do Programa para o Comércio, de candidatura (ao SAMA) para implementação da medida "Inventário Nacional das Lojas com História";
- Proposta, no âmbito do Programa para o Comércio, de metodologia para Divulgação e Promoção (*roadshow*) do Programa "Lojas com História";
- Proposta, no âmbito do Programa para o Comércio, de caderno de encargos para o estudo de uma Base de Dados do comércio, serviços e restauração e estudo de diagnóstico ao setor das artes e ofícios tradicionais;
- Proposta, no âmbito do Programa para o Comércio, de desenvolvimento da plataforma "Informação ao Comerciante + simples";
- Proposta de versão revista do Plano Orientador para a Responsabilidade Social das Empresas e Plano Nacional de Ação para a Conduta Empresarial Responsável e Direitos Humanos 2017/2020.

A meta para o indicador 4 foi superada com a apresentação das nove propostas acima discriminadas, já que se previa que, no máximo, fossem apresentadas 7 propostas.

Fazendo jus à exigência de "...uma cooperação próxima e exigente entre a administração central e os municípios...", constante da norma preambular do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, que aprovou o Regime Jurídico das Atividades de Comércio, Serviços e Restauração (RJACSR), a DGAE planeou e inscreveu no **indicador 5** a realização de ações de capacitação no domínio desse regime jurídico.

Esse Ciclo de Seminários de Capacitação contou também com a participação da ASAE e da docente Ana Cláudia Guedes da Faculdade de Direito, da Universidade de Coimbra, perita nessa matéria, tendo como principais destinatários os interlocutores das Câmaras Municipais.

Neste domínio, foram realizadas 5 ações destinadas às seguintes entidades municipais:

- Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, ação realizada em Tomar, em 16 de fevereiro;
- Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, ação realizada em Santarém, em 20 de abril;
- Comunidade Intermunicipal de Terras de Trás-os-Montes, ação realizada em Bragança, em 7 de junho;
- Área Metropolitana de Lisboa, ação realizada em Lisboa, em 4 de outubro;
- Área Metropolitana de Lisboa, ação realizada em Lisboa, em 18 de outubro.

Ao todo, estas ações tiveram 205 participantes de 44 municípios.

A meta relativa a este indicador foi assim ultrapassada com a realização dessas 5 ações, sendo também de salientar que, no final do ano de 2016, já tinham sido realizadas outras duas ações envolvendo as Comunidades Intermunicipais do Oeste e do Algarve.

OBJETIVOS DE EFICIÊNCIA

Quadro V – Resultados dos indicadores do objetivo 3

O3. Garantir os prazos de resposta às solicitações dirigidas à DGAE				Peso: 40%
<i>Indicadores</i>	Meta	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização
Ind. 6. % de pareceres relevantes emitidos dentro do prazo	[92,5%;97,5%]	100%	99%	122%
Ind. 7. % de solicitações respondidas com caráter substantivo dentro do prazo	[92,5%;97,5%]	100%	98%	116%

Pretendeu-se com este objetivo, e com os indicadores que lhe estão associados, que uma elevada percentagem dos pareceres técnico-jurídicos e de solicitações dirigidas à DGAE (envolvendo a análise de propostas, a emissão de outro tipo de pareceres, a preparação de

dossiês, a transposição de diretivas, etc.) e enquadradas nas suas atribuições fossem efetuados nos prazos estipulados ou acordados com as entidades que os solicitaram, procurando garantir, em simultâneo, a qualidade do trabalho efetuado.

Nesse sentido, para o **indicador 6**, foram apurados os seguintes resultados globais, envolvendo todos os Serviços: dos 713 pareceres que foram solicitados à DGAE, nas mais diversas áreas, 709 foram respondidos nos prazos estipulados, o que corresponde a 99,4%, ou seja, acima do limite superior da meta que foi estabelecida no QUAR. Essa informação consta do sistema de gestão documental e dos quadros de acompanhamento e avaliação que foram criados para monitorização permanente da emissão de pareceres.

No que diz respeito ao **indicador 7**, há a registar 2294 solicitações respondidas dentro dos respetivos prazos, de um total de 2335 solicitações dirigidas à DGAE, cumprindo-se assim, em 98,2% das situações, os prazos que foram fixados. Esses elementos foram recolhidos dos quadros de gestão que monitorizam as respostas às solicitações existentes nos diversos serviços, que contêm indicação das solicitações recebidas, prazos de resposta e as datas em que as mesmas foram objeto de resposta.

Quadro VI – Resultados dos indicadores do objetivo 4

O4. Racionalizar os custos operacionais da DGAE				Peso: 30%
<i>Indicadores</i>	Meta	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização
Ind. 8. Taxa de redução dos custos com a aquisição de papel de impressão face aos custos de 2016	[15%;25%]	30%	28%	120%

No sentido de promover a redução do consumo de papel e demais consumíveis, tendo como objetivo não só a redução de custos, mas também a mudança de cultura e de práticas visando a desmaterialização da documentação, alinhando assim com as orientações governamentais

nesse sentido, a DGAE elegera como uma das prioridades para 2017 a redução dos custos com a aquisição de papel de impressão face aos custos de 2016 (correspondente ao **indicador 8**).

De acordo com os dados da execução orçamental, os custos com a aquisição de papel de impressão atingiram, em 2016, os 2.136,45 € e, em 2017, os 1.543,43 €, verificando-se assim uma redução de 27,8% nos custos de um ano para o outro, superando a meta prevista para este indicador, em que se previa no máximo uma redução de 12,5%.

Quadro VII – Resultados dos indicadores do objetivo 5

O5. Melhorar o acesso ao exercício das atividades económicas				Peso: 30%
<i>Indicadores</i>	Meta	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização
Ind. 9. Tempo médio de emissão do título: prestamistas, leiloeiras, diamantes e certificados profissionais (dias úteis)	[3;5]	2	2	125%
Ind. 10. Tempo médio de emissão da licença para o exercício da atividade no âmbito dos precursores de droga (dias úteis)	[50;60]	45	53	100%
Ind. 11. Tempo médio de emissão do título de Registo de Fertilizantes (dias úteis)	[20;30]	15	41	73%

Um dos propósitos da DGAE, de caráter operacional, que foi inscrito no QUAR de 2017, visava a melhoria do acesso ao exercício das atividades económicas, procurando reduzir o tempo de resposta aos agentes económicos em áreas em que os serviços têm de emitir licenças ou de efetuar registos.

No caso do **indicador 9**, foi assumido o compromisso de o tempo de resposta médio (não incluindo os períodos em que se aguardava a apresentação de documentação em falta por

parte dos requerentes) para a emissão dos títulos respeitantes aos prestamistas, leiloeiras, diamantes ou certificados profissionais se situasse entre os 3 e os 5 dias. O resultado obtido foi de 2 dias, ultrapassando-se a meta prevista para este indicador.

No que respeita ao **indicador 10**, estava previsto que o tempo médio para a emissão da licença dos precursores de droga estivesse compreendido entre os 50 e 60 dias (suspendendo-se o prazo sempre que fosse pedida documentação em falta aos requerentes). Em 2017, foi o primeiro ano em que a DGAE assumiu esta competência, não havendo experiência nesta matéria, pelo que a principal prioridade foi a de criar um procedimento sobre a emissão de licenças (para além de outros dois, um sobre o registo dos operadores e outro relativo à informação anual dos operadores) e a de cumprir o prazo estipulado para a emissão dessa licença, que não poderia ultrapassar os 60 dias. O tempo médio verificado foi de 53 dias, alcançando-se a meta fixada para este indicador.

O **indicador 11** reporta-se ao tempo médio para a emissão (em dias úteis) do título de Registo de Fertilizantes, tendo-se verificado o incumprimento da meta estipulada, por insuficiência de recursos humanos necessários à verificação da documentação e análise dos pedidos. Com efeito, dos 238 processos objeto de apreciação, foram autorizados e enviados aos operadores económicos 79 títulos de registos no tempo médio de 41 dias, quando a meta para este indicador previa um tempo máximo de resposta de 30 dias. De referir, no entanto, que, para além dos títulos enviados aos operadores, foram indeferidos um conjunto de 64 pedidos e arquivados 15 pedidos (a pedido dos respetivos operadores económicos ou por ausência de resposta daqueles).

Para além da análise dos pedidos de registo, a DGAE respondeu ainda a cerca de duas centenas de pedidos de esclarecimentos enviados por operadores económicos no âmbito de dúvidas suscitadas pela aplicação do Decreto-Lei n.º 103/2015 e procedeu à análise de seis pedidos de aditamento submetidos para apreciação da DGAE de novos tipos de matérias fertilizantes.

OBJETIVOS DE QUALIDADE

Quadro VIII – Resultados dos indicadores do objetivo 6

O6. Melhorar a qualificação e as competências das/os trabalhadoras/es da DGAE				Peso: 100%
<i>Indicadores</i>	Meta	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização
Ind. 12. Número de ações realizadas em colaboração com a Academia	[4;6]	8	8	125%
Ind. 13. Grau de satisfação dos destinatários dos serviços	[3,0;3,6]	5	4,26	114%

No que diz respeito ao **indicador 12**, estava prevista a realização de 4 a 6 ações em colaboração com a Academia, tendo sido ultrapassada a meta prevista para este indicador com a realização das seguintes 8 ações:

- *Workshop*, realizado em 24 de março, na Faculdade de Direito de Lisboa, sobre o "Pacote Serviços: Desafios e Oportunidades do Cartão Eletrónico Europeu de Serviços", coorganizado pela DGAE e pelo Instituto Europeu da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com a participação de *stakeholders* institucionais (de vários departamentos da Administração Pública) e de *stakeholders* não-institucionais (representantes de confederações e associações empresariais);
- Conferência sobre as "Organizações Eficazes: Trabalho Digno e Crescimento Económico: Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais", realizado em 16 de maio, em colaboração com a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, no Auditório Armando Guebuza da referida Universidade;
- *Workshop* sobre o "Rótulo Ecológico da União Europeia", realizado em 31 de maio, coorganizado com a Universidade do Minho e com o apoio e a participação da Comissão Europeia, no âmbito da comemoração dos 25 anos do REUE, o qual teve lugar em Braga;
- Seminário sobre as "Cidades Inteligentes /Smart Cities", realizado em 31 de maio, nas instalações da DGAE, tendo como orador o Professor Miguel de Castro Neto, da Universidade Nova de Lisboa IMS (Information Management School);

- Seminário subordinado ao tema a “Nova Rota da Seda - Oportunidades para Portugal”, realizado, em 3 de julho, nas instalações da DGAE, com a participação e apresentação da Professora Fernanda Ilhéu, do Instituto Superior de Economia e Gestão;
- *Workshop* sobre o “Brexit e a Economia Portuguesa”, realizado nas instalações do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, em 30 de outubro, coorganizado entre aquele Instituto e a DGAE;
- Seminário sobre “Responsabilidade Social e Ética Empresarial” realizado, em 15 de novembro, nas instalações da DGAE, com a colaboração do ISCAL - Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, tendo como oradores os Professores Jorge Rodrigues e Fernando Miguel Seabra
- Inquérito Nacional sobre Conduta Empresarial Responsável (e Direitos Humanos), elaborado pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, com a validação da DGAE, a aplicar ao tecido empresarial português.

A avaliação do nível de satisfação dos destinatários dos serviços foi incluída no QUAR (**indicador 13**). Para efetuar essa avaliação, recorreu-se a um inquérito, preenchido através da internet, tendo o respetivo acesso sido enviado a 494 interlocutores da Administração Pública Central, Administração Pública Local, Associações, Embaixadas, Empresas, Membros do Governo, Particulares e Universidades.

As questões constantes desse questionário⁵ incidiram nos seguintes aspetos:

- Disponibilidade e capacidade técnica dos trabalhadores da DGAE em resolver/responder às solicitações;
- Existência de interlocutores responsáveis pelas relações com os parceiros/utilizadores/clientes;
- Meios expeditos na prestação do serviço (uso de e-mail, atendimento telefónico, informação disponível no site);
- Serviços prestados;
- Qualidade e clareza da informação disponibilizada;

⁵ Anexo IV – Questionário de satisfação dos destinatários dos serviços.

- Tempo de resposta às solicitações.

Para cada um desses itens, foi utilizada uma escala de *Likert*, com cinco níveis de satisfação, em que as hipóteses de avaliação eram as seguintes:

- 1 - Muito Insatisfeito
- 2 - Insatisfeito
- 3 - Pouco Satisfeito
- 4 - Satisfeito
- 5 - Muito Satisfeito

Foram recebidas 101 respostas, correspondendo a uma taxa de participação de 20,4%, cujos resultados constam do quadro IX.

Quadro IX - Resultados do inquérito de satisfação por parte dos destinatários dos serviços

Grupos	MI	I	PS	S	MS	NS/NR
1. Disponibilidade e capacidade técnica dos trabalhadores da DGAE em resolver/responder às solicitações	2,94%	2,94%	3,92%	35,29%	52,94%	1,96%
2. Existência de interlocutores responsáveis pelas relações com os parceiros /utilizadores /clientes	3,92%	0,98%	4,90%	37,25%	48,04%	4,90%
3. Meios expeditos na prestação do serviço (uso de e-mail, atendimento telefónico, informação disponível no site)	1,96%	1,96%	3,92%	51,96%	35,29%	4,90%
4. Serviços prestados	3,92%	1,96%	3,92%	46,08%	39,22%	4,90%
5. Qualidade e clareza da informação disponibilizada	2,94%	2,94%	2,94%	41,18%	48,04%	1,96%
6. Tempo de resposta às solicitações	2,94%	0,98%	7,84%	50,00%	34,31%	3,92%
Total	3,10%	1,96%	4,58%	43,63%	42,97%	3,76%

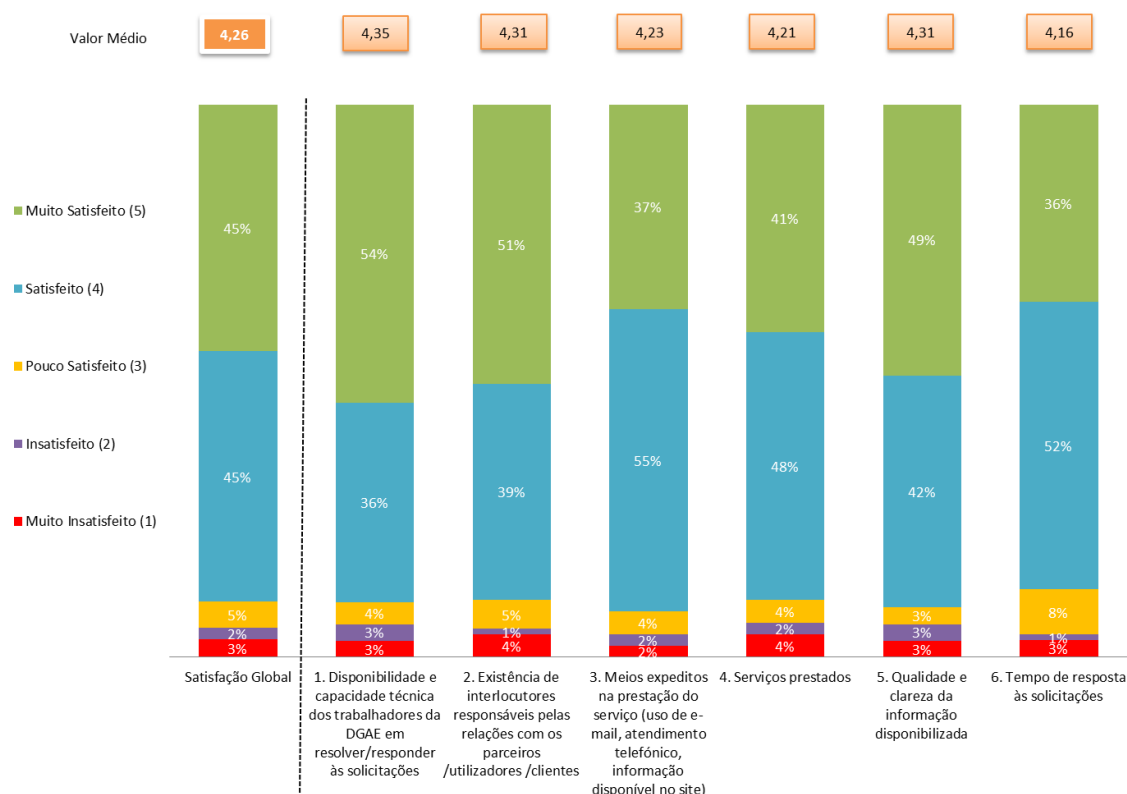
MI - Muito Insatisfeito, I - Insatisfeito, PS - Pouco Satisfeito, S - Satisfeito, MS - Muito Satisfeito, NS/NR - Não Sabe/Não Responde

Da análise a estes resultados, constata-se que, em relação à generalidade das questões colocadas, o nível de satisfação foi bastante elevado. Com efeito, 43,6% manifestaram-se satisfeitos e 43% muito satisfeitos.

Para apuramento da média ponderada de cada item não foram consideradas as respostas na opção “não sabe/não responde”, uma vez que não eram objeto de qualquer pontuação.

Os resultados deste apuramento constam do gráfico 1.

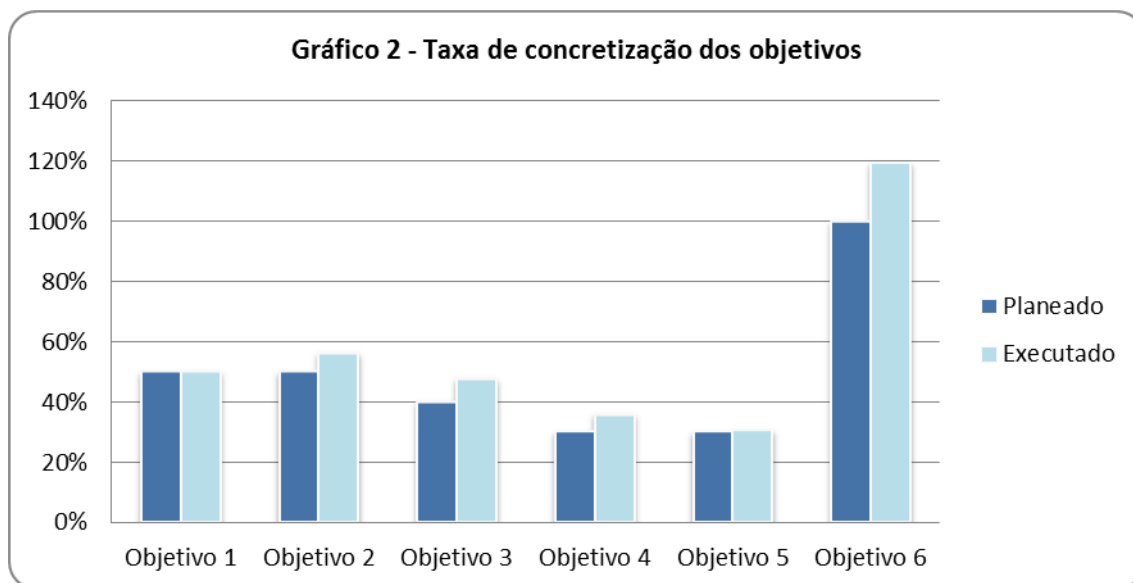
Gráfico 1 - Satisfação Global por áreas por parte dos destinatários dos Serviços



A média total de satisfação dos destinatários dos serviços da DGAE que participaram neste inquérito foi de 4,26, ultrapassando a meta prevista para este indicador em que se previa uma pontuação máxima de 3,6.

2.1.2. Resultados dos objetivos e dos parâmetros

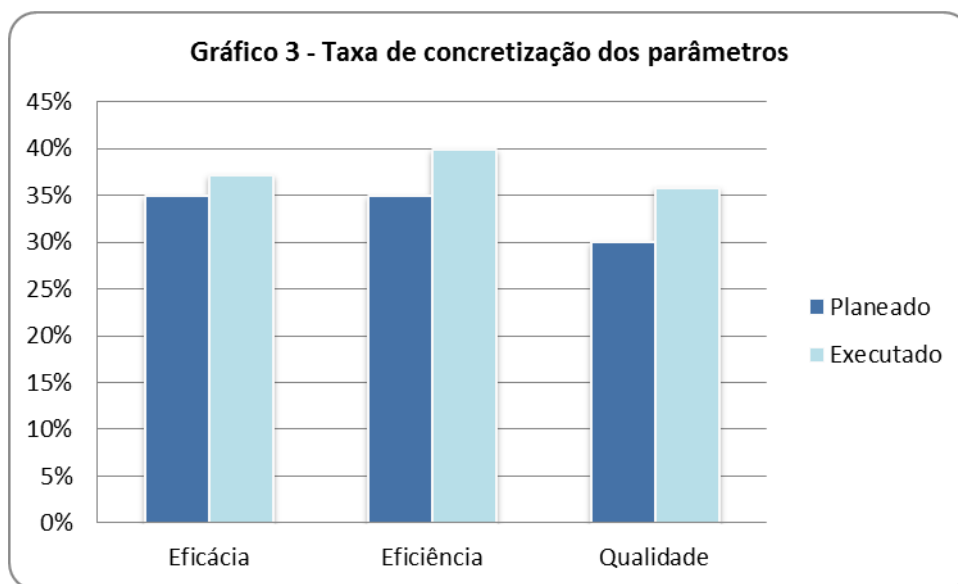
Com base na taxa de realização dos indicadores, foram apuradas as taxas de concretização dos objetivos (ilustradas no gráfico 2) podendo concluir-se que o resultado previsto para o objetivo 1 foi atingido e os resultados dos objetivos 2 a 6 foram superados (embora no caso do objetivo 5 essa superação tenha sido de apenas 0,5 p.p.).



No que diz respeito aos parâmetros eficácia, eficiência e qualidade, a taxa de concretização (como se pode constatar pelo quadro X e gráfico 3) ultrapassou o planeado.

QUADRO X - Avaliação global do serviço

	Eficácia	Eficiência	Qualidade
Planeado	35,0%	35,0%	30,0%
Executado	37,2%	39,9%	35,9%
Avaliação global	113,0%		



Como conclusão da autoavaliação, é de referir que todos os objetivos previstos no QUAR foram atingidos ou superados e que a taxa de concretização global foi cerca de 113% (quadro X), apesar de terem sido realizadas muitas outras atividades, como será detalhado no ponto seguinte deste relatório, que podem não ter contribuído diretamente para estes objetivos, mas que foram essenciais para o desempenho positivo dos serviços.

2.2 *Análise dos desvios relativamente aos recursos*

2.2.1. *Recursos Humanos*

O quadro XI contém informação sobre os recursos humanos existentes na DGAE no final do ano de 2017, por carreiras ou cargos dirigentes, sendo de salientar que, do total de 129 postos de trabalho planeados, apenas foram preenchidos 100 postos de trabalho, verificando-se, também, uma redução de 11,5% no número de efetivos em relação ao ano de 2016.

Esta redução do número de efetivos resultou da saída da DGAE de 20 trabalhadores, quando apenas se verificou a entrada de 7 trabalhadores (correspondendo a uma taxa de reposição de apenas 35%). Nessa saída teve um peso significativo os 7 trabalhadores que foram transferidos para o IMT, I.P., uma vez que este Instituto passou a assumir, na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 79/2016, de 23 de novembro, as atribuições de coordenação das relações bilaterais, europeias e internacionais nas áreas das infraestruturas, dos transportes e das comunicações, que eram asseguradas pela DGAE. De realçar, também, a saída de 4 trabalhadores em mobilidade interna e outros 4 por nomeação ou em comissão de serviço. Os restantes 5 saíram por motivos diversos.

Quadro XI - Recursos Humanos

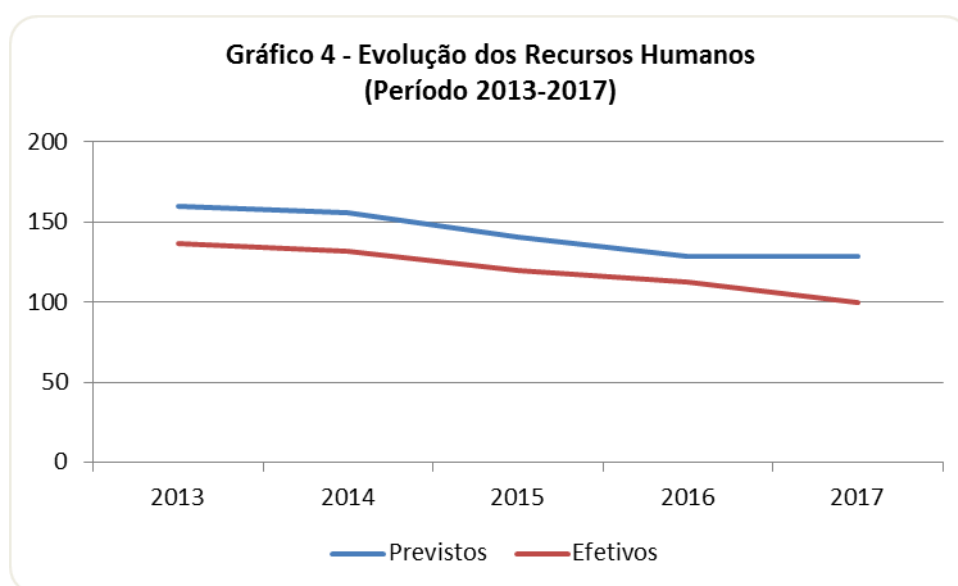
Grupo de Pessoal Cargo/Carreira	Planeados (QUAR)	Efetivos (31-12-2017)	Desvio	
			Planeado	2016
Direção Superior	2	1	-1	0
Direção intermédia	18	16	-2	-2
Técnico Superior ^(*)	81	56	-25	-11
Assistente Técnico ^(**)	20	20	-1	-1
Assistente Operacional	8	7	0	1
Total	129	100	-29	-13

^(*) - Inclui especialistas de informática

^(**) - Inclui técnicos de informática

Constata-se igualmente que o número de postos de trabalho preenchidos ficou aquém dos 129 necessários (menos 22,5%). Essa situação ficou a dever-se à dificuldade de recrutamento de técnicos especializados para as áreas em que a DGAE tem efetivas necessidades, agravada pela circunstância de não ter sido possível contratar, como sucedeu em anos anteriores, técnicos provenientes do Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (CEAGP), que não funcionou no ano transato.

Desde 2013 que se tem vindo a verificar uma redução do número de trabalhadores efetivos, como se pode constatar pelo Gráfico 4. A manter-se esta tendência, poderão estar em causa os resultados do desempenho da DGAE.



2.2.2. Recursos Financeiros

Em 2017, o orçamento disponível da DGAE, deduzido das cativações, que representaram 556 milhares de euros, foi de, aproximadamente, 5,3 milhões de euros (cerca de 202 mil euros a menos do que em 2016), as quais incidiram especialmente no agrupamento das aquisições de

bens e serviços (com 258 mil euros a menos do que em 2016). O montante executado da despesa de funcionamento ultrapassou ligeiramente os 4,6 milhões de euros, o que correspondeu a um decréscimo de 4,2% em relação ao ano transato, ou seja, cerca de 205 mil euros a menos (cf. quadros XII e XIII).

Os dois agrupamentos que tiveram um peso significativo na estrutura da despesa foram os relativos às despesas com o pessoal (79,4%) e à aquisição de bens e serviços (17,79%). As aquisições de bens de capital representaram 2,7% da despesa e os restantes agrupamentos, juros e outros encargos, transferências correntes e outras despesas correntes tiveram reduzida expressão na estrutura de despesa da DGAE.

Quadro XII - Estrutura da despesa em 2017

Unidade: Euro

GRUPOS DE DESPESA	2017							
	Inicial		Disponível		Executado		Taxa de execução	Desvio
	Valor	%	Valor	%	Valor	%		
Despesas com pessoal	4.337.308,00	74,47%	3.929.764,00	74,60%	3.679.577,07	79,41%	93,63%	250.186,93
Aquisição de bens e serviços	1.421.501,00	24,41%	1.027.849,00	19,51%	819.962,73	17,70%	79,77%	207.886,27
Juros e outros encargos	0,00	0,00%	15,00	0,00%	10,10	0,00%	67,33%	4,90
Transferências correntes	15.300,00	0,26%	15.300,00	0,29%	4.148,18	0,09%	27,11%	11.151,82
Outras despesas correntes	21.755,00	0,37%	6.962,00	0,13%	3.332,47	0,07%	47,87%	3.629,53
Aquisições de bens de capital	28.262,00	0,49%	287.944,00	5,47%	126.751,50	2,74%	44,02%	161.192,50
Total	5.824.126,00	100,00%	5.267.834,00	100,00%	4.633.782,05	100,00%	87,96%	634.051,95

Fonte: SGME

A taxa de execução do orçamento foi de 87,96%, ligeiramente inferior à do ano anterior, que se havia situado nos 88,74%.

O montante não executado no agrupamento das aquisições de bens e serviços ficou essencialmente a dever-se à execução parcial do contrato de prestação de serviços de viagens e alojamento, que esteve impugnado até ao 2.º semestre, devido ao recurso apresentado por um dos concorrentes ao respetivo concurso; ao pagamento de apenas 50% da despesa referente ao Estudo sobre o Funcionamento do Mercado de Manuais Escolares, que não foi concluído em 2017; à baixa execução verificada na rubrica energia, devido às reposições

abatidas por parte dos Serviços Sociais da Administração Pública; ao facto de os serviços de consultadoria terem ficado aquém do inicialmente previsto e os que foram realizados em dezembro só terem sido liquidados já no ano seguinte.

Quadro XIII – Comparação do orçamento disponível e da despesa efetuada entre 2016 e 2017

Unidade: Euro

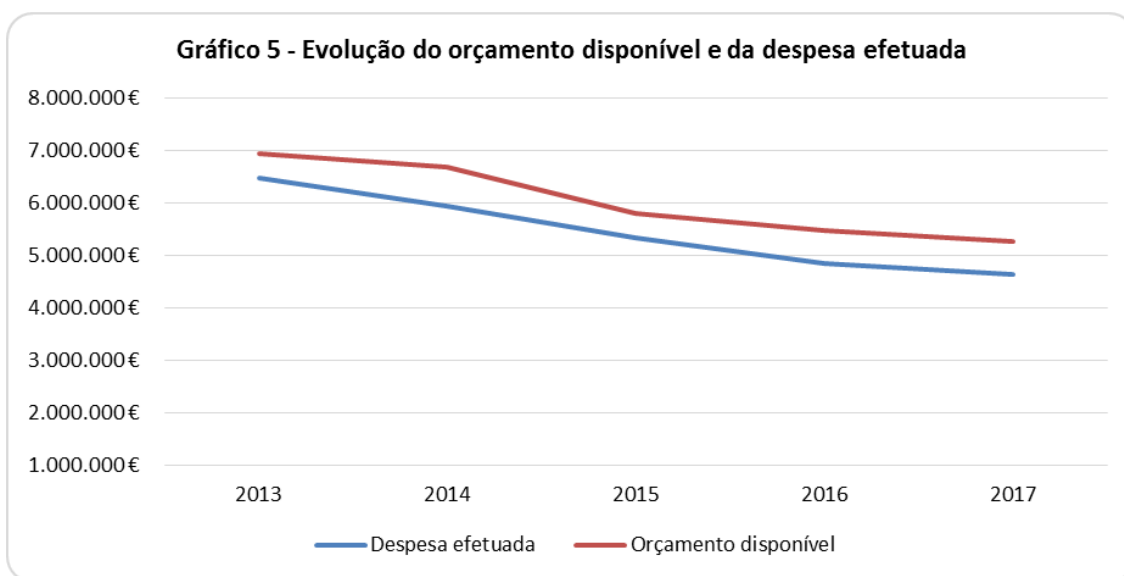
GRUPOS DE DESPESA	Disponível		Executado	
	Desvio (2017-2016)	%	Desvio (2017-2016)	%
Despesas com pessoal	33.408,00	0,86%	-214.103,67	-5,50%
Aquisição de bens e serviços	-258.193,00	-20,08%	-99.087,06	-10,78%
Juros e outros encargos	-485,00	-97,00%	-0,58	-5,43%
Transferências correntes	95,00	0,62%	-11.055,71	-72,72%
Outras despesas correntes	-9.079,00	-56,60%	-3.018,29	-47,53%
Aquisições de bens de capital	32.474,00	12,71%	122.032,61	2586,04%
Total	-201.780,00	-3,69%	-205.232,70	-4,24%

Fonte: SGME

Nas transferências correntes, a reduzida execução teve origem no não pagamento da contribuição para o Comité da Construção Naval, já que, de acordo com orientação nesse sentido, a DGAE deixou de representar Portugal no referido Comité.

No caso das aquisições de bens de capital, que teve uma execução de apenas 44%, a principal origem do desvio ficou a dever-se ao protelamento para 2018 do processo de implementação do Sistema de Gestão Documental. Também a aquisição de equipamento informático, que deveria ter ocorrido em 2017, contribuiu para esse baixo nível de execução.

De assinalar a tendência que se tem vindo a verificar desde 2013 de redução muito significativa do orçamento disponível, com uma quebra de 1,7 M€ no período em causa (2013-2017).



2.3 Atividades desenvolvidas, previstas e não previstas no Plano de Atividades

No âmbito da persecução dos seus objetivos, a DGAE tinha inscrito no seu Plano de Atividades para 2017 um conjunto de atividades, a realizar pelas diversas Unidades Orgânicas, relativamente às quais há que aferir da sua realização e dos resultados alcançados.

Por outro lado, durante o ano, houve a necessidade de realizar outras atividades que não tinham sido previstas (e que, como tal, não constavam do referido Plano) de modo a ser possível corresponder a solicitações de diversa índole ou a orientações que foram dirigidas à DGAE pela Tutela.

Uma parte significativa dessas atividades contribuiu decisivamente para o cumprimento dos objetivos constantes do QUAR da DGAE, enquanto outras, embora possam não estar traduzidas nesses objetivos, foram essenciais para o desempenho dos serviços.

2.3.1. Projetos e atividades no âmbito do Programa SIMPLEX+

No Plano de Atividades de 2017, estavam previstas determinadas atividades no âmbito do Programa SIMPLEX+, em que a DGAE participava como entidade coordenadora ou colaborante, em relação às quais se apresenta abaixo o respetivo ponto de situação, sem prejuízo de, na parte respeitante às atividades desenvolvidas pelas Unidades Orgânicas, poder ser feita referência a estas atividades.

- **Medida “Lojas com História” (Medida #208) – SIMPLEX + 2017**

Ministério responsável: Ministério da Economia

Descrição da medida: Desenvolver uma plataforma de informação sobre estabelecimentos comerciais de interesse histórico e cultural ou social, a qual terá como base um inventário nacional destas entidades e estabelecimentos enquanto elemento agregador de conhecimento e divulgação das lojas com história a nível nacional. Esta plataforma será, assim, um instrumento de suporte ao desenvolvimento de políticas públicas de preservação e de promoção das lojas com história, modernizando o enquadramento em que estas atuam. Esta medida será desenvolvida no âmbito do Regime de reconhecimento e proteção de estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social local.

Prazo de implementação previsto: 1.º Trimestre de 2019.

Ponto de situação: A DGAE submeteu, em agosto de 2017, uma candidatura ao Sistema de Apoio à Modernização e Capacitação da Administração Pública (SAMA) com o objetivo de materializar esta medida.

- **Medida “Informação ao Consumidor + Simples” (Medida #133) – SIMPLEX + 2016**

Ministério responsável: Ministério da Economia.

Descrição da medida: Simplificar e harmonizar as obrigações de informação ao consumidor que têm de estar afixadas nos estabelecimentos comerciais de venda de bens e/ou prestação de serviços.

Prazo de implementação previsto: 1.º Trimestre de 2017.

Ponto de situação: A implementação desta medida foi concluída. Esta medida foi materializada através da plataforma Comunicar ao Consumidor que foi publicamente apresentada em dezembro de 2017.

- **Medida “Mapa do Comércio, Serviços e Restauração” (Medida #200) – SIMPLEX + 2017**

Ministério responsável: Ministério da Economia

Descrição da medida: Criar uma base de dados georreferenciada, disponível *online*, com informação sobre os estabelecimentos comerciais e de serviços existentes no território nacional, em ligação com o Balcão do Empreendedor. Esta base de dados deverá constituir um instrumento que permitirá à Administração Pública monitorizar, avaliar e definir políticas públicas para o setor do comércio e serviços e, simultaneamente, permitir aos empresários uma melhor avaliação e identificação de oportunidades de negócio neste setor de atividade.

Numa 1.ª fase, pretende-se realizar um estudo preliminar para avaliação da informação existente na Administração Pública, bem como para identificação de necessidades de recolha adicional de informação e respetiva operacionalização.

Prazo de implementação previsto: 3.º Trimestre de 2018.

Ponto de situação: A DGAE preparou e submeteu, no mês de novembro, uma candidatura ao SAMA onde propôs a realização do estudo que terá como foco a caracterização da ferramenta tecnológica que irá suportar uma plataforma informática, assim como a identificação de todas as fontes de informação relevantes para a caracterização do universo, que se encontram atualmente dispersas pela AP, bem como a respetiva forma de cruzamento e atualização dos dados, por forma a criar uma base de dados com informação fidedigna, sólida e atualizada sobre os estabelecimentos comerciais e de serviços.

- **Medida “Balcão do Empreendedor +” (Medida #26) – SIMPLEX + 2017**

Ministério responsável: Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa

Em colaboração com: Ministério da Economia

Descrição da medida: Disponibilizar progressivamente processos de licenciamento de acesso e de exercício de atividades económicas no Balcão do Empreendedor, garantindo a utilização de *webservice* para integração dos processos nas aplicações das entidades que os tramitam, nomeadamente:

- Atividades de prestamistas, leiloeiras e outros previstos no regime jurídico das atividades de comércio e serviços e restauração (RJACSR);
- Atividades relativas ao Mar;
- Atividades relativas à pecuária;
- Licenciamento industrial (SIR);
- Licenciamento industrial (LUA);

- Controlo prévio urbanístico (SIRJUE).

Prazo de implementação previsto: 1.º Trimestre de 2018.

Ponto de situação: A DGAE procedeu à desmaterialização completa de todos os serviços que se encontravam no âmbito das suas atribuições, respeitantes ao RJACSR.

2.3.2. Atividades desenvolvidas pelas Unidades Orgânicas

Nos quadros seguintes, apresenta-se, por Unidade Orgânica, uma síntese dos resultados alcançados em cada uma dessas atividades. Para uma adequada leitura desses quadros, deve ser tida em consideração a seguinte legenda correspondente à coluna dos níveis de realização respeitante a cada atividade:

- R - Realizada
- NR - Não realizada
- T - Transferida para outra Unidade Orgânica ou para o ano seguinte
- CA - Cancelada

QUADRO XIV
ATIVIDADES PREVISTAS, REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DO COMÉRCIO, SERVIÇOS E RESTAURAÇÃO (DSCSR)

Matriz de Atividades da DSCSR							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DAP	1	Assegurar a representação da DGAE no Grupo de Trabalho da Informação Empresarial Simplificada (IES)	O1	1		R	A DGAE esteve presente em todas as reuniões realizadas pelo GT.
DAP	2	Assegurar a representação da DGAE no Grupo de Trabalho IVA da Restauração	O1	1		R	A DGAE esteve presente em todas as reuniões realizadas pelo GT.
DAP	3	Preparação e elaboração de contributos DAP no âmbito do Projeto AdC-OCDE Avaliação de Impacto Concorrencial	O1	1		R	Foi assegurada a participação da DGAE no Projeto de avaliação de impacto concorrencial OCDE-AdC.
DAP	4	Assegurar a participação da DGAE na Plataforma de Acompanhamento das Relações da Cadeia Agroalimentar (PARCA).	O1	1		R	A DGAE esteve presente em todas as reuniões realizadas da PARCA.
DAP	5	Elaborar pareceres e estudos de carácter económico no âmbito das competências da DAP	O3	5		R	Foram elaborados os pareceres e estudos de carácter económico que foram solicitados ao serviço.

Matriz de Atividades da DSCSR							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DAP	6	Acompanhar a execução do Estudo sobre a Transparência na Cadeia de Valor Agroalimentar			x	R	Foi desenvolvido um conjunto de iniciativas no que diz respeito à dimensão da transparência, destacando-se neste sentido a realização, por parte de Universidade NOVA IMS, de um “Estudo sobre a Transparência na Cadeia de Valor Agroalimentar”, cujos resultados finais foram apresentados na reunião Plenária da PARCA, no passado mês de novembro.
DAP	7	Monitorizar e avaliar a aplicação do regime jurídico das PIRC	O2	2		R	Foi elaborado relatório de avaliação e remetido, com as respetivas recomendações, ao Gabinete de S. Exa. o SEAC, no dia 30 de outubro de 2017.
DAP	8	Elaborar e disponibilizar relatórios de execução do RJACSR	O2	2		R	Foi produzido um relatório sobre a evolução da aplicação do RJACSR.
DAP	9	Assegurar a disponibilização de informação do Cadastro Comercial para os fins definidos no RJACSR	O3	5		R	Sempre que solicitado, foi disponibilizada a informação pretendida tanto aos operadores económicos como aos organismos da Administração Pública.
DAP	10	Elaborar uma proposta com os requisitos para a criação do Gabinete do Comércio do Programa para o Comércio	O2	2		R	Foi elaborado e enviado, no dia 28 de julho, para apreciação de S. Exa. o SEAC, um documento com a proposta para a criação do Gabinete do Comércio.

Matriz de Atividades da DSCSR							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DAP	11	Definir os requisitos Técnicos para a elaboração de uma proposta de caderno de encargos para o estudo de diagnóstico do setor das artes e ofícios tradicionais do Programa para o Comércio	O2	2		R	O documento com os requisitos técnicos foi elaborado e remetido, no dia 28 de agosto, para apreciação de S. Exa. o SEAC. Esta situação foi consolidada na apresentação da candidatura no âmbito do SAMA - Mapa do Comércio, Serviços, Restauração e Artes e Ofícios Tradicionais.
DAP	12	Assegurar a representação da DGAE no Conselho Superior de Estatística	O1	1		R	A DGAE esteve presente em todas as reuniões realizadas pelo GT.
DAP	13	Assegurar a representação da DGAE na Comissão Permanente de Apoio ao Investidor (CPAI)	O1	1		R	Foi assegurada a participação da DGAE na CPAI, assim como a produção de várias declarações de voto relativas a projetos de interesse nacional.
DAP	14	Assegurar a representação da DGAE na Comissão Consultiva para a Certificação de Produtos Tradicionais (CCCPAT)	O1	1		R	A DGAE assegurou a participação na CCCPAT, assim como a produção de declarações de voto.
DAP	15	Prosseguir o registo de todos os estabelecimentos, nomeadamente, recuperação dos registos atrasados, na BD da Restauração e Bebidas.			x	R	Durante o ano de 2017, procedeu-se ao registo de 11.669 de estabelecimentos de restauração e bebidas.

Matriz de Atividades da DSCSR							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DAP	16	Negociar e acompanhar a Convenção de preços aplicável aos manuais escolares do ensino básico e secundário			x	R	Neste âmbito, foi assegurada: 1) a validação dos preços máximos dos manuais escolares para o ano letivo de 2017-2018 e para o ano letivo de 2018-2019; 2) a análise ao cumprimento da Convenção de Preços dos Manuais Escolares 2017 - 2018.
DAP	17	Negociar e acompanhar a Convenção referente ao tarifário do Serviço de Transporte de Passageiros em Táxi			x	R	Foi assegurada a condução do processo de negociação da Convenção de Preços referente aos Serviços de Transporte de Passageiros em Táxi. Não tendo sido possível chegar a acordo relativamente à celebração de uma nova Convenção, mostra-se necessário que esta atividade seja continuada em 2018.
DAP	18	Assegurar a disponibilização das tabelas de preços e autocolantes aos operadores do setor de Transporte de Passageiros em Táxi			x	R	Foi disponibilizada a tabela de preços e os autocolantes a todos os operadores do setor que os requisitaram.
DMIS	19	Promover ações em parceria com a Academia	O6	8			Realizado, em 24 de março, um workshop sobre o Cartão Eletrónico Europeu de Serviços, na Faculdade de Direito de Lisboa.

Matriz de Atividades da DCSR							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DCSR	20	Assegurar o funcionamento da Comissão de Investimentos (CI) do Fundo de Modernização do Comércio (FMC)			x	R	Foi elaborada a 25.ª Ata da reunião da CI. Foram submetidas à apreciação dos membros da CI as propostas de decisão relativamente a um projeto individual e a um projeto conjunto de modernização comercial.
DCSR	21	Colaborar com a AMA na disponibilização e melhoria dos conteúdos relativos à atividade de comércio, serviços e restauração no Balcão do Empreendedor (BdE), bem como participar nos grupos de trabalho e elaboração de propostas	O1	1		R	O regime das autorizações conjuntas foi este ano desmaterializado no Balcão do Empreendedor (BdE), aguardando-se a desmaterialização dos regimes dos prestamistas, das leiloeiras e do processo Kimberley, pelo que foi necessário acautelar os pedidos dos agentes económicos, em conformidade com os respetivos regimes jurídicos.
DCSR	22	Assegurar o tratamento célere dos processos de autorização conjunta		7		R	Foram emitidas 10 (dez) Autorizações Conjuntas de grandes superfícies comerciais/Conjuntos comerciais, no prazo médio de 29,7 dias.

Matriz de Atividades da DSCSR							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DCSR	23	Encerrar os projetos MODCOM suspensos, da sequência das indicações do DCIAP			x	T	Durante o ano 2017, não foram encerrados os projetos MODCOM suspensos, em virtude de não terem sido concluídas as investigações criminais em curso pelo DCIAP e pelos DIAP de Setúbal e do Porto, que abrangem os 79 projetos suspensos.
DSCSR	24	Definir os requisitos técnicos para a criação de uma Helpdesk/ Linha Verde de apoio ao Comércio, Serviços e Restauração do Programa para o Comércio	O2	2		NR	Esta atividade não foi implementada, uma vez que a SGME está a preparar uma ferramenta de Helpdesk transversal ao ME.
DCSR	25	Assegurar a execução das competências cometidas à DGAE pelo regime da atividade prestamista	O5	7		R	Foram apreciados e emitidas 6 (seis) Autorizações de Atividade Prestamista, no prazo médio de 1,7 dias.
DCSR	26	Assegurar a execução das competências cometidas à DGAE pelo novo regime do sistema de certificação do processo Kimberley	O5	7		R	Foram apreciados e emitidas 10 (dez) Licenças de Autorização de Importação e Exportação de Diamantes em bruto, no prazo médio de 1,3 dias. Foi elaborado um procedimento pelos serviços, envolvendo a DGAE/MNE/SEF, para pedidos de obtenção de vistos temporários para comerciantes estrangeiros de diamantes em bruto, o qual aguarda aprovação das entidades envolvidas.

Matriz de Atividades da DCSR							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DCSR	27	Assegurar a execução das competências cometidas à DGAE pelo regime da atividade leiloeira	O5	7		R	Foram apreciados e emitidas 17 (dezassete) Autorizações de Atividade Leiloeira, no prazo médio de 1,2 dias.
DCSR	28	Assegurar a representação da DGAE na Subcomissão de Regulação e Fiscalização das Substâncias Lícitas	O1	1		R	No âmbito da Comissão Técnica para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool, a DGAE integra a Subcomissão de Regulação e Fiscalização das Substâncias Lícitas, tendo prestado o seu contributo sempre que solicitado.
DCSR	29	Garantir a eficácia e eficiência, bem como a qualidade da informação prestada, no âmbito da central de atendimento para as atividades de comércio, serviços e restauração		7		R	Foram prestados 6.112 esclarecimentos por esta via, a agentes económicos, autarquias e pessoas individuais, relativamente ao novo Regime Jurídico das Atividades de Comércio, Serviços e restauração (RJACSR).

Matriz de Atividades da DCSR							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DCSR	30	Realizar Seminários de Capacitação de Interlocutores no âmbito da aplicação do Regime Jurídico das Atividades de Comércio, Serviços e Restauração (RJACSR)	O2	2		R	Deu-se continuidade ao Plano de Formação dirigido aos Municípios que incluíram sessões de capacitação dos Municípios no âmbito do RJACSR, Diretiva Serviços e Sistema de Informação do Mercado Interno. Neste âmbito, em 2017, foram realizados nas Comunidades Intermunicipais (CIM) 3 Seminários de capacitação, na CIM Médio Tejo, na CIM Lezíria do Tejo e na CIM Terras de Trás-os-Montes, e ainda 2 Seminários na Área Metropolitana de Lisboa (AML), com a presença de 205 participantes de 44 Municípios.
DCSR	31	Assegurar a emissão de Certificados de Atividade profissional	O5	7		R	Foram emitidos 125 Certificados comprovativos do exercício da atividade profissional como empresário, em Portugal, para as CAE 05 a 043, inclusive.

Matriz de Atividades da DCSR							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DCSR	32	Acompanhar a implementação do novo Regime Jurídico da Atividade Comercial e de Serviços (RJACSR)			x	R	Para além das medidas que constam das Atividades n.ºs. 29 e 30, procedeu-se à atualização do Guia RJACSR, com as principais FAQ, tendo através da caixa de correio própria "rjacs.apoio", sido dada resposta por escrito a 1.518 pedidos de esclarecimento por parte de agentes económicos, associações, autarquias e pessoas singulares. Continuou-se a fazer o levantamento dos principais constrangimentos na aplicação do regime e procedeu-se à interpretação de vários artigos do mesmo.

Matriz de Atividades da DCSR							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DCSR	33	Assegurar a emissão de pareceres relativos a diplomas relacionados com atividades de comércio, serviços e restauração	O3	5		R	Foram elaborados ou verificou-se a participação na elaboração de 143 pareceres sobre projetos de diplomas (Leis, Decretos-Lei e Portarias), de RCM, de Despachos, de Despachos de Laboração Contínua, de Perguntas Parlamentares, bem como apreciação de exposições apresentadas a S. Exa. o ME e pontos de situação relacionados com atividades de serviços e preços, no prazo médio de 4,1 dias. Relativamente a estes 143 pareceres, a taxa de cumprimento foi de 100%, tendo o prazo sido superado em 12 situações. Não houve incumprimentos. Foi ainda elaborado um contributo para intervenção pública do S. Exa. o ME.
DCSR	34	Assegurar a colaboração da DGAE no âmbito dos trabalhos da Comissão para a Revitalização do Comércio Local de Proximidade	O1	1		R	Foi assegurada a participação nos trabalhos da Comissão para a Revitalização do Comércio Local de Proximidade.

Matriz de Atividades da DCSR							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DCSR	35	Assegurar a representação da DGAE nos Conselhos Sectoriais para a Qualificação	O1	1		R	A DGAE esteve presente em todas as reuniões realizadas pelo Conselho Setorial para a Qualificação, onde conseguiu criar um Grupo de Trabalho (GT) “Comércio Eletrónico” com o objetivo de elaborar uma proposta de qualificação que ajustasse as competências profissionais existentes no domínio do e-commerce às novas tendências do Comércio.
DCSR	36	Assegurar a emissão de parecer em pedidos de Relevante Interesse Público de projetos em Reserva Agrícola Nacional	O3	5		R	Foram elaborados 6 pareceres sobre pedidos de Relevante Interesse Público de projetos localizados em áreas de RAN.
DCSR	37	Elaborar um projeto para a criação de uma Plataforma de Acompanhamento do Comércio do Programa para o Comércio	O2	2		R	Foi elaborado um projeto para a criação de uma Plataforma de Acompanhamento do Comércio do Programa para o Comércio que foi remetido para apreciação de S. Exa. o SEAC, no dia 27 de dezembro de 2017.
DCSR	38	Assegurar a representação da DGAE no Grupo de Trabalho de Informação ao Consumidor + Simples	O1	1		R	Foi assegurada a representação da DGAE neste GT, concluída com a apresentação da plataforma Comunicar ao Consumidor.

Matriz de Atividades da DCSR							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DCSR	39	Promover ações conjuntas com operadores económicos e associações da sociedade civil		2		R	No âmbito das suas atribuições, foram diversas as reuniões efetuadas, quer com organismos públicos (INFARMED - Autoridade Nacional dos Medicamentos e Produtos de Saúde, ISCSP - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, AMA - Agência Modernização Administrativa, CML - Câmara Municipal de Lisboa, SIMAB - Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, ANQEP - Agência Nacional Qualificação), quer com estruturas associativas (APIFARMA - Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica, CCP - Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, ANF - Associação Nacional de Farmácias, Associação Portuguesa de Prestamistas, Associação Diamantiers de Portugal, Federação Nacional Associações de Feirantes).

Matriz de Atividades da DCSR							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DCSR	40	Realizar sessões públicas de esclarecimento e informação sobre o exercício das atividades de Comércio, Serviços e Restauração do Programa para o Comércio	O2	2		T	Em 04-08-2017, foi elaborada uma proposta de implementação de um ciclo de sessões públicas "Licenciar" e enviada para apreciação de S.Exa. o SEAC, no dia 4 de agosto de 2017. Por decisão superior, a concretização desta atividade transitou para 2018.
DCSR	41	Implementar o sistema de avaliação do grau de satisfação dos destinatários dos serviços	O6	8		NR	Esta atividade não foi implementada, uma vez que a SGME está a preparar uma ferramenta de Helpdesk transversal ao ME.
DMIS	42	Apoiar a área internacional da DGAE, nomeadamente, contributos para a intervenção externa na área dos serviços	O3	5		R	Foi dada resposta a todos os pedidos de contributos no âmbito do Mercado Interno dos serviços
DMIS	43	Assegurar a Adaptação dos Projetos de Diploma à Diretiva Serviços	O3	5		R	Todos os pareceres solicitados a esta Divisão foram analisados na óptica dos princípios plasmados na DS.
DMIS	44	Assegurar o cumprimento dos procedimentos relativos ao exercício da atividade económica dos feirantes no âmbito da Lei 27/2013 de 12 de abril			x	R	Todos os registos de feirantes foram realizados, encerrando-se a <i>taskforce</i> constituída para esse efeito.

Matriz de Atividades da DCSR							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DMIS	45	Contribuir para a posição nacional relativamente a matérias em negociação, a nível comunitário, e que tenham implicações para o setor do comércio serviços e restauração	O3	5		R	A DGAE fez parte da delegação nacional no processo de negociação as propostas do Cartão Electrónico de Serviços; do bloqueio geográfico e do reforço do procedimento de notificações. Destaca-se ainda a consolidação da posição nacional, nomeadamente, das propostas do <i>Single Market Information Tool</i> (SMIT), o Portal Digital Único, o livre fluxo de dados não pessoais, revisão da diretiva do destacamento de trabalhadores e <i>European Accessibility Act</i> .
DMIS	46	Coordenação do domínio legislativo dos Serviços no âmbito da assistência mútua e cooperação entre autoridades administrativas, via IMI		3		R	A DGAE fez parte do Plano de Formação dirigido aos Municípios que incluíam sessões de capacitação dos Municípios no âmbito do RIACSR, Diretiva Serviços e Sistema de Informação do Mercado Interno, visando-se a atualização dos utilizadores do IMI, e deu resposta aos pedidos de cooperação administrativa.

Matriz de Atividades da DSCSR							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DMIS	47	Coordenar o procedimento de notificações no âmbito do Sistema de Informação do Mercado Interno (IMI)		3		R	A DGAE fez parte do Plano de Formação dirigido aos Municípios que incluíam sessões de capacitação dos Municípios no âmbito do RJACSR, Diretiva Serviços e IMI; Realizadas 4 notificações e respondeu-se a todos os pedidos de esclarecimento da COM sobre as mesmas.
DMIS	48	Assegurar a representação da DGAE nas estruturas nacionais e europeias no âmbito do Mercado Interno de Serviços	O1	1		R	Todas as reuniões e GT no âmbito do mercado interno foram garantidas com intervenções técnicas devidamente fundamentadas e validadas.
DMIS	49	Promover a colaboração com outros EM no âmbito da definição de políticas públicas com impactos no aprofundamento do Mercado Único de Serviços		4		R	Através das consultas a outros EM e da realização de eventos em Lisboa e Madrid, bem como reuniões informais em Bruxelas sobretudo, sobre a proposta CEES.
DMIS	50	Elaborar a proposta para a plataforma da Economia Colaborativa		2		T	A proposta foi realizada e a respetiva implementação transitou para 2018.
DMIS	51	Assegurar a emissão de pareceres jurídicos em áreas com impacto na integração do mercado interno	O3	5		R	Todos os pareceres solicitados foram analisados na ótica dos princípios da livre prestação de serviços e da liberdade de estabelecimento.

Matriz de Atividades da DSCSR							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DMIS	52	Dinamizar consultas aos <i>stakeholders</i> sobre políticas setoriais			x	R	Foram realizadas consultas aos <i>stakeholders</i> nacionais sobre as propostas legislativas da Acessibilidade e CEES e aos peritos do mercado interno dos EM sobre a regulamentação da atividade de comércio dos pneus usados e dos mercados municipais.
DSCSR	53	Assegurar o processo de implementação da medida "Inventário Nacional das Lojas com História" do Programa para o Comércio	O2	2		NR	A não realização deveu-se ao atraso na tomada de decisão, por parte do COMPETE, de aprovação da candidatura SAMA, que era esperada para o mês de outubro de 2017.
DSCSR	54	Assegurar a implementação da Medida Simplex +2016 "Abrir um Restaurante"			x	R	A medida foi consolidada com a apresentação e disponibilização, nos vários canais de comunicação (site DGAE, BdE, entre outros), do respetivo Guia.
DSCSR	55	Assegurar o processo de implementação da medida "Informação ao Comerciante + Simples" do Programa para o Comércio	O2	2		R	A construção e desenvolvimento de um site, que foi concluído em dezembro de 2017, assegurou a implementação da medida.
DSCSR	56	Assegurar o processo de implementação da medida "Sistema de Incentivos Financeiros para as Lojas com História" do Programa para o Comércio	O2	2		T	Devido a atraso na tomada de decisão, por parte do COMPETE, de aprovação da candidatura no âmbito do SAMA, que era esperada para o mês de outubro de 2017.

Matriz de Atividades da DSCSR							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DSCSR	57	Assegurar o processo de implementação da medida "Divulgação das Lojas com História" do Programa para o Comércio	O2	2		T	Devido a atraso na tomada de decisão, por parte do COMPETE, de aprovação da candidatura no âmbito do SAMA, que era esperada para o mês de outubro de 2017.
DSCSR	58	Apoiar a criação de um sistema de incentivos no âmbito do fundo de modernização do Comércio do Programa para o Comércio	O2	2		NR	O processo não foi iniciado por decisão superior.
DAP	59	Definir os requisitos técnicos para a elaboração de uma proposta de caderno de encargos para o estudo de criação de uma base de dados do Comércio, Serviços e Restauração do Programa para o Comércio	O2	2		R	Foi concebida e submetida uma candidatura ao SAMA, com o objetivo de assegurar a elaboração do respetivo estudo.
DSCSR	60	Assegurar o lançamento do Vale Comércio inscrito no Programa para o Comércio	O2	2		R	Foi elaborada uma proposta para lançamento do Vale do Comércio, submetida à aprovação de S. Exa. o Secretário de Estado Adjunto e do Comércio, em 27-09-2017

QUADRO XV AUTOAVALIAÇÃO PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DO COMÉRCIO SERVIÇOS E RESTAURAÇÃO (DSCSR)

A DSCSR determinou, para o ano de 2017, 60 atividades que permitiram desenvolver as suas competências nas áreas do comércio, serviços e restauração, no que respeita ao apoio à formulação, implementação e avaliação de políticas públicas nos setores em referência.

A atividade da DSCSR ficou marcada, durante o ano de 2017, pela continuação da consolidação das atividades decorrentes do novo regime jurídico de acesso e exercício das atividades de comércio, serviços e restauração - RJACSR (Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro). A caixa de correio rjacsr.apoio@dgae.min-economia.pt deu resposta a 1.518 pedidos de esclarecimento técnico por parte de agentes económicos, associações e municípios, enquanto a linha telefónica (com número de telefone específico para este atendimento), deu resposta a 6.112 pedidos de esclarecimento sobre o novo regime. Neste âmbito, a Direção de Serviços procedeu à atualização do Guia RJACSR, com as principais FAQ.

Tendo a DGAE percecionado a necessidade de capacitação dos interlocutores do RJACSR, designadamente, os Municípios, e no seguimento da iniciativa iniciada em 2016, deu-se continuidade ao Plano de Formação dirigido aos Municípios que incluíam sessões de capacitação dos seus interlocutores no âmbito do RJACSR, Diretiva Serviços e Sistema de Informação do Mercado Interno. Neste sentido, em 2017, foram realizados nas Comunidades Intermunicipais (CIM) 3 Seminários de capacitação, na CIM Médio Tejo, na CIM Lezíria do Tejo e na CIM Terras de Trás-os-Montes e ainda 2 Seminários na Área Metropolitana de Lisboa (AML), com a presença de 205 participantes de 44 Municípios.

Ao longo do ano, a DSCSR assegurou a emissão de 143 pareceres relativos a projetos de diploma nos prazos solicitados pela tutela, bem como deu apoio aos Gabinetes Governamentais do Ministério da Economia (ME), através da apreciação de exposições, queixas e pontos de situação. Foram, igualmente, apreciados 6 pedidos de Relevante Interesse Público para projetos em Reserva Agrícola Nacional.

A Direção de Serviços deu resposta a 369 solicitações de contributos no âmbito das suas competências, tendo 296 incidido sobre propostas no âmbito ou com impacto no mercado único, onde se inclui resposta a vários pedidos de esclarecimento da Comissão Europeia, nomeadamente sobre o setor do retalho, o fenómeno da economia partilhada e no âmbito do estado de arte da implementação da Diretiva Serviços, no contexto do Grupo de Peritos da Diretiva e das Reuniões PPS-PPM.

A Direção de Serviços analisou diversos diplomas a fim de detetar requisitos passíveis de notificação no âmbito do mercado interno, tendo efetuado 4 notificações no Sistema de Informação do Mercado Interno – números 32634; 32628; 32638; 32639, o que suscitou pedidos de esclarecimento por parte da COM resultando em 3 respostas ulteriores.

No âmbito das Estratégias do Mercado Interno de bens e serviços e do Mercado Único Digital, a DSCSR teve uma participação ativa, enquanto parte da delegação nacional, ao longo do processo de negociação (e previamente, relembrando a elaboração do *Non-Paper on the Single Market Strategy* por Portugal e Itália e apoiado por Espanha e Dinamarca em sede do Conselho de Competitividade, de 28 de novembro de 2016), destacando-se as propostas de atos

legislativos: 1) do Cartão Electrónico de Serviços; 2) que visam o combate ao fenómeno do bloqueio geográfico e 3) que preveem o reforço do procedimento de notificações constante da Diretiva Serviços.

Ainda no contexto das Estratégias acima referenciadas e noutras propostas da Comissão com impacto no mercado interno dos serviços, esta Direção contribuiu ativamente para a consolidação da posição nacional, nomeadamente, das propostas do Single Market Information Tool (SMIT), o Portal Digital Único, o livre fluxo de dados não pessoais, revisão da diretiva do destacamento de trabalhadores, European Accessibility Act. Destaca-se ainda a intensa colaboração com a Autoridade da Concorrência no âmbito do projeto desenvolvido em parceria com a OCDE sobre a identificação de obstáculos regulamentares no contexto dos sectores dos transportes e profissionais regulamentares.

A Direção de Serviços promoveu o reforço da cooperação entre os Estados-membros através da resposta atempada a questões colocadas a PT, da realização de consultas aos peritos de outros EM e através da realização de eventos/projetos com os peritos na área do mercado interno, designadamente no âmbito do E-card, com o objetivo de proceder a uma análise conjunta da nova proposta da COM e alinhar posições.

A DSCSR, em representação da DGAE, coordenou o Grupo de Trabalho das Práticas Individuais Restritivas de Comércio (PIRC), que envolveu, para além da Direção-Geral a ASAE e a AdC. Este Grupo foi constituído por força do Despacho n.º 91/XXI/SEAC/2017, de 31 de julho, de S. Exa. o SEAC, e teve por missão efetuar a avaliação qualitativa do Decreto-Lei n.º 166/2013, de 27 de dezembro, bem como concretizar, sob a forma de recomendações, o relatório preliminar da avaliação deste diploma.

A DSCSR promoveu a realização de várias consultas de âmbito nacional ao tecido empresarial português com o intuito de obter o conhecimento das necessidades da economia real e por forma a fundamentar a posição nacional no contexto dos atos legislativos propostos pela Comissão.

Ainda no contexto da exploração e obtenção do conhecimento por forma a consolidar a posição nacional, a DSCSR organizou um Workshop na faculdade de Direito da Universidade de Lisboa sobre o E-Card onde estiveram presentes associações e confederações empresariais, designadamente representantes dos serviços (CCP, CSP e CIP-Confederação Empresarial de Portugal), representantes da construção (AICCOPN e AECOPS) e ainda representantes dos seguros (AIDA-Portugal) mas também atores institucionais, como a DGAE do MNE, o IMPIC do MPI, a DGERT e a ACT do MTSSS, a AMA do PCM e a ASF do MF.

Relativamente ao Programa SIMPLEX+, a Direção de Serviços implementou uma plataforma que permitiu operacionalizar a Medida 133 “Obrigações de Informação ao Consumidor + Simples”.

No que concerne a candidaturas SAMA, a Direção de Serviços concebeu três candidaturas no âmbito dos projetos SAMA, tendo sido submetida a candidatura “Lojas com História” no SAMA 1 e as candidaturas “Mapa do Comércio, Serviços, Restauração e Artes e Ofícios Tradicionais” e “Avaliação das políticas públicas de regulamentação das atividades de Comércio, Serviços e Restauração” no SAMA 2.

Esta Direção de Serviços criou e concluiu o site Área do Comerciante.

No projeto Rede de balcões de apoio ao Comércio, Serviços e Restauração, a DSCSR ministrou diversas formações onde se destacam a UACS e os Espaços Empresa/Espaços Cidadão.

A Direção de Serviços, em estreita ligação com o Gabinete de S. Exa. o Secretário de Estado Adjunto e do Comércio, promoveu, junto da Universidade Nova SBE, a realização de um “Estudo sobre o funcionamento do mercado de manuais escolares”.

No âmbito do acompanhamento da PARCA, foi desenvolvido um conjunto de iniciativas, destacando-se a realização, por parte de Universidade NOVA IMS, de um “Estudo sobre a Transparência na Cadeia de Valor Agroalimentar” cujos resultados finais foram apresentados na PARCA. No que concerne às Práticas Individuais Restritivas do Comércio, a DSCSR remeteu o relatório final de avaliação e respetivas recomendações para o Gabinete de S. Exa. o Secretário de Estado.

Foi assegurada a participação num conjunto de iniciativas e Grupos de Trabalho (GT), designadamente, GT IVA da Restauração, GT Informação Empresarial Simplificada (IES), GT das Classificações Económicas e Sociais (CSE), GT Conselho Setorial para Qualificação “Comércio Eletrónico” e Projeto de avaliação de impacto concorrencial OCDE – AdC. A DSCSR assegurou ainda a participação ativa da DGAE na Comissão Permanente de Apoio ao Investidor (CPAI) e na Comissão Consultiva para a Certificação de Produtos Tradicionais (CCCPAT).

Em 2017, o Senhor Diretor-Geral, na qualidade de representante do ME, assegurou a participação na Comissão de Acompanhamento do “Acordo 2016-2018 entre os Ministérios da Economia, da Saúde e das Finanças e a Indústria farmacêutica” com vista à redução dos encargos para o Serviço Nacional de Saúde da despesa pública com medicamentos.

Foi assegurada a execução das competências cometidas à DGAE pelos regimes da atividade prestamista, leiloeira e sistema de certificação do processo Kimberley, nomeadamente, com a emissão de 6, 17 e 10 títulos de autorização e licenças, respetivamente.

Foram igualmente elaborados 10 relatórios ao abrigo do Regime de Autorização Conjunta, com a emissão das respetivas Autorizações de grandes superfícies comerciais/conjuntos comerciais. Em 2017, esta atividade ficou desmaterializada no Balcão do Empreendedor (BdE).

Foi prosseguida a colaboração com a AMA na disponibilização e melhoria de conteúdos relativos às atividades de comércio, serviços e restauração no BdE.

No que diz respeito à atividade corrente, foram emitidos 125 Atestados de experiência profissional a sócios gerentes de empresas ou empresários em nome individual/independentes, cujas atividades estavam inseridas nas CAE 05 a CAE 043 inclusive, para exercício de atividade fora do território nacional.

Relativamente ao processamento dos registos setoriais de comércio, ao abrigo dos anteriores regimes legais e no que diz respeito à recuperação da base de dados de estabelecimentos de Restauração e Bebidas, no ano de 2017 foram inseridos 11.669 registos.

QUADRO XVI
ATIVIDADES PREVISTAS, REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (DSSE)

Matriz de Atividades da DSSE							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DDS	1	Assegurar a representação nacional nas reuniões do Rótulo Ecológico da União Europeia (REUE), enquanto organismo competente.	O1	1		R	Foi assegurada a participação da DGAE nas 8 reuniões realizadas no âmbito do Rótulo Ecológico (3 do Fórum dos Organismos competentes, 3 do Comité REUE e 2 do Comité Regulamentador do REUE). A representante da DGAE irá presidir ao CB Fórum no próximo ciclo de dois anos.

Matriz de Atividades da DSSE							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DDS	2	Assegurar os procedimentos (análise documental, consultas diversas, visitas, etc.) no âmbito das candidaturas ao Rótulo Ecológico da União Europeia (Produtos e Serviços).		4, 5		T	Durante 2017, deram entrada na DGAE 6 candidaturas ao REUE (2 para “Tintas e Vernizes para Interiores e Exteriores”, 1 para “Produtos Têxteis”, 2 para “Papel Tissue” e 1 para “Papel Impresso”). Adicionalmente, encontravam-se em análise 7 candidaturas ao REUE (2 para “Produtos Têxteis”, 3 para “Produtos lava-tudo”, 1 para “Detergentes Manuais de Loixa” e 1 para “Cosmética Enxaguável”). Deste conjunto de 13 candidaturas, foi concluída em 2017 a análise de 2 candidaturas. No âmbito do 25.º aniversário do REUE a DGAE organizou, no dia 31 de maio, em parceria com a Universidade do Minho e com o apoio e participação da Comissão Europeia (CE), um Workshop de divulgação e promoção do REUE, em Braga. Em outubro, em Alcobaça, a DGAE participou no evento de sensibilização sobre reciclagem e boas práticas ambientais na área do turismo, tendo apresentado o sistema de REUE. Foram analisadas 10 candidaturas que transitaram para 2018.

Matriz de Atividades da DSSE							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DDS	3	Assegurar a participação e os contributos da DGAE nos diversos Grupos e Redes relativos à Responsabilidade Social das Empresas (RSE).	O1, O3	1, 3		R	Foi assegurada a participação da DGAE na Rede de Responsabilidade Social das Organizações (RSO PT): 1 reunião plenária e 5 reuniões do GT Direitos Humanos e Práticas Laborais, que resultou na elaboração de um manual/brochura sobre a importância de/como elaborar um Código de Ética e de Conduta dirigido às organizações, em particular às PME, tendo promovido um Laboratório Sobre Códigos de Ética e Conduta, na DGAE, para a sociedade civil e em particular para a indústria Hoteleira. Participou-se em 4 reuniões e 4 eventos sobre o tema Responsabilidade Empresarial Social e Direitos Humanos e numa reunião do Grupo Sectorial da Responsabilidade Social das Entidades Públicas.

Matriz de Atividades da DSSE							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DDS	4	Acompanhar e dinamizar, no âmbito do ME, o desenvolvimento e aplicação das Guidelines OCDE para empresas Multinacionais (relativas à responsabilidade social) e assegurar e rever as funções de Ponto de Contacto Nacional.	O2	2		R	Foi assegurada a participação da DGAE nas reuniões do Grupo de Trabalho de Conduta Empresarial Responsável da OCDE, em Paris (2), reuniões do Ponto de Contacto Nacional em Paris, na OCDE (2), no Fórum Global das Nações Unidas sobre Conduta Empresarial Responsável, em Genebra (1), numa reunião de Roundtable for Policy Makers e num <i>workshop</i> on Corporate Disclosure and RBC. Foram organizados 2 eventos de divulgação da Conduta Empresarial Responsável. Foram ainda asseguradas as funções da DGAE enquanto um dos organismos responsáveis pelo PCN em Portugal, em parceria com a AICEP..

Matriz de Atividades da DSSE							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DDS	5	Acompanhar e promover, no âmbito do ME, a articulação de Políticas sobre Cidadania, Igualdade de Género, Direitos Humanos e Migrações com políticas de empresa e crescimento sustentável, nomeadamente os Planos Nacionais relativos à Violência Doméstica, Tráfico de Seres Humanos e Igualdade e Direitos Humanos.	O1, O2	1, 2		R	No âmbito da representação do ME na Comissão Nacional dos Direitos Humanos, a DGAE participou em 4 das 5 reuniões realizadas em 2017. Assegurou a participação em reuniões sobre Tráfico de Seres Humanos, sobre Violência Doméstica, sobre igualdade de género e sobre o Prémio Igualdade é Qualidade. Participou, ainda, nas 5 reuniões que tiveram lugar em 2017 no âmbito do Alto Comissariado para as Migrações. Participou no Fórum Anual sobre Empresas e Direitos Humanos, em Genebra. Participou ativamente nos trabalhos no âmbito de diversos Planos Nacionais (Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica, Plano Nacional de Combate ao Tráfico de Seres Humanos, Plano Nacional de Promoção da Igualdade de Género e Direitos Humanos e Plano Nacional de Combate à Discriminação).
DDS	6	Concluir e implementar o Plano de Ação Nacional sobre a Conduta Empresarial Responsável e Direitos Humanos.	O2	2		T	O Plano foi concluído, não tendo ainda sido implementado, pois aguarda resposta da Tutela.

Matriz de Atividades da DSSE							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DDS	7	Representar o ME e assegurar a gestão dos dossiês relativos ao Comércio de Emissões, nomeadamente CELE (Comércio Europeu de Licenças de Emissões de Gases com Efeito de Estufa), Não CELE - <i>Effort Sharing</i> , LULUCF (Emissões da Agricultura) e NEC (Teto Nacional de Emissões).	O1, O3	1, 3		R	Participação em 3 reuniões sobre CELE com outros organismos (DGEG, DGAE/MNE e APA) para consolidação da posição nacional. De registar também a participação numa reunião com o Ministério do Ambiente e com o MNE sobre <i>Effort Sharing</i> e na reunião LULUCF.
DDS	8	Representar o ME e assegurar a gestão dos dossiês do pacote Energia/Clima nos planos nacional e Europeu, nomeadamente: PNAEE (Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética), Crescimento Verde GT Energia e Clima, Gases Fluorados, SNIERPA (Sistema Nacional de Inventário de Emissões por Fontes e Remoções por Sumidouros de Poluentes Atmosféricos), ADENE (Agência para a Energia), Subgrupo ESPG – Política de Empresa Ambiente e Energia, Conselho Nacional da Água e Conselhos Hidrográficos Regionais.	O1, O3	1, 3		R	Participação em 6 das 7 reuniões da Comissão Executiva do PNAEE, em duas reuniões da ADENE (Assembleia Geral e Grupo Sinergias) e em todas as reuniões (7) do GTT “Energia e Clima” do Compromisso para o Crescimento Verde.

Matriz de Atividades da DSSE							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DDS	9	Representar o ME nos Grupos de Trabalho relativos às Alterações Climáticas, nomeadamente no âmbito da ENAAC, Biodiversidade, Combate Integrado à Poluição e Combate à Desertificação.	O1, O2	1, 2		R	Participação em todas as reuniões do Grupo de Coordenação ENAAC, na 1.ª reunião do Painel Científico da ENAAC, na Sessão Nacional de Divulgação e Informação sobre o Programa para o Ambiente e a Ação Climática (LIFE) - 2017, na 1.ª Conferência GPA'17 - Turismo Sustentável, na reunião ENAAC 2020 - Sessão conjunta das áreas temáticas Ordenamento do Território e Recursos Hídricos, na organização de duas reuniões do Grupo de Trabalho Sectorial Economia da ENAAC 2020 e participação na reunião com representante da Comissão Europeia sobre a Estratégia da UE de Adaptação às Alterações Climáticas. Foi ainda elaborada uma nova versão reforçada da ficha de Avaliação da Estratégia Europeia de Adaptação às Alterações Climáticas para o exercício de Scoreboard - PT, tendo em vista assegurar o posicionamento qualitativo positivo de PT.

Matriz de Atividades da DSSE							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DDS	10	Dinamizar e promover questões relacionadas com as compras públicas, nomeadamente através do Compromisso para o Crescimento Verde - GT Compras Públicas, bem como promover a Responsabilidade Social e a Eco-Inovação neste âmbito e a RSE.	O1	1		R	Participação em todas as reuniões do GTT Compras Públicas” do Compromisso para o Crescimento Verde (7 reuniões). Participação no Workshop ECO.BIO sobre compras públicas ecológicas e no seminário sobre o Plano de Ação para a Economia Circular. Foi assegurada a colaboração na elaboração dos Termos de Referência para o GT-CP e na elaboração dos contributos que o GT-CP irá transmitir no âmbito da ENCPE2020.
DDS	11	Assegurar a representação do ME/DGAE em diferentes fora ou eventos, como Green Project Awards, Grupo de Alto Nível sobre Eco-Inovação e Projeto de Eficiência Energética na Administração Pública (EcoAP High Level Working Group).	O3	3		NR	A DGAE não foi convidada a participar na edição de 2017 do Prémio “Green Project Awards” e o Grupo de Alto Nível sobre Eco-inovação não reuniu em 2017.

Matriz de Atividades da DSSE							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DDS	12	Participar em iniciativas e ações relevantes para a sustentabilidade empresarial, assim como apoio à área Europeia e internacional da DGAE neste domínio.	O3	3		R	Foram analisados os seguintes documentos; o Projeto de DL 338/2017, que altera o regime de utilização dos recursos hídricos; o Projeto de Lei n.º 579/XIII/2.ª sobre a “Eliminação do Risco de Amianto em Edifícios, Instalações e Equipamentos de Empresas”; o Projeto de DL que altera o regime da qualidade da água para consumo humano; o Projeto de RCM sobre a “Estratégia Industrial e Plano Ação Energias Renováveis”; a “Estratégia Nacional de Educação Ambiental 2020”; o diploma sobre infraestrutura para combustíveis alternativos; os diplomas (RCM) sobre Lítio e Biorefinarias. Foram elaborados contributos para a área internacional e assegurada a representação da DGAE no Conselho Nacional da Água.

Matriz de Atividades da DSSE							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DEC	13	Assegurar o acompanhamento do Plano de Ação da UE sobre Economia Circular.	O2, O3	2, 3		R	Participação em duas reuniões do Grupo Ambiente do Conselho, onde se discutiram as Diretivas em negociação no quadro do “Pacote Resíduos” do Plano de Ação da Economia Circular UE. Por falta de recursos humanos afetos a este dossiê e devido a constrangimentos de natureza financeira não foi possível participar em mais nenhuma reunião.
DEC	14	Participar na elaboração, na divulgação e na implementação do «Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal: 2017-2020»	O2	2		R	Participação nas reuniões no âmbito do Grupo Interministerial que desenvolveu o Plano de Ação Nacional para a Economia Circular, o qual foi submetido a consulta pública, concluído e publicado através da RCM n.º 190-A/2017, de 11 de dezembro.
DEC	15	Apoiar a área Europeia e internacional da DGAE, com contributos para intervenção externa, nomeadamente na área da Economia Circular.	O3	3		R	Foram elaborados vários contributos, quer em resposta a solicitações da Tutela, quer com origem em outras DS da DGAE, como apoio à consolidação da posição de PT no âmbito da Economia Circular.

Matriz de Atividades da DSSE							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DEC	16	Representar o ME e acompanhar a negociação do Regulamento (CE) n.º 2003/2003 (matérias fertilizantes).	O1, O2	1, 2		R	Foram asseguradas onze reuniões do Grupo de Trabalho de Harmonização Técnica que tem estado a negociar o novo Regulamento das matérias fertilizantes, bem como quatro reuniões do Grupo de Trabalho Adubos e do Comité de Regulamentação dos Adubos.
DEC	17	Assegurar a implementação dos procedimentos para Registo das matérias fertilizantes não harmonizadas, incluindo a participação nos trabalhos de desmaterialização dos procedimentos no BdE (Balcão Único).	O5	4		R	Esta atividade foi apenas parcialmente realizada já que os procedimentos de desmaterialização para a implementação do BdE continuam a aguardar iniciativa por parte da AMA.
DEC	18	Assegurar a análise e a decisão sobre pedidos de registo e de autorizações para colocação no mercado de matérias fertilizantes não harmonizadas.	O5, O6	4, 5		R	Foram colocados no mercado nacional 79 produtos, através da respetiva inscrição no Registo Nacional de Matérias Fertilizantes Não Harmonizadas e foram objeto de indeferimento 64 pedidos de inscrição no registo por não cumprirem os requisitos estabelecidos no DL 103/2015, de 15 de junho. Foram ainda analisados 6 pedidos de aditamento de novos tipos de matérias fertilizantes e foram dadas respostas a cerca de duas centenas de pedidos de esclarecimento enviados por operadores económicos no

Matriz de Atividades da DSSE							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
							âmbito de dúvidas suscitadas pela aplicação do Decreto-Lei n.º 103/2015
DEC	19	Assegurar a participação no GT da Lamas, na Comissão Nacional de Transporte de Mercadorias Perigosas e no Grupo ABS (Access and Benefit Sharing - Regulamento (UE) n.º 511/2014).	01, 03	1, 3		R	Parcialmente realizada, já que a DGAE apenas foi convocada para participar nas duas sessões plenárias da Comissão Nacional de Transporte de Mercadorias Perigosas, não tendo sido convocada para participar em nenhuma reunião do Grupo Lamas, ou do Grupo ABS.
DEC	20	Assegurar o acompanhamento do dossiê sobre a Coligação para o Crescimento Verde, nomeadamente a coordenação do GT Resíduos.	01, 02	1, 2		R	Foi assegurada a coordenação e participação em todas as reuniões do GTT “Resíduos” no âmbito da participação na Coligação para o Crescimento Verde, bem como nas duas reuniões plenárias da Coligação.
DEC	21	Assegurar a representação da DGAE na Comissão Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar.	01, 02	1, 2		R	Foi assegurada a participação da DGAE na CNCDA, tendo esta Comissão concluído a elaboração da Estratégia e do Plano de Combate ao Desperdício Alimentar, na reunião plenária que se realizou em julho de 2017. O referido documento, após consulta pública, foi apresentado publicamente pelo Ministro da Agricultura, em novembro de 2017.

Matriz de Atividades da DSSE							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DEC	22	Assegurar a representação do ME no Conselho Consultivo da Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos e no Conselho Tarifário da ERSAR.	O1	1		R	Foi assegurada a participação da DGAE na 4.ª reunião do Conselho Consultivo, bem como nas duas reuniões do Conselho Tarifário da ERSAR.
DEC	23	Assegurar a participação da DGAE no Grupo de Trabalho para revisão legislativa - Projeto UNILEX (exercício de consolidação legislativa na área da gestão de resíduos).	O1, O2, O3	1, 2, 3		R	Foi assegurada a participação da DGAE no Grupo de Trabalho que levou a cabo a revisão e consolidação legislativa do projeto de diploma designado por UNILEX, o qual foi publicado no dia 11 de dezembro, através do DL 152-D/2017.
DEC	24	Assegurar o co-licenciamento das entidades gestoras nos diversos Sistemas Integrados de Gestão de Resíduos	O1, O3	1, 3		R	Foram elaborados, em conjunto com a APA, diversos documentos orientadores, tendo em vista a sua divulgação às entidades gestoras, como os requisitos para as auditorias a realizar no âmbito das licenças. Foram analisados dois cadernos de encargos para candidatura a EG no fluxo do SIGRE Amb3e (já licenciada) e no fluxo SIGREM SPV. Foi emitido parecer sobre os projetos de despacho para licenciamento da Amb3e no âmbito do SIGRE, bem como no fluxo da Valorfito para a licença da SIGERU, que foi publicada em julho de 2017

Matriz de Atividades da DSSE							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DEC	25	Assegurar o acompanhamento da atividade desenvolvida pelas entidades gestoras dos vários fluxos específicos de resíduos.	O3	3		R	Foram analisados um conjunto de Planos, Relatórios de Atividades anuais e trimestrais e propostas de modelos de prestação financeira apresentados por diferentes entidades gestoras de fluxos específicos de resíduos. Foi ainda assegurada a participação da DGAE nas reuniões do Conselho Consultivo da CAGER, nas reuniões do Secretariado Técnico da CAGER e nas reuniões do GT "Reporting" e no GT "Especificações Técnicas dos Resíduos Provenientes da Recolha Seletiva".
DEC	26	Proceder ao acompanhamento das alterações das Diretivas, no âmbito dos vários fluxos de resíduos.	O2, O3	2, 3		R	Foram elaborados comentários, em diferentes momentos, sobre alterações à Diretiva-Quadro Resíduos, Diretiva Embalagens, Diretiva EEE, discutidas em sede do Grupo Ambiente do Conselho.

Matriz de Atividades da DSSE							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DEC	27	Proceder à elaboração de proposta legislativa de alteração do Decreto-Lei n.º 103/2015, de 15 de junho (Matérias Fertilizantes).	O2	2		R	Foi iniciado o processo de revisão do DL 103/2015, tendo sido já consultados vários organismos públicos com intervenção na aplicação deste diploma, encontrando-se em análise os respetivos contributos, prevendo-se que um <i>draft</i> , do diploma revisto possa ser submetido à Tutela no decurso do primeiro semestre de 2018.

QUADRO XVII AUTOAVALIAÇÃO PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DA SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (DSSE)

No âmbito da Economia Circular, foi assegurada a participação da DGAE nos trabalhos do Grupo Interministerial responsável pelo desenvolvimento do Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC) em Portugal, que foi coordenado pelo Ministério do Ambiente e que, além do Ministério da Economia incluiu também representantes do Ministério da Agricultura e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, constituindo a participação da DGAE no desenvolvimento das ações do referido Plano como muito relevante. O Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal foi publicado através da RCM n.º 190-A/2017, de 11 de dezembro.

Foi igualmente assegurada a participação da DGAE na Comissão Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar (CNCDA), no âmbito da qual foram elaborados e concluídos, em julho, a Estratégia e o Plano Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar, que se encontra em circuito legislativo para ser promulgada a RCM que os aprova.

No domínio dos “Fluxos Específicos de Resíduos”, a intervenção da DGAE diferencia-se em particular nas matérias de cariz económico-financeiro no contexto do acompanhamento do licenciamento e das atividades desenvolvidas por um conjunto de 9 entidades gestoras no âmbito de 6 fluxos específicos de resíduos (embalagens e resíduos de embalagens, embalagens e resíduos de embalagens e medicamentos, embalagens em agricultura, resíduos de equipamento elétrico e eletrónico, pneus usados, veículos em fim de vida e óleos lubrificantes), visando uma maior eficácia e eficiência na aplicação do princípio da responsabilidade alargada do produtor, quer em termos de impactos para as entidades gestoras, quer para os operadores económicos, quer para os consumidores. No contexto do acompanhamento da atividade desenvolvida pelas referidas entidades gestoras, foram analisados um conjunto de documentos que incluem cadernos de encargos, projetos de licenças, modelos de prestação financeira (incluindo as matrizes de bonificação/penalização), planos de prevenção, de sensibilização, comunicação e educação e de investigação e desenvolvimento, relatórios de atividades e contas anuais e intermédios (trimestrais ou quadrimestrais). Foi igualmente assegurada a participação na elaboração e consolidação legislativa do designado diploma UNILEX que foi publicado através do DL n.º 152-D/ 2017, de 11 de dezembro. Salienta-se ainda a participação da DGAE no Secretariado Técnico da Comissão de Acompanhamento da Gestão de Resíduos (CAGER), bem como nas reuniões do Conselho Consultivo da CAGER.

No âmbito das “Matérias Fertilizantes”, a DGAE é responsável pela gestão do «Registo Nacional de Matérias Fertilizantes Não Harmonizadas», com vista à sua colocação no mercado nacional. No decurso de 2017, deram entrada 202 pedidos de inscrição no Registo, tendo transitado de 2016, um conjunto de 36 pedidos. Do universo de 238 pedidos de inscrição no Registo, foram deferidos 79 produtos, tendo sido indeferidos 64 pedidos e arquivados 15 pedidos (a pedido dos respetivos operadores económicos ou por ausência de resposta daqueles). Para além da análise dos pedidos de registo, a DGAE respondeu ainda a cerca de duas centenas de pedidos de esclarecimento enviados por operadores económicos no âmbito de dúvidas suscitadas pela aplicação do Decreto-Lei n.º 103/2015.

Enquanto autoridade nacional com competências nesta matéria, encontram-se em curso os trabalhos que visam proceder à alteração legislativa do Decreto-Lei n.º 103/2015, de 15 de junho, salientando-se que este processo decorre da aprovação de seis pedidos de aditamento submetidos para apreciação da DGAE de novos tipos de matérias fertilizantes.

A DGAE acompanha, em representação de Portugal e a nível da União Europeia, as reuniões (11) do Grupo de Trabalho de Harmonização Técnica, que tem vindo a negociar a revisão do Regulamento (CE) n.º 2003/2003, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo aos adubos, bem como as reuniões (2) do Grupo de Trabalho dos Adubos e do Comité de Regulamentação dos Adubos (2).

Constrangimentos:

Apesar de ter sido possível realizar a maior parte das tarefas propostas no âmbito o Plano de Atividades para 2017, tal foi conseguido com um esforço que não podemos deixar de registar, assinalando que a afetação de recursos humanos em número insuficiente à Divisão que trata destas matérias irá comprometer a curto-prazo a concretização, em tempo útil, das atribuições que estão sob a sua responsabilidade.

No âmbito do Desenvolvimento Sustentável, as matérias com maior relevância para a concretização dos objetivos previstos no QUAR em 2017, foram as seguintes:

- Na área da Responsabilidade Social, foi finalizado o "Plano Nacional de Ação para a Conduta Empresarial Responsável e Direitos Humanos", entretanto submetido a validação pela Tutela. Este Plano de Ação apresenta-se como uma das primeiras iniciativas específicas de política pública abrangente em matéria de Conduta Empresarial Responsável, direcionada para as empresas e alinhada com as diretrizes europeias e internacionais na matéria.
- Em conjunto com a Universidade Lusófona e o GT "Direitos Humanos e Práticas Laborais da Rede RSO PT", foi organizada a Conferência "Organizações Eficazes: Trabalho Digno e Crescimento Económico", no dia 16 de maio, em Lisboa, com o propósito de contribuir para um crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego produtivo e o trabalho digno para todos. A DGAE procurou refletir sobre as ferramentas que podem ajudar Empresas e Organizações na integração da problemática social e do trabalho digno numa economia sustentável.
- Destaca-se a representação do ME na Comissão Nacional para os Direitos Humanos (CNDH), através da participação em reuniões e no desenvolvimento e coordenação de contributos sobre diversas temáticas no contexto de instrumentos de política pública na área dos direitos humanos [V Plano Nacional de combate à Violência Doméstica; III Plano Nacional de combate ao Tráfico de Seres Humanos, V Plano Nacional de promoção da Igualdade de Género e Direitos Humanos e no âmbito do Alto Comissariado para as Migrações / Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR)].
- No âmbito da participação na Rede Responsabilidade Social das Organizações (RSOPT), foram desenvolvidos diversos trabalhos, cujo resultado será um manual/brochura sobre a importância de/como elaborar um Código de Ética e de Conduta dirigido às organizações e em particular às PME. Ainda neste domínio, foi organizado pela DGAE, em dezembro, em parceria com o grupo de trabalho de práticas laborais e direitos humanos da rede RSO PT, um "Laboratório sobre Códigos de Ética e de Conduta", com o objetivo de aflorar a importância da elaboração e aplicação de Códigos de Ética e de Conduta enquanto ferramentas que podem ajudar Empresas e Organizações na integração da problemática social numa economia sustentável.

- No quadro da revisão da Diretiva sobre Comércio Europeu de Licenças de Emissões de Gases com Efeito de Estufa (CELE), que deverá ser finalizada em 2018, defendeu-se o que foi considerado serem os interesses das atividades económicas nacionais neste contexto, tendo sido promovidas consultas junto dos operadores económicos, procurando validação política junto da Tutela para os temas cujo entendimento com o Ministério do Ambiente nem sempre foi consensual. Pese embora se concorde com a necessidade de descarbonizar a economia, de reduzir as emissões e de incrementar preocupações ambientais nos modelos de produção nacionais, tem a DGAE defendido a necessidade de equilíbrio entre as preocupações ambientais e a competitividade externa das empresas nacionais. Neste contexto, foi assegurada a participação em reuniões nacionais com outros organismos do Ministério da Economia, para consolidação da posição do ME sobre o tema, tendo sido igualmente promovidas reuniões com DGAE/MNE e com a APA para consensualizar a posição nacional.
- Durante 2017, deu-se continuidade ao acompanhamento da negociação da proposta legislativa Pacote *Effort Sharing*, apresentada em 20 de julho de 2016 pela Comissão Europeia. O Regulamento *Effort Sharing* (ESR) abarca uma série de dimensões tais como emissões decorrentes de resíduos, utilização/produção de energias renováveis, algum tipo de veículos, edificado e também um pequeno extrato da indústria, tendo os interesses das atividades económicas sido defendidos, de forma a não estrangular o potencial de crescimento económico nacional. Adicionalmente, a DGAE acompanhou a negociação do Regulamento relativo ao uso do solo, à alteração do uso do solo e às florestas (LULUCF), que visa contribuir para reduzir globalmente as emissões de gases com efeito de estufa na UE durante o período de 2021-2030 através de uma melhor proteção e gestão dos solos e das florestas em toda a União, tendo em vista assegurar coerência na posição e nos compromissos nacionais, pelos efeitos de possível transmissão entre licenças LULUCF e licenças CELE.
- No domínio do Rótulo Ecológico da UE (REUE), a DGAE, na qualidade de Organismo Competente Nacional (OCN) e enquanto responsável pela análise de candidaturas para a atribuição de licenças de utilização do REUE, assegurou a representação de Portugal nas reuniões do Comité EUEB, Regulamentador e Fórum dos Organismos Competentes, que se realizaram em Bruxelas. No âmbito da negociação dos critérios REUE, tem defendido os interesses económicos nacionais.
- Em 2017, o REUE celebrou o seu 25.º aniversário e a DGAE, enquanto Organismo Competente Nacional associou-se a esta data e organizou, no dia 31 de maio em Braga, e em parceria com o Centro de Biologia Molecular e Ambiental (CBMA) e o Instituto da Ciência e Inovação para a Biosustentabilidade (IB-s) da Universidade do Minho, e com o apoio da Comissão Europeia (CE), um *Workshop* de divulgação e promoção do Rótulo Ecológico da UE.

Adicionalmente, no dia 27 de outubro, a DGAE participou num evento de sensibilização sobre reciclagem e boas práticas ambientais na área do turismo, organizado pelo Hotel Real Abadia Congress & Spa, em Alcobaça, no qual apresentou o Sistema do Rótulo Ecológico da UE, bem como as características que o distinguem das demais certificações ambientais.

QUADRO XVIII
ATIVIDADES PREVISTAS, REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS PARA A POLÍTICA EMPRESARIAL (DSPE)

Matriz de Atividades da DSPE							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DPE	1	Dinamizar a implementação em PT da Iniciativa Europeia Small Business Act (SBA) para a Europa, decorrente da nossa participação desta iniciativa a nível da U.E.		3		R	A DGAE participou nas reuniões realizadas tanto dos SHERPAS (09/07 - Bruxelas), como nas 4 reuniões da Rede dos SME Envoys (29 e 30 março, em Zagreb; 5 e 6 de julho, em Lisboa, 5 de outubro, em Bruxelas, e 21 e 24 de novembro, em Tallinn).
DPE	2	Assegurar a representação nacional no âmbito da U.E. no Grupo da cooperação Euromed	O1	1		R	Participação na reunião de Bruxelas (em 8 de março) e na de Barcelona (em 26 e 27 outubro).
DPE	3	Representar o ME no Comité Espaço Europeu I&I (ERAC)	O1	1		R	Participação nas 33.ª, 34.ª, 35.ª e 36.ª reuniões em Malta (15 e 16 março), Bruxelas (16 junho), Tartu/Estónia (21 e 22 de setembro) e Bruxelas (5 de dezembro).
DPE	4	Representar a DGAE na Comissão de Acompanhamento da Agenda Portugal Digital 2020 (APD)	O1	1		R	Participação na reunião de 29 de março, na reunião extraordinária de 20 de abril e na reunião de 22 de junho, assim como na reunião de revisão da Agenda Portugal Digital de 30 de junho.

Matriz de Atividades da DSPE							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DPE	5	Acompanhar o desenvolvimento e implementação das medidas no âmbito da Agenda Digital Europeia		2		R	Acompanhamento da matéria, traduzida em contributos que foram elaborados e na participação no HLG meeting - Platform of National Initiatives on Digitising - Bruxelas (em 21 de novembro).
DPE	6	Representar PT no Comité da Indústria, Inovação e Empreendedorismo (CIIE) OCDE	O1	1		R	Foi assegurada a participação da DGAE nas reuniões, em Paris, em 27 e 28 de abril e em 8 e 9 de novembro.
DPE	7	Representar PT no Grupo de trabalho das PME e do Empreendedorismo (WPSMEE) OCDE	O1	1		R	Foi assegurada a representação a DGAE nas reuniões em Paris, em 25 e 26 de abril e 11 e 12 de outubro, assim como no Phone call meetings OCDE Informal steering Group for the SME Ministerial Conference, de 18 de julho, de 30 novembro e de 15 dezembro.
DPE	8	Representar PT - perito nacional no projeto Benchmarking Policies for Stronger SME performance (OCDE)	O1	1		NR	Esta atividade não foi realizada por não se ter verificado a convocatória por parte da OCDE.
DPE	9	Representar PT no grupo de peritos da U.E. Start ups Scale ups	O1	1		NR	Não se registou qualquer convocatória para reunião.
DPE	10	Representar PT no grupo de peritos da UE SME taxation expert grou	O1	1		R	A DGAE esteve representada na reunião realizada em Bruxelas, em 15 de maio.

Matriz de Atividades da DSPE							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DPE	11	Representar a DGAE no Advisory Board e elemento do júri Food Nutrition Awards área sustentabilidade alimentar	O1	1		R	A DGAE participou na entrega dos Prémios Inovação, em cerimónia realizada em Lisboa, a 16 de outubro.
DPE	12	Representar o ME no Conselho Consultivo Autoridade Marítima Nacional	O1	1		R	Participação na reunião do Conselho Consultivo da Autoridade Marítima Nacional, realizada em Lisboa, em 31 de maio.
DPE	13	Representar a DGAE no Grupo pontos focais DG Território - alteração PNPOT	O1	1		R	Assegurada a participação na 2.ª e 3.ª reuniões, de 20 de julho e 13 de dezembro.
DPE	14	Representar a DGAE na Comissão Consultiva IPAC	O1	1		NR	Não se registou qualquer convocatória para a reunião desta Comissão Consultiva.
DPE	15	Reforçar o conhecimento no domínio do Acesso ao Financiamento, acompanhando a implementação de instrumentos financeiros (Fundos estruturais PT 2020-2020 e Programas iniciativas comunitárias).	O2	5		R	Foi elaborado trabalho constituído por fichas informando sobre as diferentes medidas de apoio financeiro e incentivos.
DPE	16	Acompanhar as medidas de simplificação administrativa e da legislação europeia, criando melhor ambiente regulamentar às empresas, incluindo o acompanhamento da implementação do Teste PME em Portugal.	O2	4		R	Ação permanente, e participação na reunião, no CEJUR, de 27 fevereiro, relativa ao "Custa Quanto?", na reunião de 7 de novembro no CEJUR, sobre a Plataforma REFIT e na reunião, de 14 de dezembro, de avaliação da medida "Custa Quanto?" - Missão da OCDE.

Matriz de Atividades da DSPE							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DPS	17	Acompanhar a definição de planos e instrumentos de ordenamento do território, assegurando a preservação e expansão harmoniosa da atividade industrial.	O2	5		R	Esta temática foi acompanhada no âmbito da participação da DGAE na Comissão Consultiva de 13 Parques Naturais nacionais.
DPS	18	Assegurar a representação nacional nas reuniões do Comité do Aço (OCDE).	O1	1		R	Participação na 1.ª reunião, de 23-24 de março, na 2.ª reunião de 28-29 de setembro (ambas em Paris) e na reunião do Fórum do Aço, de 21 de fevereiro, em Berlim.
DPS	19	Assegurar a representação nacional nas reuniões do GAN Indústrias Intensivas em Energia (U.E.).	O1	1		R	Assegurada a participação na reunião do GAN IIE - GT Inovação, em 17 março, em Bruxelas e no GAN IIE - GT Excesso de Capacidade, em 19 abril, em Bruxelas.
DPS	20	Representar o ME como perito no Grupo de Trabalho para a Cultura 2015-18: Indústrias Culturais e Criativas (U.E.).	O1	1		R	Assegurada a representação na 4.ª reunião do Grupo de Peritos, em 23 e 24 janeiro, em Leuven/Bélgica, na 5.ª reunião, em 16 e 17 março, em Bruxelas e na 6.ª reunião, em 21 e 22 setembro, em Chipre.
DPS	21	Acompanhar a evolução de setores industriais/elaboração de sinopses setoriais.		2		R	Elaboração de três sinopses setoriais: Indústrias de base Florestal, Mobiliário e Couro e Calçado.

Matriz de Atividades da DSPE							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DPS	22	Atualizar fichas setoriais.		2		R	Foram atualizadas 15 fichas de tecido empresarial e elaboradas 5 novas, num total de 20 fichas. Foram ainda elaboradas 2 fichas de tecido empresarial de comércio por grosso e retalho.
DPS	23	Atualizar Fichas Comércio Externo.		2		R	Foram atualizadas 11 fichas de Comércio Externo e elaboradas 7 novas fichas.
DPS	24	Atualizar Ficha Informação macroeconómica PT.		2		CA	Não se considerou oportuna a sua realização
DPS	25	Atualizar fichas informação económica por NUT.		2		R	Foram atualizadas 7 fichas de informação económica por NUT.

Matriz de Atividades da DSPE							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DPS	26	Participar nos Grupos de Trabalho temáticos no âmbito da Coligação para o Crescimento Verde.	O1	1		R	Participação nas 6 reuniões do Grupo de Trabalho das Cidades e Território (21 de fevereiro, 08 de junho, 11 de julho, 21 de setembro, 22 de novembro e 14 de dezembro); Participação nas reuniões do GT da Agricultura e Florestas (19 de janeiro, 4 de abril, 30 de maio, 28 de junho e 10 de julho) e nas reuniões do Subgrupo GTF (6 de fevereiro e 4 de abril). Participação nas reuniões do GT Indústria Transformadora e Extrativa (16 de fevereiro, 7 de junho, 19 de setembro, 19 de outubro e 28 de novembro).
DPS	27	Elaborar de Base de Dados, no contexto da ferramenta Outlook, relativa a Associações empresariais /Polos/Clusters.	O6	8		R	Atividade efetuada em permanência.
DPS	28	Representar PT no Grupo de Peritos para as Indústrias de Base Florestal (UE).	O1	1		R	Foi assegurada a participação na reunião realizada em Bruxelas, em 13 de junho.
DPS	29	Representar o ME na Plataforma de Acompanhamento das Relações nas Fileiras Florestais (PARF).	O1	1		R	Participação nas reuniões da PARF de 11 de janeiro, 5 de julho e 3 de outubro, nas reuniões das subcomissões de 11 de setembro e de 18 de outubro, e nas reuniões do secretariado da PARF de 6 de janeiro, de 5 de junho e de 26 de junho.

Matriz de Atividades da DSPE							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DPS	30	Apoiar a representação da DGAE no Conselho Florestal Nacional.	O1	1		R	Participação na reunião de 15 de novembro.
DPS	31	Efetuar/coordenar o processo de consulta e receção de contributos DGAE/Associações Empresariais	O2	5		R	O processo de coordenação envolveu um total de 17 consultas efetuadas pela DGAE, no ano de 2017.
	32	Responder às solicitações internas à DGAE com vista à preparação de posições nacionais	O3	5		R	Foram dadas respostas a 299 solicitações.
	33	Emitir pareceres/contributos referentes a pedidos por parte do Governo	O3	5		R	Elaborados 82 pareceres.
	34	Emitir contributos referentes a solicitações por parte de outras entidades da Administração Pública e Outras entidades Particulares	O3	5		R	Foram elaborados 29 contributos.
	35	Elaborar contributos para atualização do sítio web da DGAE	O6	8		R	Enviados 16 contributos para o site DGAE.
	36	Participar em Conferências/Seminários	O7	9		R	Assegurada a participação em 34 eventos.
	37	Ações de formação externa	O7	9		NR	Não se registaram ações de formação.
	38	Ações em colaboração com a Academia	O7	9		R	Foi realizada uma das sessões previstas com a Academia sob o tema "Smart Cities". A sessão que não se realizou teve a ver com a indisponibilidade dos colaboradores externos.

Matriz de Atividades da DSPE							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
	39	Reuniões com entidades da Administração Pública e Privadas.	O2	5		R	Realizadas reuniões com a DGS, em 17 de março e 28 de novembro; participação em cinco reuniões no âmbito da Comissão de Acompanhamento do acordo APIFARMA; participação na reunião do Conselho Consultivo do INFARMED, em 20 de junho; realizada reunião com um jornalista sobre a indústria da pasta de papel e celulose, em 31 janeiro; participação na reunião com a Air Liquide, em 9 março; realizadas reuniões com a Tabaqueira, em 29 de junho e 20 de outubro; participação em duas reuniões com a JTI, em 20 de julho e 14 de novembro.
DPS	40	Desenvolver as tarefas no âmbito dos Percursos de Droga	O5	7		R	No âmbito dos precursores de droga, foram desenvolvidos 3 procedimentos internos relativos à licença, registo de operador e informação anual dos operadores económicos.
	41	Elaborar contributos newsletter DGAE	O6	8		R	Foram elaborados 7 contributos para a Newsletter DGAE.

Matriz de Atividades da DSPE							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
	42	Eventos realizados pela DS	O7	9		R	Organizou-se um evento em colaboração com a APICCAPS, subordinado ao tema "O setor do Calçado em Portugal".
	43	Desenvolver ações conjuntas com operadores económicos e associações da sociedade civil	O2	5		R	Apresentação na sessão sobre "Financiamento da Economia Circular", em colaboração com a ValorPneu, em 28 de novembro. Realizada ação com a AIJN - European Fruit Juice Association e com operadores económicos do Algarve.
	44	Divulgar junto das empresas as obrigações que decorrem do Regulamento (UE) 2016/679 - Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados			X		No seu contacto com algumas associações empresariais a DSPE sensibilizou para a entrada em vigor do Regulamento.

QUADRO XIX AUTOAVALIAÇÃO PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS PARA A POLÍTICA EMPRESARIAL (DSPE)

No âmbito da Política de Empresa e procurando reforçar a competitividade das empresas, em especial das PME, foram muitas as ações desenvolvidas pela DSPE - Direção de Serviços para a Política Empresarial.

No quadro da União Europeia, a DSPE assegurou a representação da DGAE e, consequentemente, de Portugal, nas seguintes reuniões:

- Grupo Política de Empresa - Grupo de Trabalho sobre Inovação (*EPG - Innovation*);
- Euromed, União para o Mediterrâneo - Grupo da Cooperação Industrial;
- Grupo de Peritos das Indústrias de Base Florestal;
- GAN IIE – Grupo de Alto Nível das Indústrias Intensivas em Energia; e
- Comité do Espaço Europeu de Investigação e Inovação (ERAC), como representante do Ministério da Economia, ao lado da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Junto da OCDE, a DSPE assegurou a sua participação nas reuniões dos seguintes grupos:

- Comité da Indústria, Inovação e Empreendedorismo (CIIE) - tendo apresentado junto deste Comité, as boas práticas nacionais no âmbito de iniciativas políticas, tais como, Indústria 4.0 e Startup Portugal;
- WPSMEE – Grupo de Trabalho para as PME e Empreendedorismo. Como membro do *Informal Steering Group*, a DSPE preparou e participou na Conferência Ministerial dedicada às PME, que teve lugar no México, em fevereiro de 2018, e que contou com a presença da S. Exa. a Secretária de Estado da Indústria;
- Comité do Aço e Fórum Global sobre excesso de capacidade de produção de aço. Refira-se que a DSPE participou nas duas primeiras reuniões do Fórum, como país observador, uma vez que não se concretizou a adesão de Portugal, como membro.

A questão da digitalização da economia tem sido matéria de grande importância para a DSPE. No plano nacional, a DSPE acompanhou o desenvolvimento e a implementação de medidas no âmbito da Agenda Digital Nacional, tendo também participado nas reuniões da Comissão de Acompanhamento da Agenda Portugal Digital 2020 (APD), bem como na reunião para revisão da Agenda Portugal Digital. No plano europeu, a DSPE participou na Reunião de Alto Nível da Plataforma Europeia para as iniciativas Nacionais para a Digitalização da Indústria - *High-level governance meeting of the European platform of national initiatives on digitising industry*.

No âmbito da plataforma *Food & Nutrition Awards*, a DSPE foi chamada a participar nas reuniões do respetivo *Advisory Board* e como elemento do júri para atribuição dos prémios, na categoria Produto Inovação.

A DSPE desempenhou um papel bastante ativo nas questões ligadas ao setor da floresta, tendo participado no Grupo de Trabalho Florestas, enquadrado na Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAAC 2020) e no Grupo de Trabalho Temático da Agricultura e Florestas, no contexto da Coligação para o Crescimento Verde. Participou ainda no Conselho Florestal Nacional e na PARF – Plataforma de Acompanhamento das Relações nas Fileiras Florestais e questões setoriais relacionadas, bem como nas Comissões Consultivas do Processo de Elaboração dos Programas Especiais para os Parques Naturais nacionais.

No quadro do apoio às políticas de planeamento e ordenamento do território, a DSPE integrou o grupo dos Pontos Focais que apoiam a Direção-Geral do Território na alteração do PNPOT. No contexto da Coligação para o Crescimento Verde, integrou o Grupo Temático Cidades e Território, constituído no contexto da Coligação para o Crescimento Verde.

No contexto do reforço da capacidade de financiamento às empresas, a DSPE acompanhou a implementação dos Incentivos e Instrumentos Financeiros decorrentes dos Fundos Estruturais PT2020 e Programas e Iniciativas Comunitárias, tais como o Programa COSME, Horizonte 2020 e o Plano Juncker. Foi desenvolvido um trabalho de compilação das diferentes medidas de apoio e formas de financiamento às empresas, muito em especial PME. Este trabalho permitiu a participação da DSPE em seminários externos sobre a temática.

A DSPE tem vindo a acompanhar as medidas de simplificação administrativa e de legislação europeia, por forma a ser criado um ambiente regulamentar mais favorável às empresas e muito em especial às PME, no quadro da iniciativa europeia *Better Regulation*, e, no plano nacional, no quadro do SIMPLEX+. A DSPE desempenhou um papel importante na concretização da implementação em Portugal do Teste PME.

Na base do acompanhamento da evolução de alguns setores industriais, foram elaboradas fichas estatísticas setoriais (industriais e do comércio por grosso e a retalho) e fichas de comércio externo e foi dada continuidade à atualização das fichas de informação económica por NUT II, o que tem sido um suporte informativo bastante importante para a Tutela. Foram também elaboradas e publicadas no *site* da DGAE, três sinopses económicas setoriais sobre os setores do calçado, fileira florestal e mobiliário.

No que respeita à matéria relativa aos Precursores de Droga, a DSPE elaborou três procedimentos internos relativos à emissão de licença, registo de operador e informação sobre a atividade anual. Desenvolveu também ações no sentido de proceder à atualização de toda a informação a disponibilizar aos utilizadores, nomeadamente, a criação de novos formulários.

A elaboração do projeto de portaria sobre a introdução no mercado de novos produtos de tabaco e respetivo pagamento de taxas foi desenvolvido pela DGAE em conjunto com a DGS e encontra-se atualmente em consulta pública.

Sendo a DGAE a entidade dinamizadora em Portugal da implementação da iniciativa europeia *Small Business Act* (SBA) para a Europa e também, o Ponto de Contacto Nacional para o SBA (*SHERPA do SME Envoy*), foram asseguradas pela DSPE a preparação e a participação nas reuniões organizadas pela Comissão Europeia e dirigidas aos *SHERPAS dos SME Envoys*, bem como nas reuniões da Rede Europeia dos *SME Envoys*, onde a representação da DGAE foi sempre assegurada.

Procurando reforçar a cooperação com outros ministérios, importa notar a participação nas reuniões do Grupo de Trabalho constituído no âmbito do Plano de Trabalho para a Cultura 2015-2018, em articulação com o GEPAC (Ministério da Cultura) que se revelou de grande interesse, na medida em que procurou identificar medidas inovadoras para promover o empreendedorismo e novos modelos empresariais nos setores culturais e criativos.

Na sequência da assinatura de Protocolo com Universidades, neste momento, a DSPE encontra-se a orientar 4 teses de mestrado:

- ✓ Instituição – ISCTE-IUL
Mestrado - Mestrado da Empresa e da Concorrência
Ponto situação: Terminou a revisão de literatura. A rever o trabalho feito.
- ✓ Instituição – ISEG-ULisboa
Mestrado – Mestrado em Economia e Políticas Públicas
Ponto de situação: Escolhido o caso de estudo. A elaborar a apreciação sobre indicadores.
- ✓ Instituição – ISEG-ULisboa
Mestrado – Mestrado em Economia e Políticas Públicas
Ponto de situação: Escolhido o caso de estudo. A elaborar a análise sobre setores.
- ✓ Instituição – ISEG-ULisboa
Mestrado – Mestrado em Ciências Empresariais
Ponto de situação: Em definição.

QUADRO XX
ATIVIDADES PREVISTAS, REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DOS ASSUNTOS EUROPEUS (DSAE)

Matriz de Atividades da DSAE							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DCAE	1	Coordenar a Intervenção do ME no quadro do Semestre Europeu	O3	6		T	Este exercício de acompanhamento e monitorização foi, em todos os Ministérios, transferido, na sua essência, para os Gabinetes Governamentais. Todavia, a nível processual e no domínio da divulgação dos resultados das recomendações específicas por país, considera-se que foi efetivamente alcançado o resultado inicialmente proposto.
DCAE	2	Contributo para Conselho Europeu na área do ME	O3	6		R	A DGAE procedeu aos trabalhos internos (ME) de coordenação interministerial tendo em vista apoiar a definição do interesse de PT no quadro das reuniões do Conselho Europeu. Entre outros, de salientar o apoio nas declarações dedicadas ao tema digital.

Matriz de Atividades da DSAE							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DCAE	3	Preparar as "pastas de apoio" para a participação do ME nos Conselhos de Competitividade (vertente mercado Interno e Indústria) e Energia	O3	8		R	Foram preparadas, em estreita colaboração com o MNE, as pastas de apoio a quatro sessões formais do Conselho Competitividade e a mais duas para as reuniões informais desta mesma formação do Conselho.
DCAE	4	Preparar os elementos de apoio para a participação da DGAE no GAN de Competitividade e Crescimento	O3	6		R	Em 2017, realizaram-se quatro reuniões deste grupo, cuja delegação portuguesa é co assegurada pela DGAE e pela DGAE/MNE. Foram preparados elementos de apoio e de intervenção.
DCAE	5	Coordenação e dinamização da posição ME para a área Competitividade e Crescimento	O3	6		R	Foram desenvolvidas as atividades correspondentes e necessárias para se atingir o grau de eficiência pretendido (100%) nas áreas de coordenação interdepartamental do ME.
DCAE	6	Coordenar e dinamizar a posição do ME para a área do Mercado Único de Bens e Serviços	O3	6		R	Foram desenvolvidas as atividades correspondentes e necessárias para se atingir o grau de eficiência pretendido (100%) nas áreas de coordenação interdepartamental do ME.

Matriz de Atividades da DSAE							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DCAE	7	Coordenar e dinamizar a posição do ME para as questões do Mercado Único Digital	O3	6		R	Foram desenvolvidas as atividades correspondentes e necessárias para se atingir o grau de eficiência pretendido (100%) nas áreas de coordenação interdepartamental do ME.
DCAE	8	Coordenar e dinamizar a posição do ME para as questões da Política da Empresa	O3	6		R	Foram desenvolvidas as atividades correspondentes e necessárias para se atingir o grau de eficiência pretendido (100%) nas áreas de coordenação interdepartamental do ME.
DCAE	9	Coordenar e dinamizar a posição do ME para as questões do "Grupo Consumidores"	O3	6		R	Foram desenvolvidas as atividades correspondentes e necessárias para se atingir o grau de eficiência pretendido (100%) nas áreas de coordenação interdepartamental do ME.
DCAE	10	Coordenar e dinamizar a posição do ME para a área da Energia e Ambiente e Saúde	O3	6		R	Foram desenvolvidas as atividades correspondentes e necessárias para se atingir o grau de eficiência pretendido (100%) nas áreas de coordenação interdepartamental do ME.

Matriz de Atividades da DSAE							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DCAE	11	Coordenar e dinamizar a posição do ME para a área do Alargamento da UE	O3	6		R	Foram desenvolvidas as atividades correspondentes e necessárias para se atingir o grau de eficiência pretendido (100%) nas áreas de coordenação interdepartamental do ME.
DCAE	12	Coordenar e dinamizar a posição do ME para a área da Fiscalidade e Serviços Financeiros	O3	6		R	Foram desenvolvidas as atividades correspondentes e necessárias para se atingir o grau de eficiência pretendido (100%) nas áreas de coordenação interdepartamental do ME.
DCAE	13	Coordenar a intervenção de PT no Grupo de Diretores Gerais da Política de Empresa (EPG)/IMAC (Mercado Interno)	O3	6		R	Em 2017, realizaram-se duas reuniões deste grupo, cuja "nova" formação (EPG+IMAC) reconfigurou a delegação de PT, agora sendo conjunta, envolvendo a DGAE e a DGAE/MNE. Foram preparados elementos de apoio e de intervenção.
DCAE	14	Acompanhar, dinamizar e apoiar os organismos do ME na transposição de diretivas		7		R	Foram desenvolvidas as atividades correspondentes e necessárias para se atingir o grau de eficiência pretendido (100%) nas áreas de coordenação interdepartamental de ME.

Matriz de Atividades da DSAE							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DCAE	15	Acompanhar, dinamizar e apoiar os organismos do ME nos processos de pré-contencioso e contencioso da UE		7		R	Foram desenvolvidas as atividades correspondentes e necessárias para se atingir o grau de eficiência pretendido (100%) nas áreas de coordenação interdepartamental do ME.
DCAE	16	Acompanhar, dinamizar e apoiar os organismos do ME relativamente aos pedidos de esclarecimento da COM no âmbito do EU-PILOT		8		R	Foram desenvolvidas as atividades correspondentes e necessárias para se atingir o grau de eficiência pretendido (100%) nas áreas de coordenação interdepartamental do ME.
DCAE	17	Assegurar a coordenação do ME em Matéria de Auxílios de Estado (AE)		5		R	Foram desenvolvidas as atividades correspondentes e necessárias para se atingir o grau de eficiência pretendido (100%) nas áreas de coordenação interdepartamental do ME.
DCAE	18	Representar o ME nas estruturas da UE e de PT em matérias de AE	O1	1		R	Foram desenvolvidas as atividades correspondentes e necessárias para se atingir o grau de eficiência pretendido (100%) nas áreas de coordenação interdepartamental do ME.

Matriz de Atividades da DSAE							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DCAE	19	Coordenar a intervenção do ME na Comissão Interministerial de Assuntos Europeus	O1	3		R	Foram desenvolvidas as atividades correspondentes e necessárias para se atingir o grau de eficiência pretendido (100%) nas áreas de coordenação interdepartamental do ME.
DCAE	20	Promover a coordenação dos Assuntos Europeus no ME		2		R	Foram desenvolvidas as atividades correspondentes e necessárias para se atingir o grau de eficiência pretendido (100%) nas áreas de coordenação interdepartamental do ME.
DCAE	21	Coordenar a execução do Plano de Trabalhos do ME sobre o BREXIT		1		R	Foram desenvolvidas as atividades correspondentes e necessárias para se atingir o grau de eficiência pretendido (100%) nas áreas de coordenação interdepartamental do ME.
DCAE	22	Preparar e apresentar o relatório anual sobre a intervenção do ME em matéria de Assuntos Europeus		1		R	Foram desenvolvidas as atividades correspondentes e necessárias para se atingir o grau de eficiência pretendido (100%) nas áreas de coordenação interdepartamental do ME.

Matriz de Atividades da DSAE							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DCAE	23	Realizar ações destinadas à melhoria da qualificação e competências da DGAE	O6	10		R	Foram desenvolvidas as atividades correspondentes e necessárias para se atingir o grau de eficiência pretendido (100%) nas áreas de coordenação interdepartamental do ME.
DCAE	24	Promover a melhoria da qualidade de informação externa dos Assuntos Europeus	O6	9		R	Foram desenvolvidas as atividades correspondentes e necessárias para se atingir o grau de eficiência pretendido (100%) nas áreas de coordenação interdepartamental do ME.
DCAE	25	Dinamizar grupos de reflexão transversais com <i>stakeholders</i> sobre dossiês em negociação			x	T	Devido a uma inusitada redução de recursos, o início desta atividade foi transferido para 2018 (igualmente sujeito aos recursos disponíveis).
DCAE	26	Elaborar relatórios/estudos temáticos			x	T	Devido a uma inusitada redução de recursos, o início desta atividade foi transferido para 2018 (igualmente sujeito aos recursos disponíveis).
DCAE	27	Participação em eventos relevantes na área dos Assuntos Europeus		10		R	Verificou-se a participação e a intervenção num conjunto de eventos externos à DGAE, em temas da UE.
DCAE	28	Dinamizar consultas aos <i>stakeholders</i> sobre políticas setoriais		4		R	Foram realizadas duas consultas.

QUADRO XXI

AUTOAVALIAÇÃO PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DOS ASSUNTOS EUROPEUS (DSAE)

No domínio do acompanhamento e coordenação de Assuntos Europeus do Ministério da Economia, perante o planeamento realizado para o 2017, sem prejuízo das atividades correntes e regulares desenvolvidas, identificaram-se quatro áreas relevantes no referido ano:

- **Pasta de apoio à Tutela**

Neste âmbito, é de salientar a preparação de elementos de apoio (vulgo, pasta de apoio), em articulação com o MNE, às quatro reuniões do Conselho Competitividade (formato formal) e às duas reuniões informais do Conselho Competitividade que se realizaram em Malta (abril) e na Estónia (junho). Todos estes eventos contaram com a chefia de delegação de um Membro do Governo do Ministério da Economia (S. Exa o Ministro da Economia nos “informais” e S. Exa. o Secretário de Estado Adjunto e do Comércio nos “formais”), tendo a DGAE integrado a delegação nacional em todos.

Ainda neste contexto, de salientar o apoio da DGAE na elaboração de elementos informativos técnicos e de reporte de apoio à intervenção de S. Exa. o Secretário de Estado da Energia nos contactos realizados com Deputados do Parlamento Europeu, designadamente no âmbito das negociações do Pacote Energia em curso.

- **Negociações**

No âmbito das principais negociações acompanhadas, a DGAE assegurou o acompanhamento e coordenação de várias negociações. Neste universo, de salientar as negociações onde o ME se assumiu como “líder técnico”, sendo, neste contexto, de salientar a negociação da proposta de Regulamento sobre Livre Circulação de Dados Não-Pessoais, em que PT assumiu uma posição de dianteira, indo ao encontro das orientações constantes na carta coassinada por S. Exa. o Primeiro-Ministro (juntamente com outros 16 Chefes de Estado e de Governo) sobre a prioridade que o digital deverá assumir no contexto da UE.

Outras negociações relevantes desenvolvidas em 2017 situaram-se, igualmente, na fileira Digital, como o Wifi4U e a implementação do Regulamento sobre o fim do *roaming* no espaço da UE.

Outra área relevante identificada foi o processo de preparação preliminar das entidades públicas e principais *stakeholders* sobre o novo “Pacote de Bens”. Assim, a DGAE realizou um evento coorganizado com a CIP (ver *infra*) sobre o futuro desta iniciativa legislativa da COM, tendo em vista auscultar quais as

principais forças e fraquezas do atual enquadramento legislativo neste domínio, no sentido de reforçar a definição do interesse nacional. Para o efeito, conseguiu-se estabelecer um canal de diálogo com a COM no sentido de identificar, de forma antecipada, as principais linhas de força da nova proposta, o que permitiu identificar linhas negociais (defensivas e ofensivas) com a devida antecedência.

- **Auxílios de Estado**

No quadro da coordenação e dinamização dos auxílios de Estado, o ano de 2017 foi bastante intenso, sobretudo na vertente de corresponder às solicitações de esclarecimento (postura defensiva) por parte da COM, com especial incidência na fileira Energia. Ainda nesta fileira, de destacar o processo de pré-notificação do projeto de Centrais Elétricas de Biomassa, cujo trabalho interno e de interação com a COM (através de diversas conferências telefónicas organizadas e acolhidas pela DGAE, bem como, através de missivas oficiais), levou a uma notificação formal de que se aguarda decisão positiva em 2018.

Noutras fileiras, de sublinhar o papel de coordenação desta Direção-Geral no processo dos jogos *online*, em que promoveu duas reuniões (uma presencial, outra por *conference call*) com a COM, articulando o Turismo de Portugal e a Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, aguardando-se pelo encerramento do processo de investigação levantado pela COM (DG Concorrência) em 2018. Desenvolveu ainda coordenação nas solicitações.

Em termos formais neste âmbito, de destacar que, em 2017, a DGAE assumiu o papel de coordenador nacional das obrigações de Transparência em matéria de auxílios de Estado, formalmente vinculativas por legislação Europeia, assegurando procedimentos, metodologia de reporte e validação da mesma, de todos os prestadores de apoios públicos. Espera-se que, em 2018, o modelo esteja estabilizado e em “velocidade de cruzeiro”.

- **Articulação com o exterior**

Indo ao encontro do proposto no plano de atividades para 2017, esta Direção de Serviços realizou esforços de aproximação e sistematização junto dos *stakeholders*, aumentando a disseminação de informação e de eventos para a criação de pensamento sobre os principais temas em agenda.

Assim, organizaram-se eventos públicos e participou-se em eventos internacionais como entidades oradora, para apoiar a reflexão em cursos nos diferentes temas em agenda.

No primeiro âmbito, a DGAE coorganizou com a CIP um Seminário dedicado às oportunidades económicas do Mercado Único da UE. Teve como convidados o Diretor-Geral da COM (DG Mercado Interno), entidades públicas e representantes empresariais, tendo em vista que as entidades privadas pudessem identificar forças a manter no futuro e fragilidades a eliminar no próximo pacote legislativo. Desta sessão, cujos principais participantes foram, exatamente aqueles que integraram a governação da negociação do referido pacote, saiu um alinhamento de princípio sobre o que, a nível técnico, se vislumbra como principais posições prioritárias para PT.

Em 30 de outubro, em parceria com a Academia- ISCTE, foi realizada, nas instalações daquela universidade, um seminário denominado “O Processo Brexit: Impactos na Economia Portuguesa”, de inscrição aberta, que permitiu um debate sobre as implicações económicas do processo negocial da saída do Reino Unido da UE.

Por último, associado à dinâmica da intervenção incutida pela DGAE no contexto do Mercado Único da UE, levou a que a COM endereçasse convite à DGAE para participar como *rapporteur* no *EU Single Market Fórum*, realizado em Malta, em junho de 2017.

Questões organizativas

De salientar a dificuldade decorrente da instabilidade organizacional verificada na DSAE durante 2017. Assim, em resultado do processo de operacionalização do processo de transferência das competências e consequentemente de parte significativa dos trabalhadores, de um dirigente e do material informático desta DSAE para o IMT (decorrente da transferência de competências e atribuições), a Direção de Serviços de Assuntos Europeus é a única Direção de Serviços só com uma estrutura flexível integrada, dificultando a gestão quotidiana de temas e pessoas. Acresce ainda que, em julho, a designada Chefe de Divisão de Coordenação dos Assuntos Europeus foi nomeada como Técnica Especialista no Gabinete de S. Exa. o Secretário de Estado da Energia, levando à nomeação, em regime de substituição, de nova dirigente intermédia de 2.º grau e, igualmente, a uma nova reestruturação interna, que não favorece a estabilidade na estrutura, nem a fluidez dos procedimentos que se querem céleres no quadro da coordenação de temas internacionais.

QUADRO XXII
ATIVIDADES PREVISTAS, REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL (DSCI)

Matriz de Atividades da DSCI							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DPCE	1	Preparar documentos de apoio/contributos para a intervenção da Tutela nos diversos fora em que participa.	O3	3		R	Elaborada a pasta de apoio da XII Conferência Ministerial da OMC, realizada em dezembro, em Buenos Aires. Preparados contributos para entrevistas do ME sobre os ACL (TTIP, CETA, Mercosul). Preparados contributos para as pastas de apoio: 7.ª reunião dos Ministros da Economia da ASEM, Fórum OCDE sobre Produtividade. Elaborados contributos para encontros da Tutela com congéneres (Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Timor-Leste, Holanda, Canadá, EUA, Tunísia, Marrocos, Venezuela, Colômbia e países ASEAN) e com a Comissária Cecilia Malmström.

Matriz de Atividades da DSCI							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DPCE	2	Coordenar, preparar e participar em reuniões, encontros e intervenções da responsabilidade do ME na área do comércio internacional	O1	1		R	Contributos para reuniões da CIAE, Grupo de Peritos sobre a Indústria de Base Florestal, Conselho da Competitividade, Grupo de Alto Nível Competitividade e Crescimento, task-force do Brexit, CNE/Comércio, Altos Funcionários do Comércio e Investimento da ASEM.
DPCE	3	Coordenar e definir a contribuição do ME para a posição nacional na vertente do comércio internacional, no âmbito do Comité de Política Comercial Comum.	O3	3		R	Contributos para Comité de Política Comercial na sua formação Suplentes (16 contributos), Titulares (13 contributos) e Attachés (2 contributos), CPC-SI (21 contributos), Grupo de Trabalho de Questões Comerciais (12 contributos), CPC-STIS (2 contributos) em particular sobre OMC, Japão, Turquia, Mercosul, CETA, Indonésia, Nova Zelândia e Austrália.
DPCE	4	Participação em reuniões do Comité de Política Comercial da UE nas suas diferentes formações.	O1	1		R	Concretizada a participação em 10 reuniões do CPC Titulares, 1 reunião do CPC Suplentes, 10 reuniões do CPC Serviços e Investimento e 4 reuniões do Grupo de Trabalho de Questões Comerciais.

Matriz de Atividades da DSCI							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DPCE	5	Definir a posição ME em questões relacionadas com a Política Europeia de Investimento.	O2	2		R	Na sequência do Parecer do Tribunal de Justiça da União Europeia sobre a repartição de competências para a celebração de acordos de comércio livre, foi submetida à apreciação de S. Exa. o Ministro da Economia a posição estratégica a adotar pelo ME quanto à negociação de acordos futuros pela UE. Foi prestado contributo para a definição da posição nacional relativamente às discussões referentes ao Tribunal Multilateral de Investimento
DPCE	6	Participação nas reuniões do Comité Consultivo de Acordos de Investimento da Comissão Europeia.	O1	1		R	Verificou-se a participação nas 2 reuniões do Comité Consultivo de Acordos de Investimento agendadas pela Comissão. Registe-se que, em 2017, Portugal foi autorizado pela Comissão a assinar e a concluir um acordo de proteção de investimento com um país terceiro (Costa do Marfim) após a revisão técnica do modelo nacional de BIT efetuada pela DGAE.

Matriz de Atividades da DSCI							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DPCE	7	Participação na negociação de Acordos Bilaterais de Investimento (autorizados pela UE).	O1	1		R	Foi feita a negociação técnica com a Arábia Saudita e com a Costa do Marfim. Foram estabelecidos os contatos com as autoridades iranianas para a realização da primeira ronda negocial do BIT Portugal-Irão.
DPCE	8	Definir e defender a posição de Portugal no âmbito das questões dos Instrumentos de Defesa Comercial aplicados pela UE ou por Países Terceiros.	O3	3		R	A DGAE participou e produziu comentários escritos para todas as reuniões de negociação das propostas de Regulamento sobre a nova metodologia de cálculo do valor de dumping e da modernização dos instrumentos de defesa comercial. Foram acompanhados os diversos processos de defesa comercial da UE contra países terceiros e de países terceiros contra a UE, tendo sido proposta e submetida, caso-a-caso, a posição nacional à apreciação de S. Exa. o SEAC. Foi prestado auxílio técnico às empresas nacionais envolvidas e às associações setoriais. Destaque ainda para o acompanhamento próximo de casos mais sensíveis para o interesse nacional - Siderurgia Nacional, bicicletas ou a Lusocider.

Matriz de Atividades da DSCI							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DPCE	9	Consultar a associações e empresas no âmbito dos processos relativos ao Instrumentos de Defesa Comercial.		2		R	Foram realizadas diversas consultas e tiveram lugar diversas reuniões presenciais com associações e empresas ao longo do ano.
DPCE	10	Participar nas reuniões do Comité dos Instrumentos de Defesa Comercial da UE.	O1	1		R	Realizaram-se 13 reuniões das quais apenas 1 (extraordinária) não foi assegurada pela DSCI.
DPCE	11	Atualizar permanentemente as Bases de Dados: Dumping, Subvenções, REC, casos IDC de países terceiros contra a UE e casos IDC no TJUE.		2		R	As bases de dados foram atualizadas.
DPCE	12	Definir e defender a posição do ME no âmbito das questões relativas ao Sistema de Preferências Generalizadas.	O2	2		R	Foi definida a posição do ME tanto no âmbito do Grupo de Peritos SPG como nos contributos preparados para as reuniões do Grupo de Trabalho do Conselho.
DPCE	13	Participar no Grupo de Peritos SPG da Comissão Europeia e no Comité das Preferências Generalizadas (SPG) do Conselho da UE.	O1	1		R	Verificou-se a participação em 4 reuniões técnicas do Grupo de Peritos SPG e em 3 reuniões do Grupo de Trabalho SPG (Conselho).
DPCE	14	Elaborar contributos e/ou pareceres sobre a implementação da estratégia UE de acesso ao mercado.	O3	3		R	Foram realizados vários contributos, nomeadamente sobre a Diplomacia Económica Europeia, a implementação de acordos de comércio livre e sobre o relatório anual de barreiras ao comércio.

Matriz de Atividades da DSCI							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DPCE	15	Elaborar uma Proposta de Divulgação sobre a Estratégia de Acesso ao Mercado.	O2	2		R	Foram encetados os contactos com a Comissão Europeia para existir um Market Access Day em Portugal em 2018. Por questões de agenda da Comissão, o Market Access Day terá apenas lugar em 2019.
DPCE	16	Participar no Comité Consultivo de Acesso ao Mercado da Comissão Europeia.	O1	1		R	De registar a participação nas 11 reuniões agendadas do Comité de Acesso ao Mercado da Comissão Europeia.

Matriz de Atividades da DSCI							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DPCE	17	Elaborar Informações, contributos e/ou pareceres relativos às negociações de Acordos da UE com Países Terceiros.	O3	3		R	Foram elaborados contributos e/ou pareceres relativos às negociações de Acordos da UE com o Japão, Turquia, Mercosul, CETA, Indonésia, Nova Zelândia, Austrália, Filipinas, Líbano, Quirguistão e países ASEAN, bem como quanto à modernização de acordos em vigor (México e Chile). Em serviços, foram elaborados pareceres e identificados interesses económicos ofensivos e defensivos de vários acordos em preparação ou em negociação - Mercosul, Indonésia, Japão, Chile, Nova Zelândia e Austrália; no que diz respeito à proteção de investimento, saliente-se a análise dos acordos em negociação com a China, México ou Indonésia. Foram analisadas as ofertas de acesso ao mercado de bens da UE e dos respetivos parceiros em negociação tendo em conta os interesses nacionais (Mercosul, Japão). Análise do setor automóvel de Portugal e identificação dos respetivos interesses no âmbito das negociações com o Japão e o Mercosul, bem como no âmbito do Brexit. Análise e defesa do interesse ofensivo económico do MECON quanto à discussão da proposta de texto de fluxos de dados. Análise da aplicação do ACL UE-Coreia e da utilização das suas preferências pelos operadores nacionais

Matriz de Atividades da DSCI							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DPCE	18	Elaborar Informações, contributos e/ou pareceres relativos às negociações de Acordos Plurilaterais em que a UE participa.	O3	3		R	A negociação de acordos plurilaterais (TiSA, EGA) não teve progressos em 2017, tendo-se registado a preparação e a participação numa reunião informal sobre o TiSA, ocorrida no início de 2017.
DPCE	19	Participar nas Reuniões Técnicas Informais organizadas pela Comissão Europeia sobre as várias negociações em curso no âmbito da política comercial comum e da política europeia de investimento.	O1	1		R	De salientar a participação em várias reuniões técnicas informais (TiSA, Tribunal Multilateral, "Brexit", Fluxos de Dados, Acórdão Singapura, TTIP, Japão, acordo EU-China) organizadas pela Comissão Europeia ao longo do ano.
DPCE	20	Elaborar Informações, contributos e/ou pareceres relativos a questões tratadas no âmbito do Grupo de Questões Comerciais do Conselho da UE.	O3	3		R	Foram efetuados comentários quanto à nova metodologia <i>anti-dumping</i> e ao regulamento de minerais de conflito e foram produzidos comentários escritos para todas as reuniões de negociação da proposta de regulamento que cria um quadro para a análise de investimento direto estrangeiro na União Europeia, apresentada em setembro e negociada desde Outubro de 2017.
DPCE	21	Participar nas reuniões do Grupo de Questões Comerciais do Conselho da UE.	O1	1		R	De registar a participação em 4 reuniões deste Grupo.

Matriz de Atividades da DSCI							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DPCE	22	Participar nas reuniões do Grupo dos Produtos de Base do Conselho da UE.	O1	1		NR	A DGAE não participou em reuniões do Grupo de Produtos de Base, porque os temas das agendas não justificaram essa participação.
DPCE	23	Esclarecer e/ou resolver questões colocadas por associações e empresas ou outras entidades relativas à política comercial comum.		2		R	Efetuada resposta a questões sobre política comercial colocadas por Associações (2), partidos políticos (3), organizações da sociedade civil (1) e outras partes interessadas (3), com especial enfoque no CETA e efetuada uma resposta a um pedido de esclarecimento da Ordem dos Arquitetos relativamente ao CETA. No que diz respeito a questões relativas a problemas de acesso ao mercado, a foi dado apoio e prestado esclarecimento a empresas sobre barreiras e <i>trade irritants</i> nos mercados argelino, egípcio, jordano, entre outros.

Matriz de Atividades da DSCI							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DPCE	24	Assegurar a Delegação Nacional no Comité do Comércio e no Comité do Investimento da OCDE, e ainda, nas reuniões do Grupo de Trabalho do Comité do Comércio.	O1	1		R	De registar a participação, ao longo de 2017, nas reuniões do Comité de Investimento da OCDE (2), Comité de Comércio da OCDE e do Grupo de Trabalho do Comité de Comércio (5). Foi ainda assegurada a participação numa reunião de peritos sobre a criação da base de dados STRI para a área digital.
DPCE	25	Coordenar, emitir pareceres e elaborar contributos no âmbito do acompanhamento da atividade das organizações internacionais que se ocupam do comércio internacional OMC, OCDE e UNCTAD.	O3	3		R	Foi preparado o contributo para a Ministerial da OMC, para a Ministerial da OCDE e para o <i>Global Strategy Group</i> da OCDE, assim como para a XII Conferência Ministerial da OMC, realizada em dezembro, em Buenos Aires (pasta de apoio da Tutela)
DPCE	26	Promover sessões com associações empresariais sobre os temas de política comercial da União Europeia.		2		R	De registar a participação em sessões na CIP e realização de contatos regulares com empresas e associações empresariais. Foram também elaboradas as apresentações da DGAE sobre o CETA (FDUL) e sobre o Mercosul (Universidade Católica).

Matriz de Atividades da DSCI							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DPCE	27	Elaborar um memorando com as principais vantagens da entrada em vigor do acordo CETA para Portugal e para as empresas portuguesas.	O2	2		R	Foram elaborados 2 documentos de divulgação do CETA, difundidos pelas Associações Empresariais, divulgados através da Newsletter da DGAE e publicados no <i>site</i> da DGAE.
DPCE	28	Dinamizar um estudo da Academia sobre os interesses nacionais no acordo UE-Mercosul baseado em Cadeias de Valor Globais.	O2	2		NR	Não foi demonstrado interesse por parte da academia em avançar com o estudo sobre esta matéria, em 2017.

Matriz de Atividades da DSCI							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DPCE	29	Contribuir, no âmbito da perspetiva da Política Comercial da União, para a análise do “Brexit”.	O3	3		R	Apresentados contributos com análises de possíveis cenários de relacionamento comercial e participação em reuniões e elaboração de contributos para a definição de impactos da saída do Reino Unido da EU. Elaboração de contributos para o documento de reflexão “O “Brexit” e as suas consequências para Portugal”, concluído em fevereiro de 2017, com análise do atual relacionamento económico entre Portugal e o Reino Unido, de possíveis modelos do futuro relacionamento comercial e de potenciais efeitos para Portugal. Participação em reuniões da “task-force” interministerial de Pontos Focais para o “Brexit” e elaboração de contributos para a definição de impactos da saída do Reino Unido da UE, no âmbito dos trabalhos daquela “task-force”.
DRIn	30	Elaborar pastas de apoio para encontros bilaterais e visitas oficiais de membros da Tutela.	O3	3		R	Registou-se um elevado número de deslocações oficiais e encontros bilaterais (em Portugal e no exterior), tendo sido cumpridos os prazos para entrega das pastas de apoio.

Matriz de Atividades da DSCI							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DRIn	31	Preparar a participação do ME em Cimeiras, Comissões Mistas, Subcomissões Económicas, Grupos de Trabalho e outros eventos de alto nível, incluindo contributos para o MNE neste âmbito.	O1	1		R	Salientam-se os seguintes eventos: Cimeiras bilaterais com Cabo Verde, Espanha, Tunísia e Marrocos; Comissões Mistas com a Índia, Rússia, Egito e Arábia Saudita; 5.ª Reunião do Grupo de Trabalho Económico Luso-Argelino; 38.ª Comissão Bilateral Permanente com os EUA. Acresce o número significativo de contributos remetidos ao MNE, no âmbito de visitas oficiais e outros eventos de alto nível.
DRIn	32	Preparar e participar em reuniões de coordenação intra ME, com Embaixadas e outras entidades públicas e privadas, bem como em reuniões interministeriais promovidas pelo MNE.	O1	1		R	Regista-se a preparação de contributos e a participação em 68 reuniões.
DRIn	33	Preparar a participação da DGAE nas reuniões da Comissão Interministerial de Política Externa (CIPE) e da Comissão Interministerial para a Cooperação (CIC), bem como nas reuniões do Secretariado Permanente da CIC.	O1	1		R	A DGAE participou nas duas reuniões da CIPE realizadas em 2017, bem como na reunião anual da CIC.
DRIn	34	Acompanhar a negociação de instrumentos jurídicos bilaterais na área económica (incluindo os acordos de investimento autorizados pela UE), em coordenação com os organismos do ME e com o MNE.		2		R	Foi assegurado o acompanhamento da negociação de um elevado número de instrumentos jurídicos bilaterais nas áreas de competência do ME.

Matriz de Atividades da DSCI							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DRIn	35	Elaborar e solicitar pareceres nas áreas de competência do ME, tanto ao nível das relações bilaterais e multilaterais, como da vertente económica das relações externas da UE.	O3	3		R	Foram emitidos pareceres sobretudo em matéria de relações internacionais, nas áreas de competência do ME.
DRIn	36	Participar, enquanto Ponto Focal do ME, nas reuniões do Grupo Informal de Peritos de Comércio e Investimento UE-China.	O1	1		NR	Em 2017, este Grupo Informal de Peritos não reuniu.
DRIn	37	Apoiar a participação da Tutela em reuniões ministeriais de carácter económico, nomeadamente no âmbito da OCDE, ONU, Fórum de Macau, CPLP, Cimeira Ibero-Americana e Aliança do Pacífico, entre outros enquadramentos multilaterais.	O1	1		R	Destaca-se a participação de S. Exa. o Ministro da Economia na reunião do Conselho da OCDE a nível Ministerial e de S. Exa. o Secretário de Estado Adjunto e do Comércio na 7.ª Reunião de Ministros da Economia ASEM. Destacam-se ainda os contributos preparados para os encontros bilaterais realizados à margem da 11.ª Conferência Ministerial da OMC.
DRIn	38	Coordenar a preparação e participar, sempre que se justifique, nas reuniões técnicas e outras iniciativas desenvolvidas ao nível da OCDE, ONU, Fórum de Macau, CPLP, Cimeira Ibero-Americana e Aliança do Pacífico, entre outros espaços multilaterais.	O1	1		R	A DGAE participou na reunião interministerial preparatória da Reunião Ministerial da OCDE, bem como na 13.ª Reunião de Altos Funcionários de Comércio e Investimento ASEM.

Matriz de Atividades da DSCI							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DRIn	39	Participar, enquanto Ponto Focal, nas reuniões do Secretariado Permanente do Fórum de Macau.	O1	1		R	A DGAE participou na 12.ª reunião ordinária do Secretariado Permanente e na reunião extraordinária realizada em setembro de 2017. Participou igualmente na 1.ª reunião do Grupo de Trabalho sobre Capacidade Produtiva.
DRIn	40	Coordenar, enquanto Ponto Focal, a participação portuguesa em ações desenvolvidas no âmbito do Plano de Atividades do Fórum de Macau, nomeadamente no que respeita aos Colóquios de formação de recursos humanos.	O3	3		R	A DGAE assegurou a participação de 18 formandos portugueses nos 5 Colóquios de Formação de RH organizados em 2017, bem como a participação nacional noutras atividades organizadas pelo Secretariado Permanente do Fórum Macau (ex: Seminários Ministeriais sobre Capacidade Produtiva e Cooperação Financeira; Mesa Redonda de Municípios da China e dos PLP; programa de deslocação a Lisboa de uma delegação do SPFM).

Matriz de Atividades da DSCI							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DRIn	41	Divulgar e propor a participação nacional em Seminários organizados pelo Ministério do Comércio da R.P. da China, dirigidos aos Países de Língua Portuguesa.	O3	3		R	A DGAE coordenou a participação de representantes nacionais em 11 Seminários e Cursos de Formação organizados pelo MOFCOM, dirigidos aos PLP. De notar a participação de 12 representantes no Seminário sobre Construção e Planeamento Urbanístico (Xangai, setembro), a maior de sempre neste tipo de iniciativas.
DRIn	42	Preparar e remeter questionário de avaliação aos participantes nos Colóquios do Fórum de Macau e Seminários do Min. Comércio da R.P. da China.	O6	4		R	Objetivo cumprido.
DRIn	43	Coordenar, enquanto Ponto Focal do ME, a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030 em que o ME se constitui como Coordenador ou Contribuidor.	O3	3		R	Destaca-se o contributo sobre o ODS7 ("Energias Renováveis e Acessíveis a Todos"), no âmbito da apresentação do Relatório Voluntário Nacional ao HLPF (High Level Political Forum das Nações Unidas), realizado em julho.
DRIn	44	Coordenar o levantamento da execução de projetos e programas de cooperação de organismos do ME, enquadráveis na Ajuda Pública ao Desenvolvimento.	O3	3		R	Foi transmitido ao CICL o levantamento anual da execução de projetos desenvolvidos pelos organismos do ME, enquadráveis na APD.

Matriz de Atividades da DSCI							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DRIn	45	Preparar e participar em reuniões promovidas pelo CICL sobre temas relacionados com a Cooperação e Desenvolvimento, e elaborar contributos do ME neste âmbito.	O1	1		R	A DGAE participou na reunião do Secretariado Permanente da CIC, realizada em janeiro, não se tendo feito representar na reunião de dezembro (devido a uma deficiente circulação de informação sobre a respetiva convocatória).
DRIn	46	Preparar e participar, enquanto membro, nas reuniões da Comissão de Acompanhamento do Grupo de Trabalho do Mercado das Multilaterais Financeiras (AICEP e GPEARI-MF).	O1	1		R	A DGAE participou na reunião anual da Comissão de Acompanhamento.
DRIn	47	Atualizar regularmente as Fichas de Relacionamento Económico Institucional.		2		R	Objetivo cumprido, nomeadamente no âmbito das visitas, encontros bilaterais e reuniões de alto nível realizadas em 2017.
DRIn	48	Atualizar regularmente a Base de Dados dos instrumentos jurídicos bilaterais em negociação no âmbito do ME.		2		R	Objetivo cumprido.
DRIn	49	Divulgar informação relevante aos organismos do ME no domínio das relações internacionais.		2		R	Objetivo cumprido, em particular no que respeita às relações económicas bilaterais e à atividade de organizações internacionais, com destaque para a OCDE.
DRIn	50	Preparar e participar em eventos nacionais e internacionais relevantes de carácter económico e/ou empresarial.	O1	1		R	Salienta-se a preparação da intervenção do Diretor-Geral no evento comemorativo do Ano Novo Chinês e a participação em diversas Conferências e Seminários.

Matriz de Atividades da DSCI							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
	51	Realizar seminários internos e/ou promover ações com a Academia	O6	5		R	Organização do Seminário sobre "A Rota da Seda", que contou com a Prof.ª Fernanda Ilhéu como oradora.

QUADRO XXIII AUTOAVALIAÇÃO PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL (DSCI)

Na vertente da Política Comercial Externa do comércio internacional, a DGAE acompanhou os trabalhos do Comité de Política Comercial (CPC) da União Europeia (UE), nas suas formações de Titulares, Suplentes e Serviços e Investimento. Em sede de CPC Titulares e Suplentes, foram acompanhadas matérias de política comercial de índole: multilateral, em especial no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), tendo em vista a Ministerial de Buenos Aires que se realizou em dezembro de 2017; na vertente bilateral, destaque para a implementação de acordos de comércio livre já concluídos com parceiros estratégicos – reforço da implementação do acordo com a Coreia ou a entrada em vigor provisória do acordo com o Canadá – ou para a negociação e conclusão de acordos com o Japão, Mercosul, Indonésia, México, Chile, Nova Zelândia e Austrália, tendo sido efetuadas consultas, quando necessário, a empresas e associações setoriais e definindo a posição do Ministério da Economia quanto a interesses ofensivos/defensivos nacionais na negociação de acordos comerciais com países terceiros. Ainda no que diz respeito à negociação destes acordos, destaque para a publicitação junto de operadores económicos dos benefícios do acordo com o Canadá (CETA) e para as análises efetuadas pela DGAE quanto à aplicação do acordo UE-Coreia e à utilização das preferências pelos operadores nacionais bem como quanto ao setor automóvel e à identificação dos respetivos interesses no âmbito das negociações com Japão, Mercosul e ao futuro impacto do “Brexit” naquele setor.

A DGAE participou em reuniões técnicas informais agendadas em Bruxelas quanto ao acordo UE-Japão, ao acordo de investimento UE-China, Regulamento de “screening” europeu, “Brexit”, fluxos de dados, acórdão Singapura ou tribunal multilateral de investimento.

A DGAE, na sequência do Parecer do Tribunal de Justiça da União Europeia sobre a repartição de competências para a celebração de acordos de comércio livre, submeteu a S. Exa. o Ministro da Economia a posição estratégica a adotar pelo ME quanto à negociação de acordos futuros pela UE. Foi também preparado um contributo para a definição da posição nacional relativamente às discussões referentes ao Tribunal Multilateral de Investimento.

A DGAE participou e produziu comentários escritos para todas as reuniões de negociação das propostas de Regulamento sobre a nova metodologia de cálculo do valor de dumping e da modernização dos instrumentos de defesa comercial; acompanhou os diversos processos de defesa comercial da UE contra países terceiros e de países terceiros contra a UE, tendo proposto e submetido, caso-a-caso, a posição nacional a S. Exa. o Secretário de Estado Adjunto e do Comércio e prestou auxílio técnico às empresas nacionais envolvidas e às associações setoriais.

A DGAE contribuiu com análises de possíveis cenários de relacionamento comercial, participou em reuniões e deu contributos para a definição de impactos da saída do Reino Unido da UE. De igual modo, foram dados contributos para o documento de reflexão “O “Brexit e as suas consequências para Portugal”, concluído em fevereiro de 2017, com análise do atual relacionamento económico entre Portugal e o Reino Unido, de possíveis modelos do futuro relacionamento comercial e de potenciais efeitos para Portugal.

A DGAE produziu comentários escritos para todas as reuniões de negociação da proposta de regulamento que cria um quadro para a análise de investimento direto estrangeiro na União Europeia (Regulamento de “screening” europeu).

No âmbito da OCDE, a DGAE assegurou, ainda, a representação de Portugal em reuniões do Comité de Comércio e do Comité de Investimento.

A DGAE, à semelhança dos anos anteriores, continuou a assegurar a representação nacional no Comité Consultivo de Acesso ao Mercado da Comissão Europeia (MAAC), que constitui o principal vetor da Estratégia de Acesso ao Mercado da UE, e prestou apoio a empresas portuguesas que são afetadas pelo agravamento do número de barreiras ao comércio.

No que diz respeito à negociação de acordos de promoção e proteção de investimento (BIT), foi promovida a realização da segunda ronda negocial técnica com a Arábia Saudita, em Lisboa, bem como a negociação, já finalizada, com a Costa de Marfim e a respetiva obtenção de autorização da Comissão para que este acordo seja assinado a breve trecho, o que constituirá o primeiro acordo a ser concluído após a revisão técnica do modelo nacional de BIT, efetuada por proposta da DGAE.

Na vertente do comércio internacional e das relações internacionais, a DGAE preparou, durante o ano de 2017, um vasto número de pastas de apoio, no âmbito de deslocações oficiais e encontros bilaterais (em Portugal e no exterior) de membros da Tutela, tendo sido cumpridos os prazos de entrega estipulados.

No que respeita à preparação da participação do ME em Cimeiras, Comissões Mistas e outras reuniões de alto nível, salientam-se as seguintes: Cimeiras bilaterais com Cabo Verde, Espanha, Tunísia e Marrocos; Comissões Mistas com a Índia, Rússia, Egito e Arábia Saudita; 5.ª Reunião do Grupo de Trabalho Económico Luso-Argelino; 38.ª Comissão Bilateral Permanente com os EUA, acrescentando um número significativo de contributos remetidos ao MNE neste âmbito. Na vertente multilateral, destaca-se a participação de S. Exa. o Ministro da Economia na Reunião do Conselho da OCDE a nível Ministerial e de S. Exa.

o Secretário de Estado Adjunto e do Comércio na 7.ª Reunião de Ministros da Economia ASEM; de referir ainda os contributos preparados para os encontros bilaterais realizados à margem da 11.ª Conferência Ministerial da OMC.

Foi, ainda, preparada a participação em 68 reuniões ao longo de 2017, salientando-se igualmente a participação nas reuniões da CIPE (Comissão Interministerial de Política Externa) e da CIC (Comissão Interministerial para a Cooperação), bem como na Comissão de Acompanhamento do Grupo de Trabalho do Mercado das Multilaterais Financeiras.

No que respeita ao Fórum de Macau, a DGAE participou, enquanto Ponto Focal, na reunião ordinária do Secretariado Permanente, e em reunião extraordinária realizada em 2017, e ainda na 1.ª reunião do Grupo de Trabalho sobre Capacidade Produtiva.

Igualmente no âmbito do Fórum de Macau, a DGAE assegurou a gestão da participação de Portugal nos 5 Colóquios realizados em 2017, e em diversas iniciativas de curta duração (como por exemplo: Seminários Ministeriais sobre Capacidade Produtiva e Cooperação Financeira; Mesa Redonda de Municípios da China e dos PLP; elaboração de programa de deslocação a Lisboa de uma delegação do SPFM).

A DGAE assegurou também o acompanhamento da negociação de um elevado número de instrumentos jurídicos bilaterais nas áreas de competência do ME.

QUADRO XXIV
ATIVIDADES PREVISTAS, REALIZADAS PELA DIVISÃO DAS CONTRAPARTIDAS (DC)

Matriz de Atividades da DC							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DC	1	Participar na Comissão Nacional de Proteção Civil.	O1	1		R	Participação em todas as reuniões da CNPC no ano de 2017, designadamente: 31/03/2017 1.ª Ordinária; 18/05/2017 1ª Extraordinária; 16/10/2017 2.ª Extraordinária; 18/10/2017 2.ª Ordinária; 06/11/2017 3.ª Extraordinária.
DC	2	Participar no 4º Grupo de Trabalho da Subcomissão do Plano Nacional para a Redução do Risco de Catástrofes.	O1	1		R	A participação no 4.º Grupo de Trabalho da PNRRC foi plena, tendo-se publicado no final do ano de 2017 o Manual de Boas Práticas de Resiliência em Infraestruturas Críticas do Setor Empresarial do Estado e do Setor Privado.

Matriz de Atividades da DC							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DC	3	Apoiar o Governo em matéria de planeamento civil de emergência no quadro legal definido.	O1	1		R	Participação em todas as iniciativas desenvolvidas pela Divisão de Planeamento Civil de Emergência da Autoridade Nacional de Proteção Civil do Ministério da Administração Interna e pela Direção-Geral de Política da Defesa Nacional do Ministério da defesa Nacional, com destaque para o Crisis Management Exercise 2017, que decorreu no mês de outubro.
DC	4	Acompanhar e fiscalizar as Operações de Contrapartidas do Programa de Contrapartidas pela Aquisição dos Helicópteros EH-101 do fornecedor AgustaWestland Limited.	O3	2,3		R	Foram acompanhadas 5 operações de contrapartidas, tendo-se realizado um total de 8 reuniões de acompanhamento e contabilizada a execução, no ano de 2017, de contrapartidas no montante de 64,43 M€.
DC	5	Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato de Contrapartidas pela Aquisição dos Helicópteros EH-101 do fornecedor AgustaWestland Limited.	O3	2,3		R	O Contrato de Contrapartidas pela Aquisição dos Helicópteros EH-101 foi dado como integralmente cumprido no ano de 2017, tendo-se alcançado a execução de contrapartidas acumuladas no montante de 139.937.858,76 €, representando uma Taxa de Execução de 120,46% face à Obrigação Contratual de 116.172.326,00 €.

Matriz de Atividades da DC							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DC	6	Acompanhar e fiscalizar as Operações de Contrapartidas do Programa de Contrapartidas pela Aquisição das Viaturas Pandur do fornecedor General Dynamics E. L. Systems-Steyr.	O3	2,3		R	Foi acompanhada 1 operação de contrapartidas, tendo-se realizado um total de 8 reuniões de acompanhamento, 2 visitas técnicas e contabilizada a execução, no ano de 2017, de contrapartidas no montante de 29,87 M€.
DC	7	Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato de Contrapartidas pela Aquisição das Viaturas Pandur do fornecedor General Dynamics E. L. Systems-Steyr.	O3	2,3		R	O Contrato de Contrapartidas pela Aquisição das Viaturas Pandur foi dado como integralmente cumprido no ano de 2017, tendo-se alcançado a execução de contrapartidas acumuladas no montante de 93,14 €, representando uma Taxa de Execução de 112,92% face à Obrigação Contratual de 82,48 €.
DC	8	Acompanhar e fiscalizar as Operações de Contrapartidas do Programa de Contrapartidas pela Aquisição das Aeronaves C-295 do fornecedor Airbus Defence&Space.	O3	2,3		R	Foram acompanhadas 8 operações de contrapartidas, tendo-se realizado um total de 9 reuniões de acompanhamento, 1 visita técnica e contabilizada a execução, no ano de 2017, de contrapartidas no montante de 19,21 M€.

Matriz de Atividades da DC							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DC	9	Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato de Contrapartidas pela Aquisição das Aeronaves C-295 do fornecedor Airbus Defence&Space.	O3	2,3		R	O Contrato de Contrapartidas pela Aquisição das Aeronaves C-295 apresenta uma Taxa de Execução, no final do ano de 2017, de 35,1% face à Obrigação Contratual de Contrapartidas de 464,00 M€.
DC	10	Acompanhar e fiscalizar as Operações de Contrapartidas do Programa de Contrapartidas pela Aquisição dos Targeting-Pods para os F-16 do fornecedor Northrop Grumman.	O3	2,3		R	O Contrato de Contrapartidas pela Aquisição dos Targeting-Pods não contempla qualquer operação de contrapartidas em execução, aguardando-se pela submissão de novo projeto. Realizou-se 1 reunião de acompanhamento com o fornecedor.
DC	11	Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato de Contrapartidas pela Aquisição dos Targeting-Pods para os F-16 do fornecedor Northrop Grumman.	O3	2,3		NR	O Contrato de Contrapartidas pela Aquisição dos Targeting-Pods não apresentou qualquer execução no ano de 2017.
DC	12	Inventariar o programa de contrapartidas pela aquisição dos submarinos		4		NR	Este objetivo não foi alcançado em virtude de ter sido dada prioridade na resposta às solicitações do Tribunal de Contas no âmbito da Auditoria que decorreu entre dezembro de 2016 e outubro de 2017.

QUADRO XXV
ATIVIDADES NÃO PREVISTAS, REALIZADAS PELA DIVISÃO DAS CONTRAPARTIDAS (DC)

Matriz de Atividades da DC							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DC	13	Participação do Plano Europeu de Ação para o Desenvolvimento da Indústria de Defesa - Fundo Europeu de Defesa			x	R	Participação em 2 reuniões sobre o Fundo Europeu de Defesa, realizadas em Bruxelas nos dias 17/02 e 07/03 e envio de contributos para o Regulamento do Fundo Europeu de Defesa
DC	14	Acompanhamento da implementação da Diretiva 2013/59/EURATOM.			x	R	Participação na única reunião de coordenação sobre matérias atómicas em 12/01/2017 no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

QUADRO XXVI
AUTOAVALIAÇÃO PELA DIVISÃO DE CONTRAPARTIDAS (DC)

No âmbito da atividade desenvolvida pela Divisão das Contrapartidas no ano de 2017, a matéria relacionada com o acompanhamento dos contratos de contrapartidas ainda em execução foi a que demonstrou maior pertinência, seja no que respeita aos resultados, seja relativamente ao grau exigência e empenho dos serviços. De facto, no ano de 2017 foi possível concluir mais dois contratos de contrapartidas, dando por integralmente cumpridas as obrigações contratuais a que os fornecedores de material e equipamento de defesa estavam vinculados perante o Estado Português.

No âmbito do Contrato de Contrapartidas pela Aquisição dos Helicópteros EH-101, foi possível contabilizar e creditar contrapartidas no montante de 64,4 M€, tendo-se concluído o programa com uma taxa de execução de 120,46%, correspondente a contrapartidas acumuladas no valor de 139,94 M€ face a uma Obrigação Contratual de Contrapartidas fixada em 5 de novembro de 2014, no montante de 116,17 M€.

Por outro lado, no que respeita ao Contrato de Contrapartidas pela Aquisição das Viaturas Pandur, a execução da sua única operação de contrapartidas relacionada com a transferência de capacidades para a Unidade de Gestão de Material do Exército (UAGME) com vista à manutenção de Nível III dos equipamentos adquiridos, deu-se como integralmente cumprida no final do ano de 2017, tendo-se creditado contrapartidas no montante de 29,87 M€. Deste modo, o contrato em apreço deu-se como concluído, tendo-se alcançado uma taxa de execução de 112,92%, correspondente a contrapartidas acumuladas no valor de 93,14 M€ face a uma obrigação contratual no montante de 82,48 M€.

No final do ano de 2017, estão ainda por cumprir contrapartidas no montante de 305,73 M€, valor quase na totalidade devido pelo fornecedor das Aeronaves C-295, destacando-se, a este propósito, a intenção demonstrada no final do ano, por aquele prestador de contrapartidas, em prorrogar o prazo de execução até ao ano de 2020.

Sobre a matéria das contrapartidas, destaca-se ainda a extensa e profunda Auditoria do Tribunal de Contas ao acompanhamento da execução das contrapartidas, com a qual nos congratulamos. O Relatório de Auditoria, publicado no mês de outubro, constitui um motivo de regozijo para toda a equipa, ao não ter sido emitida qualquer recomendação por aquele Tribunal sobre as alterações efetuadas a três contratos, e coordenadas por esta Direção-Geral, bem como sobre os métodos e critérios aplicados na contabilização e creditação de mais de 1.200 M€ de contrapartidas.

Por via das diligências realizadas para efeitos de prestação de contas ao Tribunal de Contas, desenvolvidas entre janeiro e outubro de 2017, não foi possível concretizar a ação prevista de inventariar a documentação do Contrato de Contrapartidas pela Aquisição dos Submarinos.

Por último, importa destacar a participação da Divisão das Contrapartidas no *Crisis Management Exercise* 2017, desenvolvido no âmbito da Organização do Tratado do Atlântico Norte, em estreita parceria com a Autoridade Nacional de Proteção Civil, organismo coordenador das entidades setoriais, e da Direção-Geral das Políticas de Defesa Nacional do Ministério da Defesa Nacional, à qual coube a coordenação do exercício.

QUADRO XXVII
ATIVIDADES PREVISTAS, REALIZADAS NO ÂMBITO DA DIVISÃO DE PLANEAMENTO E APOIO (DPA)

Matriz de Atividades da DPA							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DPA	1	Elaborar o Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo riscos de corrupção e infrações conexas		1		NR	A elaboração do Plano transitou para 2018 por falta de recursos disponíveis para a sua realização em 2017.
DPA	2	Elaborar o Relatório de Atividades da DGAE de 2016		1		R	O Relatório de Atividades foi realizado e submetido à aprovação da Tutela no prazo previsto.
DPA	3	Efetuar a monitorização do 1.º semestre do QUAR de 2017		1		R	Ao longo do ano, foi feita a monitorização do QUAR e da trajetória dos indicadores.
DPA	4	Elaborar o Plano de Atividades da DGAE para 2018		1		R	Foram reunidos e compilados todos os elementos que deram origem à elaboração da proposta de Plano de Atividades da DGAE para 2018.
DPA	5	Elaborar o QUAR da DGAE para 2018		1		R	Preparado o QUAR da DGAE, contendo os objetivos estratégicos, operacionais e os indicadores previstos para 2018.
DPA	6	Coordenar a execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo riscos de corrupção e infrações conexas		1		NR	Como o Plano de Prevenção de Riscos de Gestão não foi elaborado, não foi feita a coordenação da sua execução, incluindo o respetivo relatório.

Matriz de Atividades da DPA							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DPA	7	Efetuar o inquérito de satisfação interno e elaborar o respetivo relatório		2		R	Foi elaborado o questionário e realizado o inquérito de satisfação junto de todos os que trabalharam na DGAE em 2017 e feito o apuramento dos respetivos resultados.
DPA	8	Conceber um sistema que garanta a monitorização diária do custo médio das deslocações		3		R	Foi concebida uma aplicação em Excel que permitiu a monitorização permanente dos custos totais e dos custos médios das deslocações (viagens) e estadas, com informação distribuída por Direções de Serviços.
DPA	9	Verificar a faturação e monitorizar a execução financeira do(s) contrato(s) de deslocações e estadas		3		R	Toda a faturação das deslocações e estadas enviada à DGAE foi objeto de verificação e validação.
DPA	10	Validar em devido tempo a faturação das despesas	O3	4		R	Foi feita a validação da prestação dos serviços ou da receção dos bens relativamente a todas as faturas.
DPA	11	Identificar as necessidades de bens e serviços a fornecer à SGME nos prazos estabelecidos	O3	4		R	Os bens e serviços necessários ao funcionamento da DGAE foram identificados atempadamente.
DPA	12	Acompanhar e garantir a execução dos contratos de aquisição de bens e serviços			X	R	Foi feito o acompanhamento dos contratos de aquisição de bens e serviços.
DPA	13	Analisar e acompanhar a execução do orçamento da DGAE, com base na informação fornecida pela SGME			X	R	Assegurado o acompanhamento da execução financeira.

Matriz de Atividades da DPA							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DPA	14	Faturar todas as receitas próprias arrecadadas pela DGAE e remeter à SGME os mapas com os montantes dessas receitas			X	R	Foram emitidas guias de receita relativamente a todas as receitas da DGAE e remetidos à Secretaria-Geral os quadros com informação discriminada sobre o tipo de receita, montante arrecadado, datas de pagamento e meios de pagamento utilizados.
DPA	15	Assegurar a gestão do Fundo de Maneio e efetuar os pagamentos das respetivas despesas			X	R	Foram realizados os pagamentos autorizados no âmbito do Fundo de Maneio, mediante a apresentação de documentos comprovativos das respetivas despesas e remetidas à Secretaria-Geral as listas dos pagamentos, acompanhadas dessa documentação.
DPA	16	Assegurar a inserção de conteúdos no <i>site</i> da DGAE nos prazos estabelecidos	O3	4		R	Foi assegurada a inserção de conteúdos no site, assim como a sua permanente atualização.
DPA	17	Garantir, de forma célere, uma primeira linha de apoio de <i>Helpdesk</i> a nível de microinformática e de telefones	O3	4		R	Ao longo do ano, foi dada resposta a mais de 3.000 pedidos de apoio de primeira linha em termos de microinformática (<i>software e hardware</i>) e de telefones aos utilizadores da DGAE.

Matriz de Atividades da DPA							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DPA	18	Gerir o sistema de informação relativo aos instrumentos de gestão (<i>Tableau de Bord</i>)			X	R	Foram elaborados todos os quadros de apoio indispensáveis à gestão da DGAE e garantida a sua atualização.
DPA	19	Gerir a caixa de correio a DGAE e outras atribuídas à DGAE			X	R	Verificada e distribuída diariamente a correspondência da caixa de correio geral da DGAE e dada sequência aos assuntos das restantes caixas de correio eletrónico, nomeadamente da Divisão e do apoio informático.
DPA	20	Conceber um sistema e elaborar relatórios de controlo de existências de consumíveis de casa de banho e de papel de impressão		5		R	O sistema de acompanhamento das existências de consumíveis foi concebido.
DPA	21	Efetuar diariamente a distribuição dos consumíveis de casa de banho e proceder ao respetivo registo			X	R	Este serviço foi assegurado diariamente.
DPA	22	Participar na elaboração de uma proposta para reformulação do <i>website</i> da DGAE		6		R	Foram elaborados contributos para a reformulação do site da DGAE e coordenados os trabalhos internos necessários à conceção do futuro site da DGAE, tendo-se procedido, também, ao carregamento de informação.
DPA	23	Apresentar proposta para o lançamento da <i>Newsletter</i> da DGAE e coordenar a sua publicação		6		R	Foi preparado o <i>layout</i> da Newsletter e publicados 5 números, para além de outros dois de preparação do respetivo lançamento.

Matriz de Atividades da DPA							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DPA	24	Elaborar ou rever procedimentos internos			X	R	Foi feita a concatenação da documentação respeitante aos procedimentos associados aos precursores de droga e preparado um novo procedimento.
DPA	25	Coordenar, a nível da DGAE, a implementação do novo sistema de gestão documental			X	R	Esta atividade foi transferida para 2018, uma vez que o calendário inicialmente previsto pela Secretaria-Geral para a introdução do sistema de gestão documental sofreu um atraso significativo.
DPA	26	Garantir a logística necessária à realização dos seminários internos			X	R	Garantida a logística de todos os seminários realizados internamente.
DPA	27	Efetuar os procedimentos inerentes à entrada, encaminhamento e expedição de correspondência			X	R	Salvo alguns problemas pontuais exógenos relacionados com falhas no sistema de gestão documental, este serviço foi assegurado pontualmente.
DPA	28	Distribuir interna e externamente a correspondência			X	R	Este serviço foi realizado diariamente.
DPA	29	Gerir a conservação e a manutenção das instalações, dos bens e equipamentos			X	R	Foi possível assegurar o serviço de conservação e manutenção das instalações, assim como dos bens e equipamentos apenas com os recursos internos.
DPA	30	Assegurar o atendimento de chamadas telefónicas efetuadas para o n.º geral da DGAE e proceder ao seu encaminhamento			X	R	Assegurado o atendimento e encaminhamento das chamadas externas.

Matriz de Atividades da DPA							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DPA	31	Assegurar a gestão da utilização da viatura e as deslocações internas			X	R	Foi feito o planeamento e asseguradas, através da viatura de serviço, as deslocações dos técnicos às reuniões.

QUADRO XXVIII AUTOAVALIAÇÃO PELA DIVISÃO DE PLANEAMENTO E APOIO (DPA)

No domínio do planeamento, foram desenvolvidos um conjunto de instrumentos de apoio essenciais à tomada de decisão por parte da estrutura dirigente, nomeadamente na área de recursos humanos, nas várias áreas de negócio da DGAE e, principalmente, no que se refere ao acompanhamento e monitorização dos vários indicadores de gestão, em especial os inscritos no QUAR.

De registar, igualmente, a coordenação de todos os trabalhos inerentes à preparação do Relatório de Atividades de 2016, incluindo o apuramento de resultados e a respetiva autoavaliação, assim como a realização de inquéritos junto dos utilizadores dos serviços e dos trabalhadores da DGAE, indispensáveis à realização dessa autoavaliação.

De igual modo, foram apresentadas propostas para a definição dos objetivos e indicadores constantes do QUAR, que foram objeto de apreciação pela estrutura dirigente e objeto de aprovação, e elaborada a proposta de Plano de Atividades para 2018.

Foi apresentada, e aprovada superiormente, uma proposta de estrutura da Newsletter da DGAE, tendo sido elaborados dois números prévios, e publicados cinco números.

Foi feito o acompanhamento da execução financeira dos vários contratos de aquisições de bens e serviços, em especial dos de aquisição de serviços de viagens e alojamentos, procedendo-se também à validação de toda a faturação.

Procedeu-se ao registo e à emissão de todas as guias receita e ao envio dos respetivos mapas para a Secretaria-Geral com indicação os valores apurados por tipologia de produtos.

Foi prestado o apoio interno nas várias áreas da responsabilidade desta Divisão essenciais para o funcionamento dos serviços, nomeadamente ao nível de *helpdesk* informático, de manutenção das instalações e equipamentos, do registo da correspondência e sua distribuição, entre muitas outras.

A insuficiência de recursos humanos afetos a esta Divisão não permitiu elaborar o Plano de Prevenção de Riscos de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, cujos trabalhos foram iniciados, mas que só deverão ser concluídos em 2018.

No quadro seguinte é feito o resumo do nível de realização das atividades por Unidade Orgânica, do qual se conclui que 89,5% das atividades foram realizadas de acordo com o que tinha sido previsto.

Quadro XXIX - Nível de realização das atividades previstas por Unidade Orgânica

Serviço	Nível de realização				
	R	NR	T	CA	TOTAL
DSCSR	51	4	5		60
DSSE	24	1	2		27
DSPE	40	3		1	44
DSAE	25		3		28
DSCI	48	3			51
DC	10	2			12
DPA	29	2			31
TOTAL	227	15	10	1	253

R – Realizada, NR – Não realizada, T – Transferida, CA - Cancelada

2.4 Análise das causas de incumprimento de atividades ou projetos não executados

Deduz-se, a partir do quadro XXIX, que apenas 6,3% das atividades não foram realizadas, incluindo as canceladas, sendo de sublinhar que a sua não realização não comprometeu a concretização dos objetivos que haviam sido previstos no QUAR.

Um dos principais motivos para o incumprimento de algumas dessas atividades teve a ver com a falta de solicitações dirigidas aos serviços. Ou seja, eram atividades que dependiam de fatores exógenos aos serviços, como sejam as que resultavam da realização de reuniões, convocadas por outras entidades, que não chegaram a realizar-se.

O outro motivo deveu-se à insuficiência de recursos humanos resultante das dificuldades de recrutamento de trabalhadores no quadro da administração pública com o perfil técnico necessário para o exercício de funções nas áreas de competências da DGAE.

2.5 Avaliação dos trabalhadores e dos dirigentes intermédios

A audição de dirigentes intermédios e dos demais trabalhadores no âmbito da autoavaliação do serviço é obrigatória, nos termos da alínea f) do n.º 2 do Art.º 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro.

Essa avaliação foi efetuada recorrendo-se ao preenchimento de um questionário de satisfação, tendo-se utilizado, à semelhança do verificado nos anos anteriores, o modelo da Common Assessment Framework (CAF)⁶ (disponibilizado pela DGAEP), que foi colocado à disposição dos dirigentes intermédios e dos trabalhadores, no período de 16 a 29 de janeiro de 2018, que tiveram a possibilidade de se pronunciar acerca das seguintes dimensões: satisfação global com a organização; satisfação com a gestão e sistemas de gestão; satisfação com as condições de trabalho; satisfação com o desenvolvimento da carreira; satisfação com os níveis de motivação; satisfação com o estilo de liderança de topo; satisfação com o estilo de liderança de nível intermédio; satisfação com as condições de higiene, segurança, equipamentos e serviços; satisfação com o (seguimento dado aos resultados do) questionário de 2016.

Para cada um desses itens, foi utilizada uma escala de *Likert*, com cinco níveis de satisfação, em que as hipóteses de avaliação eram as seguintes:

- 1 - Muito Insatisfeito
- 2 - Insatisfeito
- 3 - Pouco Satisfeito
- 4 - Satisfeito
- 5 - Muito Satisfeito

Havia, ainda, a possibilidade de os inquiridos optarem por não responder às questões que entendessem, quer por considerarem que não tinham elementos para efetuar essa avaliação, quer por outros motivos.

⁶ Anexo IV – Questionário de satisfação interno.

Registaram-se 64 respostas, o que, tendo em conta o universo de inquiridos no período em causa (99), representou uma taxa de participação 64,6%, sendo que 7 indicaram que pertenciam ao grupo dos “dirigentes intermédios”, 44 ao grupo dos “outros trabalhadores” e os restantes 13 não identificaram o grupo a que pertenciam.

Os resultados globais do inquérito, considerando as percentagens por grupos de questões, constam do quadro XXX.

Quadro XXX - Resultados do questionário de satisfação interno

Grupos	MI	I	PS	S	MS	NS/NR
1. Satisfação global dos trabalhadores com a organização	5,21%	9,55%	26,56%	37,85%	9,38%	11,46%
2. Satisfação com a gestão e o sistema de gestão	6,60%	10,76%	22,92%	35,76%	13,72%	10,24%
3. Satisfação com as condições de trabalho	4,69%	6,45%	16,21%	33,98%	27,54%	11,13%
4. Satisfação com o desenvolvimento da carreira	10,00%	10,00%	28,44%	30,00%	10,63%	10,94%
5. Níveis de motivação	4,38%	4,69%	13,13%	37,50%	33,13%	7,19%
6.1. Satisfação com o estilo de liderança de topo	5,54%	8,10%	16,19%	34,80%	17,90%	17,47%
6.2. Satisfação com o estilo de liderança de nível intermédio	5,97%	2,27%	14,77%	28,13%	30,40%	18,47%
7. Satisfação com as condições de higiene, segurança, equipamentos e serviços	3,13%	4,69%	22,14%	42,71%	18,23%	9,11%
8. Satisfação com o questionário de 2016	5,73%	6,25%	18,75%	22,92%	7,29%	39,06%
Total	5,64%	7,00%	19,59%	34,17%	19,54%	14,06%

Da leitura destes resultados globais resulta que a apreciação dos inquiridos é positiva, já que 53,71% consideram-se satisfeitos ou muito satisfeitos com a organização, enquanto 12,64% referiram estar insatisfeitos ou muito insatisfeitos. Numa posição intermédia ficaram 19,59% dos inquiridos e registaram-se 14,06% de respostas incluídas na opção “não sabe/não responde”.

Do conjunto de respostas, assinalam-se aquelas que apresentam resultados percentuais mais elevados em cada um dos níveis de aferição:

- Muito satisfeito: a percentagem mais elevada (33,13%) verificou-se com os *níveis de motivação*, quando, no ano passado, o nível de satisfação mais elevado tinha sido com o estilo de liderança de nível intermédio com 29,23%;
- Satisfeito: 42,71% dos trabalhadores consideram-se satisfeitos com as *condições de higiene, segurança, equipamentos e serviços*, percentagem inferior à verificada no ano anterior, que tinha sido de 58,84%;
- Pouco Satisfeito: tal como no ano passado foi na *satisfação com o desenvolvimento da carreira*, com 28,44%, que se registou o resultado mais elevado, quando em 2016 tinha tido o resultado de 23,29%;
- Insatisfeito: o fator que teve uma percentagem mais elevada foi o relativo à *satisfação com a gestão e o sistema de gestão* (10,76%), enquanto no ano anterior tinha sido a *satisfação com o desenvolvimento da carreira*, com 7,34%;
- Muito insatisfeito: o nível de insatisfação mais elevado verificou-se com a *satisfação com o desenvolvimento da carreira*, com 10%, tal como no ano anterior, mas com uma percentagem inferior (6,08%).

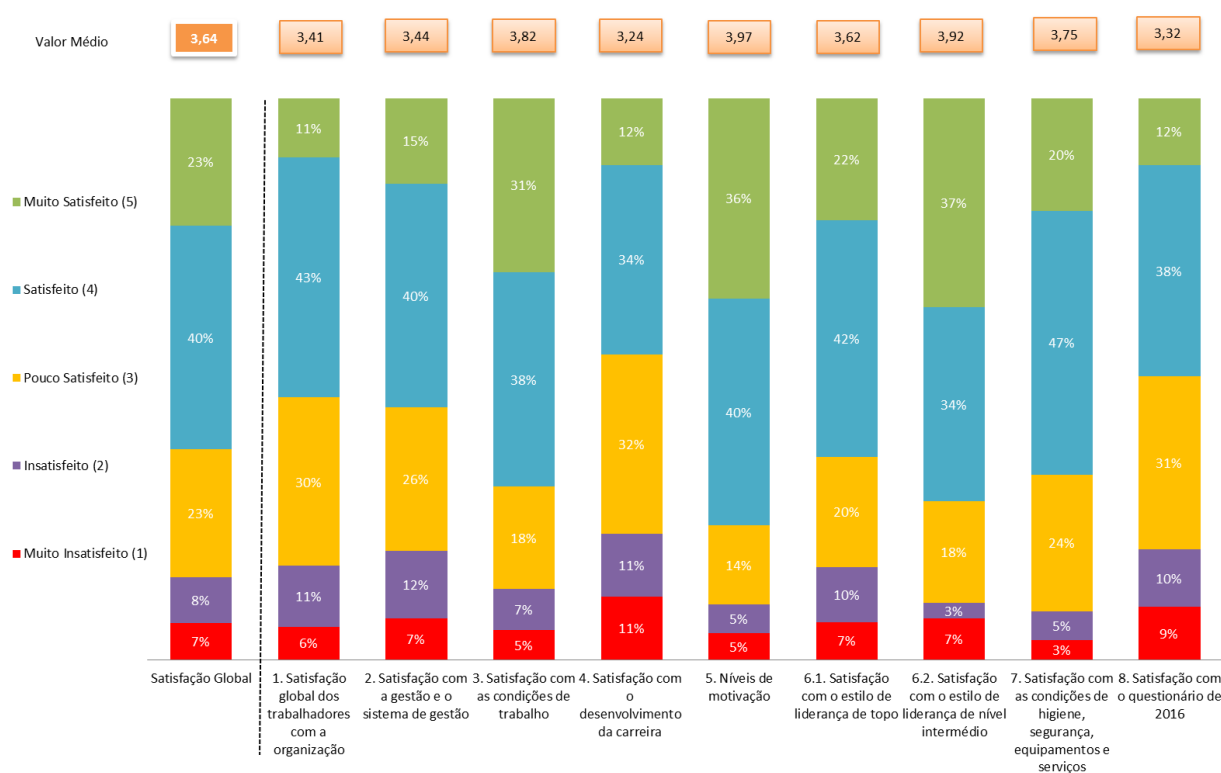
No questionário havia a possibilidade de serem apresentadas sugestões de melhoria, situação que foi aproveitada por 6 dos que responderam (9,4%), tendo sido focadas questões relacionadas com a necessidade de mais formação e do aprofundamento do relacionamento entre os dirigentes e os trabalhadores, assim como entre os diferentes serviços.

Analisando a média aritmética ponderada da pontuação obtida em cada um dos 8 grupos de questões, verificou-se que a mesma foi superior a 3,2 em todas as situações. As mais baixas registaram-se na *satisfação com o desenvolvimento da carreira* (3,24) e na *satisfação com o questionário de 2016* (3,32). As mais elevadas ocorreram na *satisfação com os níveis de motivação* (3,97) e na *satisfação com o estilo de liderança de nível intermédio* (3,92).

A pontuação média global (na escala de 1 a 5) foi de 3,64, precisamente igual à do ano anterior.

Levando apenas em consideração as respostas válidas, isto, é, excluindo os que responderam “não sabe/não responde”, os resultados constam do gráfico 6.

Gráfico 6 - Satisfação Global por Áreas



2.6 Relatório de Formação

Enquadrado na política estratégica de valorização dos recursos humanos da Direção-Geral das Atividades Económicas, foi aprovado, na sequência do diagnóstico de necessidades, o Plano de Formação para 2017, para o qual havia um orçamento disponível de 14.428,00€.

Nesse plano estavam previstas 29 ações, com maior predominância nas áreas dos Assuntos Europeus e Cooperação, Comunicação Organizacional e Pessoal e Tecnologias da Informação, abrangendo 77 trabalhadores.

Das 29 ações de formação planeadas e aprovadas, realizaram-se 4 ações de formação (14%), que a seguir se indicam:

- *A folha de cálculo Excel*, frequentada por 3 técnicos superiores e 1 assistente técnico;
- *Saber comunicar com pessoas difíceis*, frequentado por 3 assistentes técnicas e 1 técnico superior;
- *Estratégia, inovação e valor no serviço público*, frequentada por 1 técnico superior;
- *Sistema de normalização contabilística na Administração Pública*, frequentada por 1 técnico superior.

Foram ainda inscritos 3 trabalhadores na ação de formação “Entender o Project Cycle Management da UE” e “Técnicas de Apresentação e Persuasão”, que não as puderam frequentar por questões de urgente conveniência de serviço.

Por outro lado, 2 trabalhadores inscritos nas ações de formação “Portugal no contexto internacional: desafios e oportunidades” e “Responsabilidade Social das Organizações: norma ISO 26000” não as puderam frequentar devido a cancelamento dos cursos por parte da entidade formadora.

Assim, conclui-se que, dos 77 trabalhadores propostos no Plano de Formação, só 10 frequentaram ações de formação profissional das que estavam planeadas (13% do universo proposto).

Para além dessas ações de formação, foram propostas e superiormente aprovadas 5 ações de formação profissional extraplano, nas seguintes áreas:

- *Avaliação do impacto económico dos atos legislativos*, frequentada por 12 técnicos superiores, 3 Chefes de Divisão e 1 Diretor de Serviços;

- *Curso geral de cibersegurança*, frequentado por 1 técnico superior;
- *Curso geral de segurança da informação classificada*, frequentado por 1 técnico superior;
- *Deveres e Obrigações perante o Novo Regulamento para a Proteção de Dados*, frequentado por 1 técnico superior;
- *Formação pedagógica de formadores*, que não decorreu por falta de participantes.

Concluindo, podemos referir que, no total, 29 trabalhadores frequentaram 8 ações de formação profissional, planeadas e extraplano.

Face ao acima exposto importa denotar o esforço da Direção-Geral das Atividades Económicas em proporcionar formação profissional aos seus trabalhadores, mas a aprovação tardia do Plano de Formação (no final de setembro), as desistências verificadas e o cancelamento de algumas das ações previstas contribuíram para que o número de participações e de ações ficasse aquém do desejado.

2.7 Avaliação do sistema de controlo interno

Na avaliação do sistema de controlo interno será seguida a metodologia prevista no documento do Conselho Coordenador de Avaliação de Serviços, segundo a qual essa avaliação poderá ser efetuada através da resposta ao questionário constante do quadro XXXI.

QUADRO XXXI – Avaliação do sistema de controlo interno

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	NA	
1 – Ambiente de Controlo				
1.1 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo interno?	X			Em curso, existindo já diversos procedimentos implementados.
1.2 É efetuada internamente uma verificação efetiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão?	X			É efetuada internamente a verificação da legalidade, da regularidade e da boa gestão por parte dos dirigentes. A segregação de funções e a existência de procedimentos também contribuem

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	NA	
				para que seja assegurada a legalidade, regularidade e boa gestão dos procedimentos.
1.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?			X	Não existe na estrutura orgânica da DGAE uma equipa de controlo e auditoria, nem estão definidas atribuições nesse domínio, devendo esta competência ser assegurada, no âmbito do Ministério da Economia, pela SG.
1.4 Estão claramente definidos valores éticos e de integridade que regem o serviço (ex. códigos de ética e de conduta, carta do utente, princípios de bom governo)?		X		Há necessidade de elaborar um código de ética e conduta para os trabalhadores da DGAE.
1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas?	X			A DGAE tem efetuado o levantamento de necessidades de formação, com vista à elaboração do plano de formação em articulação com a SG, ficando a sua execução condicionada pelos constrangimentos financeiros.
1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direção e os dirigentes das unidades orgânicas?	X			Têm sido efetuadas semanalmente reuniões do Diretor-Geral com todos os Diretores de Serviço, assim como reuniões periódicas com os dirigentes intermédios dos vários serviços.
1.7 O serviço foi objeto de ações de auditoria e controlo externo?	X			Em 2017, foi realizada pelo Tribunal de Contas (TC) uma auditoria ao controlo da execução dos contratos de contrapartidas (relatório n.º 19/2017). O TC solicitou também elementos sobre as recomendações constantes do relatório de auditoria n.º 23/2013.
2 – Estrutura Organizacional				
2.1 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	X			A estrutura organizacional encontra-se estabelecida em diplomas legais, nomeadamente no Decreto Regulamentar n.º 5/2015, de 20/07 e na Portaria n.º 316/2015, de 30/09.
2.2 Qual a percentagem de colaboradores do serviço avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?	X			No início do ano de 2017, foi efetuada a avaliação de todos os trabalhadores da DGAE (100%) relativamente ao biénio de 2015-2016.
2.3 Qual a percentagem de colaboradores do serviço que frequentaram pelo menos uma ação de formação?	X			Devido a vários condicionalismos, apenas 12% de trabalhadores participaram em pelo menos uma ação de formação, de acordo com informação constante do Balanço Social. No entanto, houve mais trabalhadores a frequentarem ações de formação.
3 – Atividades e Procedimentos de Controlo Administrativo Implementados				
3.1 Existem manuais de procedimentos internos?	X			Existe um manual de procedimentos internos que está em construção.
3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	X			Sim, em articulação com a SG que faz a instrução dos respetivos pedidos de autorização de pagamento.
3.3 É elaborado anualmente um plano de compras?	X			É efetuado o levantamento de necessidades, que é transmitido à SG para efeitos de elaboração dos

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	NA	
				procedimentos de aquisição, no âmbito da prestação centralizada de serviços.
3.4 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?			X	A especificidade das funções exercidas nos vários serviços e a insuficiência de recursos humanos torna inaplicável a implementação de um sistema de rotação de funções entre trabalhadores.
3.5 As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidas e formalizadas?	X			As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas estão claramente definidas em cada Unidade Orgânica, tendo sido implementado um Sistema de Controlo de Execução que identifica as tarefas a executar e os responsáveis pela sua execução. Para além disso, existem, em determinadas áreas, procedimentos com regras claras sobre as responsabilidades e formalidades a cumprir pelos serviços.
3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos?	X			Existem fluxos de processo estabelecidos através de procedimentos aprovados, principalmente nas áreas em que há interação com os agentes económicos, em que é necessário emitir títulos ou efetuar registos, bem como na emissão de guias de receita.
3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	X			Os circuitos estão definidos e implementados, nomeadamente, através do registo e encaminhamento de toda a documentação através do sistema de gestão documental.
3.8 Existe um plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas?		X		Foi aprovado o Plano para 2015, mas face às alterações verificadas na lei orgânica da DGAE, há necessidade de elaborar um novo Plano.
3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas é executado e monitorizado?		X		Foi elaborado e o relatório de monitorização relativo ao Plano de 2015.
4 – Fiabilidade dos Sistemas de Informação				
4.1 Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria?	X			Existe, relativamente ao sistema de gestão documental, já que as outras áreas (contabilidade e tesouraria) são asseguradas pela SG. Foi, também, criado um sistema de monitorização dos indicadores de apoio à gestão.
4.2 As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação?			X	
4.3 Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas?	X			Foi substancialmente melhorada e garantida a fiabilidade do sistema de gestão documental com a passagem do servidor para a órbita da SG, assim como do servidor das pastas partilhadas.
4.4 A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?	X			O sistema de monitorização dos indicadores de gestão permite extrair informação para efeitos de decisão.
4.5 Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou ativos do			X	Os requisitos de segurança devem ser assegurados pelos serviços de informática da SG.

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	NA	
serviço?				
4.6 A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de <i>backups</i>)?			X	Deve ser assegurada pela SGME.
4.7 A segurança na troca de informações e <i>software</i> está garantida?			X	Deve ser assegurada pela SGME.

É importante referir, para efeitos de avaliação do sistema de controlo interno, que compete à Secretaria Geral do Ministério da Economia (SG), em articulação com a DGAE, assegurar a prestação centralizada de serviços nas áreas dos recursos humanos, formação e aperfeiçoamento profissional, apoio jurídico e contencioso, financeira e orçamental, aquisição de bens e serviços e contratação, logística e patrimonial, documentação e informação, comunicação e relações públicas, inovação e modernização e política de qualidade e tecnologias de informação e comunicação (TIC). Deste modo, algumas das áreas relativas ao sistema de controlo interno têm de ser asseguradas pela SG.

De salientar, também, que para além da citada auditoria ao controlo da execução dos contratos de contrapartidas, o Tribunal de Contas e a Inspeção-Geral de Finanças solicitaram em 2017 elementos sobre a implementação das recomendações que constam dos relatórios das auditorias que fizeram à DGAE, designadamente em 2012 e em 2014.

III. BALANÇO SOCIAL

Nos termos do Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro, os serviços e organismos da administração pública central, regional e local, incluindo os institutos públicos que revistam a natureza de serviços personalizados e fundos públicos que, no termo de cada ano civil, tenham um mínimo de 50 trabalhadores ao seu serviço devem elaborar anualmente o seu balanço social, com referência a 31 de dezembro do ano anterior.

De acordo com a Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, o Balanço Social deve integrar o Relatório de Atividades de cada serviço da Administração Pública, articulando-se com o respetivo ciclo de gestão.

Como a DGAE não tem uma unidade específica no âmbito dos Recursos Humanos, sendo essa área assegurada pela SG, no âmbito da prestação centralizada de serviços comuns, os quadros do Balanço Social da DGAE foram preenchidos pelos serviços da SG⁷.

Apresentar-se-ão aqui apenas os dados que se consideram mais importantes, comparando-os, sempre que possível, com os dos anos anteriores, para se ter uma ideia mais precisa da evolução que se tem verificado na DGAE, na área dos Recursos Humanos.

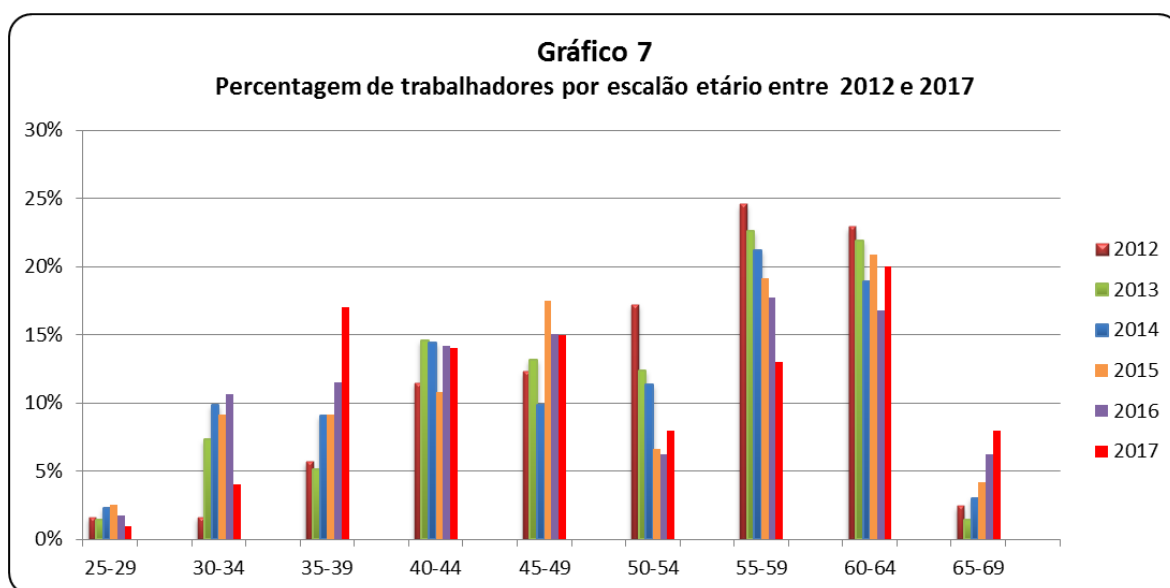
Da análise dos dados do Balanço Social conclui-se que existe uma preponderância de trabalhadores do sexo feminino, representando 69% do total de trabalhadores e dirigentes, situação que não tem sofrido alterações significativas desde 2013, como se poderá verificar pelo quadro XXXII.

Por outro lado, quanto à modalidade de vinculação, não tem havido oscilações anuais significativas nas percentagens de trabalhadores com contrato de trabalho em funções

⁷ Anexo V – Balanço Social.

públicas por tempo indeterminado que, em 2017, representavam 83 % do total, enquanto 17% se encontravam em comissão de serviço, nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), sendo na sua totalidade dirigentes.

Relativamente à estrutura etária dos trabalhadores, conclui-se, a partir dos dados do gráfico 7, que, em 2017, aumentou principalmente a percentagem de trabalhadores dos escalões etários dos 35-39 e 60-64 anos e, por outro lado, diminuiu especialmente a percentagem de trabalhadores dos escalões etários entre os 30-34 e 55-59 anos. Não obstante estas alterações, continua a verificar-se uma preponderância dos escalões etários mais elevados, a partir dos 55 anos, de tal forma que a taxa de envelhecimento não sofreu alteração significativa (41%). Isto é o reflexo de, nos últimos anos, não se terem verificado admissões de trabalhadores na Administração Pública.



Com base na informação recolhida do Balanço Social, é apresentada no quadro seguinte uma evolução, nos últimos quatro anos, sobre dos principais indicadores relativos aos recursos humanos da DGAE.

QUADRO XXXII – Principais indicadores do Balanço Social

Indicadores	Anos			
	2017	2016	2015	2014
Taxa de Tecnicidade (sentido restrito)	57,00%	59,29%	53,33%	59,09%
Taxa de Assistente Técnico	20,00%	18,58%	15%	15,91%
Taxa de Assistente Operacional	6,00%	5,30%	4,17%	4,55%
Taxa de Feminização	69,00%	68,14%	72,50%	71,21%
Taxa de Feminização Dirigente	47,06%	42,10%	50%	65,22%
Taxa de Enquadramento	17,00%	16,81%	15%	17,42%
Taxa de Envelhecimento	41,00%	40,70%	44,17%	43,18%
Taxa de Habilitação Superior	74,00%	76,10%	79,17%	78,03%
Taxa de Trabalhadores Portadores de Deficiência	3,00%	3,53%	2,50%	3,79%
Taxa de Admissões	7,00%	23,89%	8,33%	19,70%
Taxas de Saídas	20,00%	30,08%	16,67%	23,48%
Taxa de Reposição	35,00%	79,41%	50%	83,87%
Taxa de Absentismo	8,66%	7,85%	6,56%	3,33%
Remuneração Base Média Anual	26.314,24 €	24.880,94 €	26.249,68 €	25.762,26 €
Leque Salarial Ilíquido	8,1	9,5	7,80	7,63
Taxa de Encargos Sociais	11,13%	10,71%	10,18%	10,49%
Taxa de Incidência de Acidentes no Local de Trabalho	1,00%	0,88%	1,67%	0%
Taxa de Participação em Formação	12,00%	12,38%	54,17%	52,27%
Taxa de Investimento em Formação	0,06%	0,03%	0,21%	0,12%

IV. AVALIAÇÃO FINAL

4.1 *Apreciação qualitativa dos resultados alcançados*

A DGAE inscreveu no QUAR de 2017, que foi superiormente aprovado, 6 objetivos operacionais, traduzindo as prioridades da sua atuação e procurando cobrir com esses objetivos as principais atividades desenvolvidas pelos serviços.

Desde o início do ano de 2017 que foi implementado um sistema de monitorização do Plano de Atividades, independentemente de o mesmo só ter sido aprovado mais tarde, que permitiu ir acompanhando os resultados de cada indicador.

Com base nos valores apurados no final do ano para cada indicador, foi possível chegar, através das fórmulas de cálculo inerentes ao QUAR, aos resultados dos objetivos.

Como já foi referido anteriormente, esses resultados são positivos: o objetivo 1 foi alcançado e os restantes objetivos foram superados.

Face a esta situação e atendendo ao estipulado no n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, propõe-se que a menção a atribuir como resultado da autoavaliação seja de **“Desempenho Bom”**.

4.2 *Conclusões prospetivas*

O ano de 2017 deu continuidade à atividade da Direção-Geral das Atividades Económicas enquanto serviço central da Administração Direta do Estado enquadrado no Ministério da Economia.

A revitalização do portal institucional da Direção-Geral das Atividades Económicas permitirá uma mais fácil navegação, com uma imagem moderna e a inserção atualizada de conteúdos, que vão ao encontro das necessidades de comunicação dos utilizadores desta ferramenta, contribuindo para uma melhor relação com empresas e cidadãos.

No âmbito interno, pretende-se reforçar a formação de excelência dos colaboradores no desenvolvimento de capacidades propiciadoras de um melhor desempenho nas áreas de intervenção deste organismo.

Pretende-se ainda evidenciar o papel da Direção-Geral das Atividades Económicas, reafirmando-a como um serviço de referência especialmente vocacionado para apoiar e assegurar a intervenção nacional na adoção de medidas internacionais e da União Europeia, no domínio das políticas públicas económicas; igualmente, monitorizando e avaliando a execução das medidas decorrentes das políticas públicas definidas e dirigidas às atividades económicas ao nível nacional.

Uma vez mais se aproveita a oportunidade para agradecer todo o esforço e dedicação demonstrados pelos colaboradores da Direção-Geral das Atividades Económicas, a quem se deve os resultados alcançados.

